



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 121

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 25 de janeiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se à **Agenda da Reunião**.

1. Debate de urgência sobre a assinatura do Acordo Tripartido “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Iniciado o debate pela Sra. Deputada Zuraida Soares, usaram da palavra para participar os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade”, apresentado pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

Após a apresentação do diploma participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Ribeiro (*PSD*), Isabel Rodrigues (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco Álvares (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Mário Moniz (*BE*), Isabel Rodrigues (*PS*) e Paulo Ribeiro (*PSD*).

3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011 – “Desenvolve na Região Autónoma dos Açores as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação da pessoa com deficiência ou incapacidade”, apresentada pela Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

Participaram no debate os Srs. Deputados Nélia Amaral (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraída Soares (*BE*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Rui Ramos (*PSD*) e Nélia Amaral (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar com a chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão Rego

José Gabriel **Eduardo**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, consoante o acordado em Conferência de Líderes, com um **Debate de urgência sobre a assinatura do Acordo Tripartido “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Rege nesta matéria o artigo 185.º e seguintes do nosso Regimento.

Em Conferência de Líderes foram fixados os seguintes tempos: proponente, Governo e PS – 30 minutos; PSD – 20 minutos; CDS/PP – 15 minutos; PCP e PPM – cada um e respetivamente 10 minutos.

Para iniciar o debate dou a palavra ao proponente.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego” é o nome dado ao embuste que saiu do Acordo assinado entre o Governo da República, o patronato e a UGT.

Se este acordo não fosse trágico para quem, em Portugal, vive do seu salário ou nem isso tem (por estar desempregado), seria um louvável esforço de fina ironia.

Mas a ironia não existe quando, num país que tem dos mais baixos salários da Europa, este acordo vem, de diversas maneiras, baixar, de forma drástica, os rendimentos do trabalho.

A combinação do banco de horas individual, com o abaixamento para metade do preço das horas extraordinárias, juntamente com a obrigatoriedade de trabalhar mais sete dias de borla, por ano, é um selvático roubo, no já depauperado poder de compra dos/as trabalhadores/as portugueses/as.

O banco de horas individual é o regresso ao tempo em que os direitos colectivos não eram reconhecidos, no nosso País.

É, na prática, a matriz que abre a porta a todos os abusos, colocando os/as trabalhadores/as ao nível dos servos da gleba, às ordens dos patrões. O planeamento e a estabilidade da vida familiar, para os defensores deste Acordo, é um conceito atrasado e conservador, porque trata de transferir mais lucros para os patrões.

Onde estão, agora, os grandes defensores da família?

PSD e CDS que, por tudo e por nada, aparecem a defender os valores da vida familiar, como um primeiro bem e alicerce da sociedade, são, agora, os coveiros desta mesma família.

Como fica a mãe-trabalhadora, que tem hora marcada para ir buscar os filhos à creche, ou ir a uma reunião da escola, quando, inesperadamente, lhe é imposto trabalhar, exactamente naquele dia, mais duas horas extras?

Como é que pode haver tempo para os/as filhos/as e para o insubstituível convívio familiar, quando, sábado após sábado, é dia de trabalho como todos os outros?

Neste Acordo, as férias são quando o patrão quiser e obrigar os/as trabalhadores/as a abdicarem dos seus dias de férias, nos dias em que as empresas decidem fazer ponte, só tem um nome: *lock-out*.

O despedimento sem justa causa entra, agora, pela porta pequena, quando o patrão alegar quebra de produtividade ou de qualidade do trabalho. Podem chamar a isto o que quiserem, mascarar como lhes aprouver, mas isto é o despedimento livre e arbitrário.

PSD e CDS são a frente avançada da direita mais cavernosa e revanchista, a qual, para manter os seus lucros e em nome do combate à crise, impõe aos/às trabalhadores/as a humilhação e a miséria.

Tudo isto, na mesma semana em que Cavaco Silva diz que 10.000 mil euros de reforma mensal não chegam para as suas despesas. E que o amigo Catroga é premiado com um ordenado de 700.000 euros por ano, para assistir a sete reuniões anuais (100.000 por cada reunião)...

Deputado Francisco César (PS): Isso é que é uma vergonha!

A Oradora: ...e, como o CDS não podia ficar a perder, também Celeste Cardona vai para a EDP, juntamente com mais alguns amigos. E que os tachos, nas Águas de Portugal, são distribuídos também a outros amigos, sem esquecer a vaga abrupta para o Centro Cultural de Belém. E ainda agora, Sras. e Srs. Deputados, a procissão vai no adro!

Mas tudo isto tem de ser, é inevitável, em nome da salvação de Portugal. Como diz o Líder do CDS, nos Açores: quem não concordar com este ‘é fartar, vilanagem’, não é bom português/a.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

A Oradora: Mas, tal como o Dr. Artur Lima, todos os dias nos entram, pela casa dentro, as mais ilustres personagens, com a mesma ladainha.

Tudo isto é para o bem do país, é a Troika que manda,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não disse isso. É falso!

A Oradora: Vou-lhe explicar a seguir, Sr. Deputado. Está esquecido, mas eu vou-lhe lembrar.

...temos de acalmar os mercados, estamos a preparar o futuro, pois com estas medidas, no dito futuro, o País será mais competitivo, terá mais crescimento e mais emprego.

Mentira! - dizemos nós, Bloco de Esquerda/Açores.

Se a produtividade e a competitividade fossem consequência dos salários baixos, Portugal seria um dos países mais competitivos e produtivos da Europa, pois somos dos que menos ganham e mais horas trabalham.

Países como a Holanda, a Alemanha, a Suíça, são dos mais competitivos e produtivos do mundo, mas os salários são 2 a 3 vezes mais altos do que os nossos. A mentira, como diz o nosso povo, tem a perna curta.

Não esqueçamos que, a par das medidas do Acordo, temos os aumentos constantes de produtos de 1ª necessidade, os cortes dos subsídios de férias e de Natal, o aumento de impostos, de transportes, de rendas de casa, entre outros. Tudo junto a conduzir Portugal para a maior recessão de sempre, no tempo e, provavelmente, a maior, em profundidade. O Banco de Portugal estima um

agravamento da recessão já superior ao previsto, no Orçamento de Estado e alguns estudos chegam mesmo a apontar para uma queda a rondar os 4%.

Este refluxo da economia tem a sua parte de leão no mercado interno porque, como é lógico, as pessoas sem dinheiro não compram. Seguem-se o fecho de empresas e o aumento do desemprego. Como se pode falar, então, em crescimento e mais emprego, com estas políticas?

Ah! Mas elas são um imperativo nacional, absolutamente essenciais para acalmar os mercados, por causa da dívida externa.

Então – perguntamos nós - como explicam os defensores do Acordo com a Troika este facto inegável: quando o Governo PSD/CDS tomou posse, pagávamos juros de 9,3% e hoje já vamos nos 14,7%?

Em nome da acalmia dos mercados, a direita prepara-se para destruir o País.

E nós, Açorianos/as, infelizmente, não vamos ficar fora desta situação, ao contrário do que, em tempos, alguém prometeu.

Na nossa Região, com salários mais baixos, em média, do que o todo nacional, com uma precariedade assustadora e onde a economia vive, fundamentalmente, do mercado interno, os efeitos destas políticas far-se-ão sentir, ainda, de forma mais dolorosa.

Perante tudo isto, espanta ouvir da boca do líder do PS/Açores e Presidente do Governo Regional, palavras de congratulação, pelo Acordo assinado. O mesmíssimo Acordo que o presidente da CIP, António Saraiva, caracterizou assim: “Vamos viver num quadro mais penalizador para os trabalhadores”.

Dá vontade de parafrasear o socialista António Arnaut, o qual, a propósito do Serviço Nacional de Saúde, afirmou: “Se o Partido Socialista não é capaz de defender o SNS, vale mais mudar de nome”.

No contexto que temos em mãos, se o PS nacional e o PS/Açores têm esta visão do trabalho e dos/as trabalhadores/as, na sociedade, porque não seguirem este sábio conselho?

Mas, o mais estranho é este Acordo ter sido assinado há uma semana e os candidatos do PS/Açores e do PSD Açores - os mesmos que, todos os dias, nos

têm brindado com uma frenética troca de mimos através da Comunicação Social...

Deputado Berto Messias (PS): Mimos?

A Oradora: ...-, não tenham tido tempo para dizer aos/às Açorianos/as o que pensam, de facto, dele.

Dr. Vasco Cordeiro, Dra. Berta Cabral, quando pensam dizer, claramente, se são a favor ou contra:

- a desregulação da vida familiar dos/as Açorianos/as;
- a diminuição, ainda maior, de salários, na Região;
- o trabalhar mais sete dias, por ano, sem pagamento;
- o despedimento, nas mãos do livre arbítrio do patrão;
- a marcação de férias, sob a batuta e os interesses deste.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é no plenário *online!*

A Oradora: Estamos certos de que, para cada uma destas questões, todos reconhecerão a importância de saber o que pensam.

Porque não o fazem, então?

O PS/Açores, envergonhadamente, esconde-se atrás da UGT. Esta Central Sindical assinou o Acordo - afirmam os socialistas, para desviar as atenções. Não nos cabe, a nós, pronunciarmo-nos sobre os problemas da UGT, por o ter feito. Mas a análise desta Central sobre o Acordo é relevante. A primeira reação da UGT, após o referido entendimento, foi reconhecer que este era um mau acordo para os/as trabalhadores/as, mas assinava-o, porque ainda podia ser pior. Com esta lógica, Sras. e Srs. Deputados, pode assinar-se qualquer acordo, porque será sempre possível um pior. Para esta Central, o inferno é o limite.

Mas, até mesmo esta lógica perversa, à qual os defensores do Acordo se agarram, cai por terra, ao defenderem que, com ele, conquistámos a paz social e um período de acalmia, no País.

Nada mais falso!

Aí está, bem fresquinha, uma nova exigência do Presidente da CIP, o qual, aproveitando a embalagem deste Acordo, quer, agora e já, o abaixamento da Taxa Social Única.

É caso para dizer que, ainda agora acabaram se sugar o sangue de quem trabalha e já lhe querem devassar as entranhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Abaixo o capital!

A Oradora: Um abatimento de 4% da Taxa Social Única significa menos mil e setecentos milhões de euros, por ano, de receitas para a Segurança Social.

A tradução é fácil: menos apoios sociais e reformas mais baixas, se conseguirem manter-se.

A pergunta que deixamos ao PSD/A, ao CDS/A e ao PS/Açores é esta: também vão aceitar este despudor?

Este é o caminho que leva, de facto, o País para a bancarrota. Mas outro caminho é possível, como nós temos vindo a apontar:

- renegociar a dívida e auditá-la;

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não dizer que a culpa é do Sócrates!

A Oradora: ...- fazer pagar os impostos devidos aos rendimentos de capital e ao património;

- políticas de investimento que não contem para o défice;

- renegociação das parcerias público-privado.

São linhas de outro caminho para acorrer à crise, ao desemprego e ao futuro do País.

O Governo PSD/CDS, com a ajuda do Partido Socialista, está a colocar o país num desassossego. Mais cedo do que tarde confrontar-se-ão com a indignação de quem não aceita ser chantageado e pisado na sua dignidade.

Disse.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

Presidente: De acordo com o acordado em Conferência de Líderes, pergunto ao Governo se quer intervir.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O país assistiu, na passada semana, à celebração de um Acordo entre alguns dos parceiros sociais, que o Governo Regional dos Açores considera que é um Acordo que, tendo alguns aspetos positivos, tem também um conjunto significativo de aspetos negativos e preocupantes.

Começando pelos positivos.

Este Acordo dará, com certeza, um bom sinal à economia empresarial nacional e internacional; será, sem dúvida, um fator de estabilidade para os investidores; irá permitir reforçar a confiança dos mercados externos na nossa economia.

No entanto, tem também um conjunto de aspetos que consideramos negativos e penalizadores para os portugueses, nomeadamente consideramos que é excessivamente penalizante para a maioria dos trabalhadores por conta de outrem; é demasiado confinado às dificuldades financeiras conjunturais e não assenta – essa é a nossa principal crítica – numa estratégia para o crescimento, para o emprego e para a competitividade...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: ...porque assume como facto concreto e com uma fatalidade incontornável o facto de, em 2013, se ir registar a maior taxa de desemprego de sempre, 14,2%, e irmos também no próximo ano assistir ao maior nível de recessão económica, 3,1%.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Porque?

O Orador: Por isso, seria bom que neste Acordo houvesse mais estratégia de crescimento, em vez de tanta austeridade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Era bom que neste Acordo houvesse mais segurança para os trabalhadores, onde está a desregulação da relação laboral.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Falta, neste Acordo claramente, um sentido de política para o crescimento, um sentido estratégico que transmita mais segurança aos agentes económicos.

Este Acordo não é, pois, um Acordo que seja a solução para o país, nem será talvez uma boa solução de conjuntura para os portugueses, mas (é bom dizê-lo) tem um bom princípio de renegociação e poderá potenciar soluções futuras que aproximem mais vontades, que fomente mais convergências para construirmos, em conjunto e com maior participação de todos os parceiros, uma verdadeira estratégia para o crescimento e para a sustentabilidade nacional.

Este documento irá resultar num esforço e sacrifício essencialmente assente nos trabalhadores por conta de outrem, que terão menos rendimento, mais trabalho e verão agilizada e flexibilizada a possibilidade de despedimento.

Mas, como referi no princípio, tem também um aspeto positivo no sentido de criar maior estabilidade aos investidores, maior confiança nos mercados externos e de poder potenciar a dinamização da economia empresarial e da nossa dinâmica empresarial. Para isso, saibam os empresários e as empresas aproveitar esta oportunidade.

Este Acordo não é pois um fim. Não justifica celebração, não será a solução para os problemas da competitividade e do emprego, não é, como ouvi, um ganho geracional nem é, nem será, com certeza, uma confiança para as gerações futuras; mas é, sem dúvida, um fator que reforçará a capacidade das nossas empresas de competirem nos mercados internacionais e poderá por essa via também ser, não um fim, mas essencialmente um princípio para que possamos, em verdadeira concertação estratégica e social, poder dar passos e criar uma verdadeira agenda para a competitividade, uma verdadeira agenda para a criação de emprego e uma verdadeira agenda para o crescimento económico.

Esta, como referimos, não é a solução, é um passo, mas faltam dar muitos passos que implicam incorporar para que o país possa voltar a crescer, possa voltar a criar emprego e possa voltar a ter competitividade externa.

É isto aquilo que nós pensamos sobre este documento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou iniciar esta intervenção com algumas perguntas à volta do que foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente regista alguns aspetos positivos relativamente ao Acordo que foi celebrado entre a UGT, o Governo e os representantes dos empresários. De entre esses aspetos positivos, Sr. Vice-Presidente, V. Exa. refere a possibilidade de crescimento da economia e a acalmia dos mercados.

O Sr. Vice-Presidente acaba por estar, aqui, a subscrever aquilo que é um modelo que, digamos, nos conduziu à situação em que vivemos e que se tem vindo a agravar. O Sr. Vice-Presidente considera que esses são os aspetos negativos e, como tal, não me parece...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foram aqueles senhores!

O Orador: ...nem que os mercados acalmem, nem que a economia possa vir a crescer pelo facto dos rendimentos do trabalho baixarem substancialmente e o quadro legal, que regula as regulações laborais, terem sido alteradas profundamente em desfavor (em claro desfavor) dos trabalhadores.

Aliás, como a Sra. Deputada Zuraida Soares referiu da tribuna, se fosse assim, Portugal, a economia portuguesa, era a economia mais competitiva da União Europeia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas diga isso àqueles senhores!

O Orador: Portanto, não me parece, Sr. Vice-Presidente, que isto traga qualquer sinal de competitividade para a economia, de crescimento do emprego ou sinais de acalmia para o mercado financeiro.

Depois, Sr. Vice-Presidente, e esta parte é muito mais importante, porque a posição do Partido Socialista, a posição do Partido Social Democrata e do CDS/PP relativamente a isto é exatamente igual.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: Aliás, não será por acaso que o líder da UGT é um militante do Partido Socialista, não será por acaso que na estrutura da UGT/Açores ela seja dominada por destacados militantes do Partido Social Democrata.

Deputado João Costa (*PSD*): Isso é discutível!

O Orador: Portanto, quanto a isso estamos conversados. Vs. Exas. naquilo que é fundamental entendem-se.

Agora Sr. Vice-Presidente responda-me. O Sr. Vice-Presidente considerou que há aspetos negativos e que o Governo Regional dos Açores considera que aquele Acordo celebrado tem aspetos muito penalizadores para os trabalhadores e que acentuam mais a austeridade do que os aspetos do crescimento.

A pergunta é: o que é que o Governo Regional dos Açores vai fazer, no âmbito das suas competências próprias, para atenuar estas medidas gravosas para os trabalhadores portugueses e, neste caso aqui, salvaguardando os trabalhadores açorianos que são, como sabemos, muito mais penalizados?

Ganha-se menos nos Açores, o custo de vida é mais elevado nos Açores e portanto, estas medidas serão duplamente penalizadoras para os trabalhadores açorianos.

O que é que o Governo Regional vai fazer, no âmbito das suas competências, depois do Sr. Vice-Presidente ter reconhecido que isso é penalizador, que o Acordo é penalizador, para os trabalhadores e que as medidas de austeridade deveriam ser menores e as do crescimento da economia e do emprego deveriam ser maiores?

Fico a aguardar a sua resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é anormalidade dizer-se que vivemos tempos difíceis, porque esta realidade não está apenas nas palavras...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É a homília, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, faça favor de continuar.

O Orador: Dizia eu que não estamos apenas na realidade das palavras, estamos sobretudo na realidade da vida das pessoas que vivem tempos muito difíceis.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A realidade da vida das pessoas é a que é!

O Orador: Mas mais do que difíceis, temos que enfrentar este tempo com a consciência de que são tempos diferentes e para tempos diferentes têm de haver posturas diferentes e respostas diferentes de quem tem responsabilidade públicas.

Obviamente que não é agradável, não é confortável para ninguém...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é agradável, mas põem à mesma!

O Orador: ...tomar medidas que põem as pessoas em situação menos confortável e cómoda do que aquelas em que estavam. Nem para quem decide, nem para quem representa os trabalhadores, nem para quem representa as entidades patronais e, sobretudo, não é nada confortável para quem sofre na pele as consequências de tais medidas.

Esta é a realidade.

Ninguém no seu juízo fica contente com isso, ninguém no seu juízo acha que está a fazer uma coisa que vai agradar as pessoas, mas na vida muito daquilo que se tem de fazer não é para agradar, é por aquilo que tem de ser feito.

Se estamos onde estamos por alguma razão é.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como o discurso muda!

O Orador: O Acordo que estamos aqui a discutir é um Acordo que é importante, na medida em que, através dele, se consegue gerar confiança, segurança e estabilidade, internamente e externamente, como já foi aqui referido. A imagem do país no exterior é outra por causa deste entendimento que houve entre vários parceiros sociais e também internamente estamos perante uma situação que é mais geradora de confiança e de estabilidade, do que aquela que seria se não tivesse havido o Acordo.

Imagine-se o que seria o país hoje se não tivesse havido Acordo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é verdade!

O Orador: Se calhar estávamos a fazer aquilo que alguns partidos da esquerda radical querem, que é o barulho, a confusão, a agitação, a conflitualidade. Estava-se a fazer um favor a essas entidades!

Deputada Zuraida Soares (BE): É o que o senhor vai ter!

O Orador: Se não tivesse havido Acordo estavam todos na rua. Se calhar, por isso, algum incómodo e alguma agitação desses partidos, porque sentem que não conseguiram aquilo que queriam, que era a confusão e o barulho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai tê-la!

Deputado Mário Moniz (BE): Mas é o que tem todos os dias agora!

O Orador: A confusão e o barulho de outros tempos. O tempo em que vivemos, as dificuldades, a diferença do tempo em que vivemos quer tudo menos agitação, menos conflitualidade.

Este é o tempo do compromisso, é o tempo da partilha das responsabilidades. É o tempo do envolvimento de todos nas soluções. É este tempo que precisamos de enfrentar, exatamente com este espírito.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está incomodado, Sr. Deputado!

O Orador: Um sinal que foi dado aqui, neste debate até agora, é o sinal da excessiva partidarização destes debates. Tudo é visto pelos partidos, até se metem com as centrais sindicais pela eventual militância de alguns dos seus dirigentes.

Ora, toda a gente sabe que é uma central sindical que tem ligações diretas a um dos partidos. Nem estou a falar nisso, nem parece que isso seja importante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não lhe convém hoje!

O Orador: Mas se quer posso dizer que a CGTP também é do seu partido. O problema é esse!

Mas para nós não é importante a partidarização. Os partidos não são o essencial da vida pública. Na vida pública, o essencial é resolver os problemas das pessoas, é enfrentar a realidade, é ser sério, responsável e, sobretudo, determinado em enfrentar aquilo que a realidade nos determina.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Governo de Lisboa está a resolver os problemas das pessoas!

O Orador: Não é isso que os senhores querem! Os senhores o que querem é, apenas e só, partidizar tudo. É só os partidos, os partidos, os partidos!

Mas para nós isso não é o essencial. O que é essencial é encontrar uma solução. E digo mais!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é discurso de sacristia!

O Orador: Este Acordo é um Acordo que assume de facto o compromisso e a responsabilidade.

E digo mais! Este Acordo não é uma vitória do Governo da República, porque nenhum acordo é vitória de alguém, ao contrário daquilo que os senhores quiseram dizer...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Presidente disse a importância do acordo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Clélio Meneses intervir.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Estava eu a dizer que nenhum acordo é vitória de uma parte, ao contrário daquilo que quis aqui fazer parecer o Sr. Vice-Presidente do Governo, num discurso completamente diferente do Presidente do Governo, a tentar passar nos pingos da chuva, mas sem dizer nada, “o Acordo tem partes boas e partes más”. Obviamente, como qualquer acordo.

Não há nenhum acordo que tenha só partes boas, nem nenhum acordo que tenha só partes más, por isso é que é um acordo. Um acordo de cedências de ambas as partes. Isso é que é importante.

Por isso dizia que, mais do que uma vitória do Governo da República, este Acordo é uma conquista dos parceiros sociais...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aquilo não é um Acordo, aquilo é uma declaração de guerra.

O Orador: ...que se envolveram responsabilmente nesta solução.

Por outro lado, gostaria de referir aqui que há uma perspetiva de determinado espectro da vida pública nacional, e também regional, que é de conservadorismo. Querem sempre que tudo fique como está. Como está é que está bom. Cada vez que há uma mudança agitam-se, agitam-se...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Sr. Presidente, eu queria continuar, mas está a ser muito difícil. O Sr. Deputado Aníbal Pires está numa agitação que não consegue pôr na rua e traz para aqui. É uma chatice!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses, faça o favor de continuar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é discurso de sacristia!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo. Os apartes não são interrupções constantes da pessoa que está no direito do uso da palavra.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Também devo-lhe dizer que se me calo é porque quero, não é porque o senhor quer. Isso então é de certeza, é garantido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

O Orador: Para continuar.

Há um conjunto de partidos que estão sempre presos ao passado, querem que tudo continue como está. Cada vez que há algo de novo vêm dizer que não, não, não, esquecendo que foi com o atual quadro jurídico e laboral, que chegámos onde estamos. Isto é, os senhores não querem mudanças porque querem que tudo fique como está. Eu pergunto: há algum português, há algum açoriano, em concreto, que viva em pleno a sua vida que ache que como está, está bem?

E os senhores querem que tudo fique como está! É isto que não percebo.

Os senhores têm essa perspectiva de que não se muda; logo, é porque como está, está bem e como está é que nos levou ao ponto em que estamos.

Outra determinação da vossa posição: cada vez que há um novo acordo os senhores vêm dizer sempre que este é mau e que o anterior é que era bom, mas a seguir, aquele que antes era mau já é bom. Os senhores andam sempre atrás do tempo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é filosofia política da mais fraca.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E quem anda sempre atrás do tempo nunca tem soluções para o tempo em que vive.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Mário Moniz (*BE*): É cada um pior que o outro!

O Orador: Por outro lado, gostaria de referir que chegámos aqui porquê?

Chegámos aqui porque o Estado Português chegou a um ponto em que teve de mendigar no exterior para poder pagar salários.

Isto não é caricatura. Esta é a verdade.

O Estado Português depois de anos e anos de governação socialista de José Sócrates chegou a um ponto que teve de mendigar no exterior dinheiro para pagar salários.

Secretário Regional das Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*): A França, a Itália... O Sócrates esteve lá?

O Orador: Isto é a indigência do Estado e perante este nível baixíssimo...

Deputado Berto Messias (*PS*): Antes era o Sócrates, agora é a crise!

O Orador: ...da credibilidade do Estado Português e das condições do Estado Português para assumir os seus compromissos teve o Governo da República, na altura, de negociar com a dita Troika, isto é, negociar ajuda externa.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Agora é o PSD que está no Governo da República. É a primeira vez que têm responsabilidades governativas!

O Orador: Nesse acordo da ajuda externa, que foi feito também pelo Partido Socialista, e vou citar as frases que marcaram o discurso do então Primeiro-Ministro, de má memória,...

Deputado Berto Messias (PS): Boa memória!

O Orador: ...José Sócrates, no final da assinatura do Acordo da Troika.

Dizia então José Sócrates depois de assinar o Acordo da Troika: “O Governo conseguiu um bom acordo”. E dizia mais: “Este é um acordo que defende Portugal”. Citei.

Perante isto estamos, apenas e só, a viver as consequências e as contingências...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade. O Álvaro diz que fez mais do que estava na Troika.

O Orador: ...de uma realidade de anos e anos de desgovernação de Portugal e, sobretudo, a cumprir um acordo que foi assinado pelo Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é o que diz o Ministro da Economia!

O Orador: Mas acrescento mais.

Agora, ao contrário daquilo que se quer fazer crer (e a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo vai um pouco nesse sentido), o Acordo agora assinado, entre o Governo e alguns parceiros sociais, inclusive representantes dos trabalhadores, é menos penoso para os trabalhadores do que o Acordo da Troika assinado pelo Partido Socialista e por José Sócrates.

Deputado Mário Moniz (BE): Vai lá estar tudo!

O Orador: E vou referir alguns exemplos em que este Acordo é menos penoso do que aquilo que o Partido Socialista e o Governo da República assinaram com a Troika.

Isto é, a Troika tinha previsto a necessidade de haver medidas de indexação dos salários à produtividade; ora isto não está previsto neste Acordo.

A Troika tinha previsto a proibição da extinção automática dos contratos coletivos de trabalho; isto não está previsto neste Acordo.

A Troika tinha exigido o mínimo de 250 trabalhadores para que pudessem delegar em associações sindicais a contratação coletiva; o Acordo é menos penoso, porque exige apenas 150 trabalhadores.

A Troika tinha previsto a proibição de subir o salário mínimo até meados de 2014; este Acordo não prevê isto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vamos ver quantas vezes vai subir o salário mínimo!

Deputada Zuraída Soares (BE): Então temos de cumprir tudo o que diz a Troika!

O Orador: As novas regras para o subsídio de desemprego são menos penalizadoras do que as regras aprovadas no Acordo da Troika pelo Governo da República do Partido Socialista.

O limite máximo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Estou a explicar. Posso continuar a explicar.

...de recebimento do subsídio de desemprego passa para 26 meses; a Troika exigia que fossem 18 meses,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um esforço inglório!

O Orador: ...isto é, a Troika exigia 18 meses e este Acordo que envolve o Governo da República, os parceiros sociais, exige 26 meses. Isto é, as novas regras de cálculo das indemnizações por despedimento são diferentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou à espera das explicações do CDS/PP!

O Orador: Há um conjunto amplo de medidas concretas que podia continuar a relatar, em que se demonstra que este Acordo, que é o resultado do envolvimento de várias entidades, do compromisso e, sobretudo, do sentido de responsabilidade dessas entidades que conseguiram alcançar um Acordo, é até melhor do que aquilo que José Sócrates, em Maio de 2011, tinha conseguido relativamente a esta matéria.

Finalizo com uma nota. É de facto muito preocupante a situação que vivemos. É dramático...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Nuns dias a Troika serve, noutros não serve!

O Orador: ...para muitos portugueses e açorianos o que se vive. Muitas pessoas vão viver com mais dificuldades do que com aquelas que viviam.

É de facto, por isso, que dizia: mau para quem trabalha perder direitos, regalias e benefícios. É verdade! Mas pior são aqueles que querem trabalhar e não têm trabalho. Esta é que é a realidade e os senhores, com essas suas políticas, estão é apenas preocupados com o *sound byte* de quem trabalha, que é preocupante de facto, mas mais preocupante são aqueles que querem trabalhar e não têm emprego, porque vivemos numa sociedade e numa economia, sobretudo nos Açores, que não produz, não tem condições para criar emprego e riqueza.

Por isso, dizia que este modelo que nos levou até aqui e que os senhores estão agarrados, como lapa à pedra, é um modelo que tem de acabar. Está demonstrado o colapso desse sistema político baseado nas políticas que os senhores querem implementar.

É preciso de facto, por isso, um novo tempo, com um novo modelo político, que envolva a sociedade de forma partilhada e responsabilizante, que não ponha, num lado, a extrema-esquerda e a direita e no outro lado, o centro. Que todos assumam as suas responsabilidades e todos sejam um contributo positivo para a solução, porque há muitos neste país que cada vez que há uma solução arranjam um problema para ela não vingar.

De facto, o que é importante perceber neste tempo é que o contributo de todos é essencial e digo isto da forma mais convicta possível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Disso não tenho dúvidas!

O Orador: Digo isto envolvendo, obviamente, todos os partidos de todo o espectro político. O contributo de todos é importante. Até na denúncia é importante o contributo de todos para alertar por um ou outro caminho que não esteja bem.

Mas, para além da denúncia, é importante o contributo de todos na solução, no envolvimento, na responsabilidade e na partilha daquilo que é o papel de cada um.

Por isso, dizia (e finalizo) que este Acordo, como outros acordos, é um Acordo possível e, sobretudo, o sinal da responsabilidade e da seriedade daqueles que o quiseram partilhar.

Não encontremos agora problemas, outros, não inventemos, não deturpemos a realidade apenas com o sentido de marcar partidariamente a nossa ação pública. Isto é um sinal de que, também a este nível, o tempo tem de mudar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apreciei muito a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo, aliás, como sempre.

Começaria por recordar o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Partido Socialista, como já foi aqui dito, que o Acordo da Troika foi um bom acordo para Portugal. Partindo desse princípio, o Acordo de concertação social nunca poderia ser no vosso entender, do Partido Socialista e do presidente da UGT e membro da Comissão Política Nacional do Partido Socialista, João Proença, um mau acordo.

Isto é o que tem de ser relevado aqui. O Partido Socialista não se pode eximir das suas responsabilidades na assinatura e negociação do Acordo da Troika.

Isto tem de ficar aqui muito claro porque as pessoas já perceberam que estas medidas mais gravosas para os trabalhadores por conta de outrem foram todas negociadas pelo Partido Socialista no Acordo da Troika. Todas negociadas! Estão aqui todas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é sacudir água do capote!

O Orador: Memorando da Troika, página 21: “Redução para metade para os títulos de acréscimo para a retribuição de trabalho suplementar”, Partido Socialista, Troika.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E os senhores, o PP também subscreveu!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar.

O Orador: Sr. Secretário, vou-lhe avivar a memória mais uma vez. V. Exa. julgo que ainda não sofre de falta de memória...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Às vezes!

O Orador: ...é um jovem ainda, mas o Acordo foi assinado pelo Sr. Ministro das Finanças (é a assinatura que lá está), Fernando Teixeira dos Santos e pelo Sr. Governador do Banco de Portugal. Correto?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E subscrito...

O Orador: Não foi subscrito por ninguém. Foi apoiado pelo CDS e pelo PSD para salvar Portugal da situação em que se encontrava.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): E o Catroga?

Deputado Francisco César (PS): Não assinou o Catroga?

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): O vosso problema é quem assinou e quem não assinou! Paciência!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que é mais doloroso para os senhores ouvirem isto. É muito doloroso, mas os senhores vão ter que ouvir.

É muito doloroso, mas os senhores além de terem deixado o país no estado miserável em que ele ficou...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já está bem pior!

O Orador: ...os senhores tinham era que assumir as suas responsabilidades, em vez de andarem a fazer o que fazem, nomeadamente alguns deputados do Partido Socialista, pedindo a fiscalização sucessiva do Orçamento de Estado.

Deviam ser responsáveis e proteger o país, porque o que acontece e acontecia é que não tínhamos dinheiro para pagar a saúde,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para proteger os Açores!

O Orador: ...a segurança social, as reformas, os ordenados e os senhores têm que ser responsáveis.

O Partido Socialista é um partido responsável e os senhores têm que assumir essa responsabilidade, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Não vale a pena tapar o sol com a peneira ou então os senhores correm o risco de se associarem à extrema radical, que nem sequer é cavernosa, é fossilizada. É a esquerda fossilizada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Experimentem a esquerda radical, pode ser que dê certo!

O Orador: Não é a direita cavernosa, é a esquerda fossilizada que se fossemos pelas suas teorias há muito que Portugal não existia. Era talvez uma província, não sei se albanesa ou soviética, mas isso era outra questão para se discutir.

Agora, é preciso ter aqui em conta que a CGTP nunca assinou nenhum acordo em Portugal, com nenhum Governo. Por esta gente, Portugal não existia, tinha sido anexado em 75.

Portanto, são os mesmos democratas que estão lá há 30 anos e vêm exigir democracia. É isso que nós temos de ver. Nunca assinaram um acordo na vida.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, a responsabilidade da UGT, sim senhor, em assinar esse acordo para conseguir paz social, ao contrário do que aqui foi feito de apelar à desordem pública. Isso é gravíssimo! Apelar às greves sucessivas, levando as empresas a terem prejuízos, pagando ordenados milionários com subsídios de ir ao emprego.

Deputada Zuraída Soares (BE): Aos Catrogas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E à Celeste Cardona!

O Orador: São essas coisas que nós temos...

Estes senhores só apelam à greve. Estão destruindo o país, pelos vistos ao Mário Soares, ao Jorge Sampaio e companhia limitada.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Não lhe fica bem esse comentário, Sr. Vice-Presidente.

De resto, Sr. Vice-Presidente, é verdade e vou citar as afirmações do Sr. Presidente do Governo, está aqui também o papel.

“Apesar de excessivamente penalizante para a maioria dos trabalhadores por conta de outrem e de estar demasiado confinada às dificuldades financeiras da conjuntura, tem também dimensões positivas para a economia empresarial interna, para os investidores e para a confiança dos mercados externos.”

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Foi o que eu disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Teve de ser por outras palavras.

O Orador: Isto é fundamental haver, Sr. Vice-Presidente.

O senhor não disse bem assim. O senhor foi dizendo disfarçadinho...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Disse, disse!

O Orador: ...para ver se não se percebia.

E diz mais: “Na nossa opinião o Acordo é importante, porque dá bons sinais à economia empresarial e porque dá bons sinais, também, de estabilização e de concertação dos mercados externos.”

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Exatamente!

O Orador: Os senhores se ouvissem mais o Sr. Presidente do Governo, e alguns comentadores que por aí andam, talvez dissessem as coisas com mais precisão.

É penalizante para os trabalhadores, é um Acordo doloroso, é sim senhor, mas é necessário para salvar o emprego, porque, efetivamente, o que está a crescer é o desemprego.

Mas, Sr. Vice-Presidente, aí também entronca a sua questão. Há a previsão do desemprego crescer em Portugal,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E não só!

O Orador: ...como o senhor disse, mas o senhor também tinha de explicar é por que é que cresceu nos Açores. Por que é que numa década aumentou 6 vezes o desemprego nos Açores, tendo finanças públicas equilibradas como os senhores bem dizem. Isso é que tem de explicar e qual a previsão para 2012. Vai diminuir nos Açores, Sr. Vice-Presidente?

Isso é que os senhores têm de explicar. Portanto, é esse seu paradoxo que não conseguem explicar. Por que é que têm finanças públicas, economia saudável e por que é que o desemprego cresceu 6 vezes nos Açores numa década, ou seja, numa década nós convergimos numa coisa: no desemprego com a Europa e no desemprego com Portugal.

Muito obrigado.

Deputados Abel Moreira e Paulo Rosa (*CDS/PP*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isto é uma intervenção em câmara lenta.

O Orador: Da parte do PPM em relação ao Acordo de Concertação Social, que é apresentado pelo Governo da República como uma grande conquista para a economia portuguesa e um favor que estão a fazer aos trabalhadores portugueses, é preciso dizer e é preciso referenciar algumas coisas.

Aquele Acordo significa na substância que é mais fácil despedir as pessoas; significa que também é mais barato despedir os trabalhadores; que os trabalhadores que passam a cair no desemprego recebem menos subsídios e que os trabalhadores têm direito a menos férias e a menos feriados.

Na prática, e tendo em conta um outro conjunto muito vasto também de perda da parte dos trabalhadores e daqueles que são os direitos adquiridos ao longo de gerações de luta desde o século XIX de direitos sociais, no âmbito do estado social e de bem-estar que a democracia foi criando, isto significa claramente um retrocesso. Um retrocesso muito grande das condições de vida, das condições de dignidade dos trabalhadores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): São os novos tempos!

O Orador: O que vos quero dizer é que o Governo da República e também o Governo Regional apresentam-nos esta questão como uma questão irreversível. Se o país está em crise a culpa é dos trabalhadores. Se o país quer sair da crise a única forma de sair da crise é empobrecendo as pessoas, desfavorecendo os trabalhadores, criando-lhes situações cada vez mais difíceis do ponto de vista familiar e do ponto de vista laboral.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso à vizinhança!

O Orador: Quero dizer-vos: é isto que os senhores, o Governo Regional...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Mas qual Governo Regional?

O Orador: ...e o Governo da República têm para oferecer como esperança para o futuro? É esta inevitabilidade? Os senhores não lutam? Isto é necessário? É necessário porque queremos acalmar os mercados. Os mercados não acalmam! Os mercados só acalmam quando tiverem todo o dinheiro e os outros não tiverem dinheiro nenhum.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: É só a partir daí que os mercados vão acalmar, porque os mercados enquanto não tiverem a totalidade da riqueza não acalmam.

Vejam bem o que são os mercados dos Estados Unidos, o país do liberalismo, um país em que 1% da população tem 40% da riqueza do país? Isto é o sonho americano: 1% da população tem 40% da riqueza e o “nil” que me dizem sobre esta questão...

O que eu acho é: depois desta acumulação enorme de riqueza, os mercados estão calmos?

Não estão, ainda não lhes chega!

Aquele 1% que domina os mercados, esse continua sem estar calmo e já têm 40% da riqueza do país dos Estados Unidos.

Portanto, enquanto não lhes pertencer tudo, vão continuar irritados, enquanto não tiverem 100% da riqueza do país.

Por isso, não acho que isto seja o futuro e é contra isto que nós temos que combater e o combate, de facto, faz-se na rua e o combate faz-se do ponto de vista político, o combate faz-se com determinação e sem cedências, como o Partido Socialista admitiu, como o CDS/PP e também como o Partido Social Democrata, nesta matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas não olhe para aqui!

O Orador: O que vos quero dizer é que nesta matéria nós estamos a favor de defender, seja como for, o estado social.

Nós estamos a favor de manter aquelas que são as condições de vida dignas das pessoas, porque a culpa da situação em que o país está ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é dos trabalhadores!

O Orador: ... não é dos trabalhadores.

Já se esqueceram do que é significaram as parcerias público-privadas? Foram os trabalhadores portugueses que criaram as empresas municipais e toda a despesa excessiva que foi criada também nessa matéria, ou as fundações que foram criadas ao lado do estado social?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas o que é que temos a ver com isso? Olhe aí para o lado!

O Orador: Não foram as despesas na educação e não foram as despesas na saúde que conduziram o país para esta situação de desequilíbrio. Foi tudo o que foi criado ao lado pelas máquinas partidárias que se alimentaram do Estado e que criaram ao lado do estado social.

Portanto, o que vos quero dizer é que da parte do PPM podem contar com um combate, um combate pela justiça, um combate em defesa dos trabalhadores e isso não é inevitável.

E dizem-me: é necessário que a Europa precise de competir.

Mas qual é o maior exportador mundial? Desde a 2.º Guerra Mundial que ouvimos que a Europa está em decadência, mas se repararmos, mas se estudarmos, se analisarmos, verificamos que a União Europeia continua a ser o maior exportador mundial. Verificamos que a União Europeia continua a ser o maior bloco comercial do mundo e portanto, esta decadência, este fantasma da China, este fantasma dos tigres da Ásia não existe. O que existe aqui é que, um dos poucos que domina o aparelho do Estado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E alimentam!

Deputado Mário Moniz (BE): Muito bem!

O Orador: ...quer continuar a acumular riqueza em desfavor de muitos, da quase totalidade da população que trabalha e que cria, efetivamente, riqueza através do seu trabalho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: É isto que eu defendo.

Quero terminar com o seguinte...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com um apelo à luta!

O Orador: Quem nos diz que é preciso privatizar? “É preciso privatizar para a empresa funcionar.” Ouvei o Sr. Ex-Ministro Eduardo Catroga a dizer isto: que era precisa privatizar, que é para pôr isto a funcionar. Pôs! Durante 5 horas explicou (naquela célebre conferência de imprensa de 5 horas) como é que isto se faz.

Já ganhou 700 mil euros por ano na EDP.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sete reuniões!

O Orador: Já ganhou com essa privatização! Já teve um enorme benefício!

Depois vêm dizer aos outros, depois de ganharem 700 mil euros por ano, que “são precisos sacrifícios, é preciso diminuir regalias, o vencimento está muito alto, temos que ser mais competitivos.”

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Entretanto embolsa 700 mil euros por ano!

Já ninguém acredita nisto e ninguém acredita que isto é inevitável e o que todos temos de acreditar é que é preciso combater isto e é preciso combater esta desigualdade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e **Deputado Mário Moniz** (*BE*): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta altura do debate trazer mais alguns elementos e mais algumas achas para a fogueira.

Confiança dos mercados externos. Sr. Vice-Presidente, esta é para si, porque foi V. Exa que trouxe à coação esta matéria.

“Este Acordo aumenta a confiança dos mercados externos na nossa economia.”

O Sr. Vice-Presidente explique-me, como é que sendo isso verdade, os juros da dívida, nos últimos meses, passaram de 9,3 para 14,7? Explique-me também por que é que semana sim, semana não, Portugal é mais lixo do que aquilo que era anteontem? Onde é que está a acalmia dos mercados externos?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Não olhe para mim, olhe para ali!

A Oradora: Depois, dinamiza o mercado interno. Sr. Vice-Presidente explique-me como é que bolsos vazios podem dinamizar seja o que for?

Se quem trabalha tem cada vez menos dinheiro no bolso, se quem trabalha é cada vez mais espoliado, vai comprar o quê, a quem?

Quais são as empresas que se salvam com a recessão?

Quais são os patrões e os empregados que garantem que o seu trabalho continua?

Não existe! Isso é puro embuste, é pura ilusão, é um ato de magia em que já ninguém neste país acredita.

Depois, negociação e parceiros. O negócio faz-se numa situação em que as partes ganham alguma coisa, fazem concessões, mas todas elas ganham alguma

coisa. É isto que define um negócio e parceiros, quer dizer que estão ao mesmo nível. As partes são de igual para igual.

Sras. e Srs. Deputados, este Acordo não foi uma negociação. Este Acordo foi um negócio, que é uma coisa diferente. Um negócio para alguns, porquê?

Porque há apenas uma parte que perde tudo e essa parte são os trabalhadores. Os patrões não perdem nada, os patrões não abdicaram de nada, não concederam nada. Portanto, fizeram o negócio em troco da humilhação e da usurpação da dignidade de quem trabalha neste país. Isto não é uma negociação, isto é um negócio.

Já agora acrescentar: o Estado tem a obrigação, em qualquer país civilizado, de ser o mediador entre as partes e os interesses antagónicos. O Estado e o Governo da República foram, neste Acordo, duma parcialidade escandalosa, porque tomaram o partido apenas de uma das partes e estiveram-se borbifando para a parte mais frágil, para a parte mais desprotegida, que é exatamente a parte de quem trabalha.

Produtividade e competitividade. O raciocínio que os senhores sempre nos apresentam como inevitável é este: é preciso aumentar a produtividade para aumentar a competitividade e para podermos exportar e portanto, relançar a nossa economia.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): E mais emprego!

A Oradora: Um raciocínio simples, Sras. e Srs. Deputados.

Eu posso aumentar a produtividade à custa dos salários, mas posso continuar a produzir exatamente a mesma coisa: produtos sem qualidade, produtos sem inovação, produtos sem mais-valia. Aumentar a produtividade à custa dos salários não aumenta competitividade, porque o produto que estou a produzir não é competitivo em nenhuma parte do mundo. Ao contrário posso aumentar a competitividade de um artigo investindo no *marketing*, investindo na procura de novos mercados e de novas redes de distribuição, investindo na inovação. Estou a aumentar a competitividade e não mexo uma palha naquilo que estou a produzir.

Portanto, os senhores parem com mais esse embuste de fazer a ligação entre produtividade, competitividade, salvação da economia, porque isso é falso à luz de um raciocínio de mero bom senso.

Portanto, nós não estamos a aumentar coisa nenhuma a não ser a recessão e o caminho para a bancarrota deste país. Não estamos a aumentar competitividade nenhuma.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bancarrota já ele estava!

A Oradora: Até por uma razão: é que os salários cada vez mais baixos desmotivam a formação, desmotivam a escolaridade, desmotivam a aprendizagem ao longo da vida e fazem com que o nosso aparelho de trabalho, o nosso mundo de trabalho, que já tem 71% de trabalhadores com o ensino básico ou menos, continue nesta linha e é isto que destrói a produtividade e a competitividade, que são as faltas de competências, é a falta de formação, é a falta de qualificação e isto é verdade também nos Açores. Tudo isto que estou a dizer é verdadíssima nos Açores, não é só no continente.

Já agora também acrescentar: os patrões são como os políticos, não são todos iguais. Há patrões dignos de respeito...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, vá lá!

A Oradora: ...que são aqueles que respeitam os seus trabalhadores, são aqueles que garantem a dignidade e o valor do trabalho, que prezam e reconhecem o contributo que cada um deles dá para o seu negócio e para a sua empresa e que muitos deles, nesta Região, se esmifram para garantir que não mandam para o desemprego trabalhadores e trabalhadoras que estão na sua casa e na sua empresa há anos e anos. Esses são os patrões dignos deste nome.

Depois há os outros. Quais são os outros? São aqueles que acham que este é um bom Acordo, porque este Acordo dá-lhes tudo e não fica nada nas mãos dos trabalhadores.

Finalmente, Sr. Deputado Artur Lima, prometi-lhe daquela tribuna que lhe explicaria o que é o mau português ou má portuguesa.

O senhor disse publicamente no debate do parlamento, a sua gravação diz, que quem não está de acordo com este Acordo e quem não está do lado do Governo da República não é patriota.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o que é que a senhora disse ali?

A Oradora: Ouvei eu, ouviram os colegas que estiveram naquele debate.

A propósito disso eu quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: assim de repente lembro-me de duas figuras históricas que usaram exatamente o mesmo argumento – quem não pensa como eu está contra o Estado, está contra o povo, está contra o partido – e nenhum deles dignifica a sua posição. Lembro-me de Salazar e de lembro-me de Stalin.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Escolha qual deles é que prefere.

Preocupação com o desemprego.

Sras. e Srs. Deputados, este Acordo aumenta as falências, aumenta a recessão. Digam como é que impedem o aumento do desemprego. Expliquem esta multiplicação dos empregos ao povo. Como é que a recessão, como é que o empobrecimento diário do país, como é que as falências diárias neste país podem aumentar a empregabilidade, podem aumentar o emprego e portanto, impedir o desemprego.

Os senhores não conseguem explicar isto.

Finalmente, a conclusão. Pelo menos até a este momento do debate, depois de ouvir o Governo Regional (ainda estou à espera de ouvir o Partido Socialista para meu maior esclarecimento), eu tiraria esta conclusão que corrigirei se for esse o caso. Aquilo que ouvi do Governo Regional, que curiosamente agora já não há três partidos socialistas (várias vezes aqui neste plenário, às vezes até no debate e na resposta ao Bloco de Esquerda, o Partido Socialista defende que há três partidos socialistas - um no continente, um na Madeira e um nos Açores), parece que desta vez só há um Partido Socialista e é aquele que diz que no continente e aqui nos Açores este Acordo laboral é um bom Acordo e que

portanto, é para aplicar na íntegra aos trabalhadores e às trabalhadoras nos Açores. Era bom que isto ficasse esclarecido hoje, nesta casa e a propósito neste debate, porque esse é o principal objetivo deste debate de urgência do Bloco de Esquerda. É saber, face a este Acordo, face a este roubo, face a esta expolição, face a esta indignidade, qual é a posição do Governo Regional e do Partido Socialista/Açores para com os nossos trabalhadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reitero as perguntas que fiz ao Governo Regional e que espero ver respondidas ainda ao longo deste debate.

Relativamente a algumas outras intervenções que aqui foram proferidas, designadamente por parte da bancada do PSD e do CDS/PP.

Relativamente ao CDS/PP dizer o seguinte. O Sr. Deputado Artur Lima perdeu o centro da Albânia e da União Soviética e entretanto com isso pretendeu ilibar-se das responsabilidades que o CDS/PP tem no Governo da República...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não senhor, assumo-as todas!

O Orador: ...e relativamente àquilo que está a acontecer no país, para além do Sr. Deputado Artur Lima não ter sido rigoroso.

A CGTP já assinou acordos. Vou lembrar-lhe um. Assinou um acordo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Em 75.

O Orador: ...que previa o aumento do salário mínimo até 500 €, em 2011, e que não foi cumprido pelo Governo.

Deputado João Costa (PSD): Quem era o primeiro-ministro?

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Artur Lima veja lá se é mais rigoroso e se deixa de se preocupar menos com a Albânia e com a União Soviética.

Quanto ao PSD. Sr. Deputado Clélio Meneses, presos ao passado?! Os senhores é que são dos novos tempos?!

Não há nenhum português com menos de 40 anos que se lembre de um quadro de relações laborais como aquele que vai ser instituído a partir do Acordo. Já

não se trabalha em Portugal de sol a sol e não há nenhum português com menos de 40 anos que se lembre que o horário de trabalho era de sol a sol, mas aquilo que Vs. Exas. pretendem é que os trabalhadores venham a trabalhar até 12 horas por dia. Isto é que é estar preso ao passado.

Vs. Exas. estão a retroceder. Vs. Exas. é que representam o passado, um passado de má memória.

Deputado João Costa (PSD): Essa agora: passado de má memória! Clarifique isso.

O Orador: É isso que Vs. Exas. representam. Portanto, não me venha com esses chavões, com esses clichés quando quer criticar a posição do PCP, porque nós não estamos presos ao passado, nós queremos é de facto um novo tempo, um tempo que traga dignidade para as pessoas, que é aquilo que Vs. Exas. não fazem, colocando os trabalhadores portugueses na servidão, na completa dependência.

Melhor, se esses são os novos tempos que Vs. Exas. defendem, estamos conversados.

Relativamente à forma como o Governo da República, do CDS/PP e do PSD, está a tratar as finanças públicas penalizando os trabalhadores portugueses, já foram dados aqui exemplos como Celeste Cardona e Eduardo Catroga que estão a ser pagos pelos bons serviços que prestaram ao PSD e ao CDS/PP.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foram os comunistas chineses que os escolheram!

O Orador: Eu gostaria de dizer para além das centenas de nomeações que são conhecidas através do Diário da República, agora o Sr. Ministro Relvas descobriu uma nova forma de contratar pessoal evitando a publicação no Diário da República e então contratou um motorista por ajuste direto para o seu gabinete pelo valor de 73 mil, 446 €. Por ajuste direto! Serviço de motorista! Bem pagos os motoristas do gabinete do Ministro Relvas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É contra o motorista ser bem pago?

O Orador: Não, sou contra a forma como o Ministro Relvas fez isto para se safar ao conhecimento público e à publicação em Diário da República.

Pois é, pois é, Srs. Deputados que representam aqui o Governo da República e que se apresentam como os grandes disciplinadores das questões, das despesas do Estado e dos exageros que o Estado vem a cometer!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não têm dinheiro para a RTP/Açores, mas têm dinheiro para o motorista.

O Orador: Vs. Exas. estão a dar exemplos destes e entretanto, aquilo que resulta do Acordo, é colocar os trabalhadores portugueses numa situação de servidão, trabalhando mais e ganhando menos, que é aquilo que Vs. Exas pretendem continuando este modelo de desenvolvimento...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Queriam trabalhar menos e ganhar mais?

O Orador: ...que baseia a competitividade nos baixos salários e concentra desmesuradamente a riqueza, como já aqui foi dito (e muito bem dito) pelo Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado Hernâni Jorge)

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Deve ser menos que as Unidades de Saúde de Ilha, ó Hernâni! S. Miguel, Terceira...

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Fazemos este debate sobre a proposta do Bloco de Esquerda, sobre um compromisso tripartido do nosso país em que julgo que é importante este enquadramento inicial, que surge num momento difícil, numa conjuntura externa extremamente desfavorável e num momento em que também o nosso país é alvo de uma intervenção externa por parte das instituições europeias, tendo assim, devido a essa intervenção externa, de cumprir alguns compromissos assumidos nesse âmbito.

Nesse âmbito, e pelo facto de estarmos numa conjuntura e num cenário extremamente difícil, espera-se naturalmente (e é esse também o nosso desejo) que aquilo que saiu deste Acordo seja transitório...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ...e que seja possível também, através deste Acordo, materializar um esforço para equilibrar as contas do nosso país e, desta forma, podermos também encarar o futuro de uma forma mais otimista.

É inegável que tendo em conta toda a conjuntura em que vivemos hoje, tendo em conta o quadro internacional em que nos movimentamos atualmente, era fundamental dar um sinal de responsabilidade e até de estabilidade social a essas instituições estrangeiras e também transmitir confiança aos nossos financiadores e às entidades financiadoras do nosso país.

No entanto, é indiscutível também dizer que este Acordo é penalizador para os trabalhadores por conta de outrem. É penalizador também porque materializa, na nossa perspetiva, as linhas e as bases programáticas de uma corrente profundamente neoliberal que é hoje dominante na Europa e que assenta, no âmbito laboral, entre outras questões, a sua ação nos conceitos da flexibilização laboral e também de um aumento constante da desregulação laboral.

Por isso, parece-me importante referir que este Acordo não deve ser um momento de grande alegria e de grande regozijo, muito menos pode ser classificado como um Acordo histórico para o nosso país. Muito longe disso!

Este Acordo é mais negativo do que positivo para o nosso país e para os portugueses.

É um Acordo de exceção, num momento de exceção, mas é e tem grandes fatores negativos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O vosso presidente vai pedir a defesa da honra, a ser desmentido dessa maneira!

O Orador: E também é preciso dizer que para que este Acordo não seja pior, para que a situação laboral em Portugal não seja pior, é fundamental que todos os agentes políticos, parceiros sociais, partidos políticos, também entidades

patronais, estejam efetivamente vigilantes sobre esta matéria e sobre todas as questões laborais envolvidas no nosso país.

Sobre isso parece-me importante também dizer o seguinte. Devido à passividade enorme que temos assistido por parte do Sr. Presidente da República sobre os abusos laborais que este Governo da República tenta impor, devido também à própria conceção que este Governo da República tem sobre aquilo que deve ser o Estado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ao Governo da República?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ...sobre o papel que tem o Estado sobre os trabalhadores e na relação que deve existir entre as entidades patronais, o Estado e os trabalhadores, isso exige de todos nós grande vigilância no cumprimento e na defesa dos direitos laborais dos portugueses.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso também dizer o seguinte. O Partido Socialista não se exime das suas responsabilidades, nunca o fez.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista não se exime das suas responsabilidades na negociação e na assinatura do Memorando de Entendimento da Troika, acordo assinado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Assinado não! Isso é falso! Tem as vossas assinaturas.

O Orador: Acordo que aliás teve que ser assinado depois do Partido Socialista ter sido derrubado na Assembleia da República, depois de uma aliança entre todos os partidos da oposição na Assembleia da República que chumbaram o PEC IV, que evitaria esta intervenção externa e a assinatura deste Memorando de Entendimento.

Deputado João Costa (PSD): Tem a assinatura do Teixeira dos Santos.

O Orador: Mas é inegável que o atual Governo da República se orgulha de ir mais longe do que a Troika.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que diz isso?

O Orador: Têm sido permanentes as declarações e afirmações de membros do Governo da República que se orgulham de ir muito mais longe do que a Troika ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ...para mostrar serviço à senhora Angela Merkel e para mostrar serviço aos mercados financeiros. Isso não é apenas para mostrar serviço, isso decorre da conceção que este Governo tem sobre o Estado, este Governo que é, pela primeira vez, um verdadeiro governo de direita no nosso país.

Esse orgulho foi materializado em afirmações também no âmbito do acordo laboral. Apesar de termos muitas afirmações, de muitos ministros dizendo que são muito mais troikistas do que a Troika, que vão muito mais além do que a Troika,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Aonde? Mas quem é que disse isso?

O Orador: ...que a Troika não obrigava que se cortassem os subsídios de férias e de natal em 2012 e 2013 e afirmam perentoriamente que vão muito mais além da Troika também sobre o acordo laboral, também sobre o compromisso tripartido que saiu da concertação social, vários ministros e o próprio Sr. Primeiro-Ministro vieram, depois desse Acordo, orgulhar-se que aquilo que saiu do Acordo ia muito mais além da Troika.

Estou a citar uma notícia do jornal *online* que diz o seguinte, Vítor Gaspar: “Governo foi mais longe que a Troika nas reformas laborais.”

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Estou a citar afirmações da notícia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é uma vitória ou uma derrota? Isso é bom ou é mau?

O Orador: “O Governo foi mais longe do que a Troika exigia na execução de reformas no mercado laboral português, reconheceu Vítor Gaspar num *workshop* organizado no Ministério das Finanças.”

Agora vou citar as afirmações do Sr. Ministro das Finanças. Dizia o seguinte: “Desde essa data foram tomadas medidas adicionais de grande importância em algumas áreas, como na reforma do mercado de trabalho. Na concertação social

podemos ir, inclusive, além dos compromissos assumidos no Programa de Assistência Económica e Financeira.” Jornal *online* dinheirovivo.pt que os senhores podem também consultar.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia: “O Acordo que conseguimos é mais inovador e mais audaz do que o próprio Memorando de Entendimento e do que aquilo que a Troika previa.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso deve ser invenção da comunicação social! Não acredito!

O Orador: Portanto, fica muito claro que o atual Governo da República está mais preocupado em estar ao serviço dos mercados e da senhora Angela Merkel, do que estar ao serviço dos portugueses e dos interesses dos portugueses.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o Sócrates não estava?

O Orador: Parece-me importante dizer também que o esforço que agora tem de ser feito deve servir para que os resultados que se esperam sejam positivos, possam vir a ser colocados ao serviço dos trabalhadores, ao serviço dos portugueses, ao serviço das nossas empresas e dos cidadãos portugueses.

Nesse âmbito, parece-me fundamental que todos nós tenhamos grande vigilância em todas estas questões, que sejamos um garante (e é isso que o Partido Socialista será com certeza nos Açores) da defesa dos interesses das pessoas, um garante de defesa dos direitos dos trabalhadores açorianos, um garante de defesa também dos interesses das nossas empresas e, sobretudo, um garante da defesa do estado social...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ...que está profundamente posto em causa pela perspetiva do Governo da República e por aquilo que o Governo da República tem feito sobre essa matéria.

Os açorianos sabem naturalmente que podem continuar a contar com o Partido Socialista nestas matérias, sabem que o PS dos Açores está pronto para defender as famílias e as empresas açorianas e para conseguir minimizar os impactos da austeridade, os impactos de uma crise financeira muito profunda...

Deputado João Costa (PSD): Mantendo a pobreza nessas famílias?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o desemprego?

O Orador: ...e para conseguir minimizar os impactos da austeridade nacional que este Governo da República, pela perspetiva e pela conceção que tem do Estado, pretende impor, querendo e estando ansioso para mostrar serviço à senhora Angela Merkel, para mostrar serviço aos mercados financeiros, dizendo e orgulhando-se que vai muito além da Troika, que é muito mais troikista do que a Troika, como aliás pude comprovar pelas afirmações que fiz.

O PS aqui estará sempre disponível para defender os Açores, para defender os açorianos e para defender, acima de tudo, a nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já aqui dei vários exemplos e tenho aqui todas as medidas que estão no Acordo e que estão no Acordo da Troika e entendo que as medidas tomadas pelo Governo português não deviam ir além do Acordo da Troika. Tenho aqui 14 medidas que estão no Acordo de Concertação Social, que estavam todas no Acordo da Troika. Ponto. Todas no Acordo da Troika.

O Acordo da Troika tem duas assinaturas.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o senhor tem de acrescentar as 3 folhas com as medidas do seu Governo.

O Orador: Tem a assinatura do Ministro das Finanças da altura e tem a assinatura do Governador do Banco de Portugal. Quem assinou (vamos usar os termos corretos) foi o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é quem assinou, mas quem apoiou!

O Orador: ...e o Partido Socialista. Assinou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O CDS não apoiou?

O Orador: Apoiou, sim senhor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era só para saber!

O Orador: Oh Sr. Deputado Aníbal Pires está a perceber o que eu estou a dizer?

O CDS apoiou sim senhor, agora quem assinou o acordo, quem negociou as condições, quem aceitou as condições foi o Partido Socialista.

Agora, vamos cá ver uma coisa.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os senhores ficam sempre muito nervosos quando se diz que os senhores assinaram o acordo. Estão nervosos?

Deputado Francisco César (PS): Perplexos com os seus argumentos!

O Orador: Ficam nervosos? Há remédio para isso!

Perplexo fico eu, Sr. Deputado, ao ouvir o seu líder parlamentar falar. Eu é que fico perplexo e se me contassem eu não acreditava, mas como estou a ouvir, acredito.

Vamos lá ver se a gente se entende.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Está difícil!

O Orador: Por que é que o Governo, em alguma circunstância, teve que tomar alguma medida que iam além do Acordo da Troika?

Sabem porquê? Porque a dívida que apareceu também foi além daquilo que a Troika esperava.

Deputado Berto Messias (PS): É que entre o desvio havia mais qualquer coisa...

O Orador: A dívida escondida também foi além daquilo que a Troika esperava!

E, Sr. Deputado Berto Messias, V. Exa. também é um jovem com boa memória. Quem primeiro andou a mostrar serviço à senhora Merkel, quem primeiro deu

mimos à senhora Merkel, quem primeiro andou com abraços à senhora Merkel, chama-se José Sócrates.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade sim senhor!

O Orador: Quem primeiro andou a mostrar serviço na Europa à senhora Merkel e ao senhor Sarkozy... não foi com o PEC. Não foi com um, não foi com dois, não foi com três, foi com quatro PEC's de serviço à senhora Merkel e chama-se José Sócrates e foi o Governo do Partido Socialista.

É disso que o senhor está esquecido e é isso que é preciso recordar aqui.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E os senhores faziam diferente!

O Orador: E mais, Sr. Deputado!

O senhor quando diz uma coisa tem que dizer o resto e todos os adjetivos que o senhor usou para adjetivar o Acordo de Concertação Social aplicam-se, na íntegra, ao bom Acordo da Troika que os senhores assinaram. Textualmente, sem retirar um, Sr. Deputado Berto Messias.

Agora se quer entrar em matéria de mais pormenor...

Deputado Berto Messias (PS): Não é uma citação minha é do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças!

O Orador: Discordo dessa citação, discordo dessa afirmação.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Já lhe disse o que é que entendia sobre essa matéria e o senhor já percebeu. Quando se foi além das medidas da Troika foi porque a dívida de Portugal também foi além daquilo que se esperava e teve que se usar medidas de correção.

Agora, Sra. Deputada Zuraida Soares, permita-me que me dirija a si sobre a sua intervenção e dizer-lhe uma coisa Sra. Deputada. Pelo menos tem de fazer a justiça de reconhecer o seguinte. V. Exa. diz que isto vai levar o país à bancarrota.

A Sra. Deputada tem que reconhecer que o país já estava na bancarrota, que não havia dinheiro para pagar salários, que não havia dinheiro para pagar pensões,

que não havia dinheiro para Portugal ter a sua soberania e, efetivamente, Portugal perdeu a sua soberania. Estamos de acordo, mas foi por causa de um PEC, de dois PEC's, de três PEC's e das parcerias público-privadas no valor de dezenas de milhares de euros...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que a Troika manda retirar, mas que o Governo da República ainda não teve tempo.

O Orador: ...que vão ser renegociadas, que a Troika manda renegociar e que vão ser renegociadas, Sra. Deputada.

É isso que os senhores têm de perceber e são as parcerias público-privadas que também estão contribuindo para algum desequilíbrio das contas regionais.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo. Faça favor de continuar.

O Orador: Posso deixar...

Presidente: Não, não pode, porque eu não deixo, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ...o debate entre as bancadas continuar sobre outros assuntos que não têm a ver com o que está aqui.

Permitam-me que identifique e penso que era importante nós nos entendermos sobre algo onde temos três posições completamente diferentes da mesma coligação que está no Governo da República.

O Sr. Deputado Artur Lima diz que este Acordo não foi para além da Troika.

O Sr. Deputado Clélio Meneses diz que foi menos que a Troika e o Sr. Primeiro-Ministro diz, e passo a citar, “foi para além do Memorando da Troika”.

Em que é que ficamos, Srs. Deputados?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não disse isso!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Em que é que ficamos senhores membros dos partidos que fazem a coligação do Governo?

Isto é, vamos esclarecer esta matéria. Foi o que propunha a Troika, foi menos que a Troika...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não disse isso!

O Orador: ...ou foi como o Primeiro-Ministro, Passos Coelho, diz “para além da Troika”?

É isto que é o cerne desta questão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto.

Mas toda esta intervenção tem outra incoerência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Da minha parte não!

O Orador: Não é da sua parte, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ...mas tem em relação à intervenção do Sr. Deputado do PSD/Açores que diz: “não, nós fomos menos que a Troika.”

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não disse isso!

O Orador: Então se fomos menos que a Troika, o Acordo da Troika não é justificação para nenhuma medida que se pode ir para menos do que a Troika. É esta incoerência! Ou seja, não justifiquem com o Acordo da Troika aquilo que fazem sem ter nada a ver com o Acordo da Troika, porque se é como o Sr. Deputado disse, então pode-se não fazer aquilo que o Acordo da Troika tem escrito.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas está a falar para que bancada, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Para aquela bancada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah bom!

O Orador: Denoto a sua coerência em relação àquilo que diz. A sua posição é diferenciada daquilo que diz o Sr. Primeiro-Ministro.

Registo aqui a divergência nessa matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não estão unidos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aníbal, unidos mas não confundidos!

O Orador: Mas o cerne da questão nesta matéria foi e é essencialmente o que está neste Acordo. E este Acordo é um acordo assinado entre o Governo da República e um conjunto de parceiros sociais.

Como referi, há aqui um conjunto de preocupações no sentido da penalização do trabalho por conta de outrem, que essencialmente não pode ser como foi considerado pelo Sr. Primeiro-Ministro e volto a citar o Sr. Primeiro-Ministro, Passos Coelho, quando disse no dia do Acordo “hoje vivemos um dia histórico”.

Srs. Deputados, não pode haver vitórias, não pode haver dias históricos num momento onde os trabalhadores perdem direitos, perdem benefícios e perdem rendimentos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não pode ser um dia histórico nem uma vitória quando benefícios conquistados por gerações e gerações de portugueses são abdicados nesse dia e não pode (e choca-me ver aquilo que vi na Assembleia da República no dia a seguir a esse Acordo) um deputado do PSD, líder da JSD mais concretamente, dizer que este Acordo é bom para as gerações futuras. Não há nenhum benefício para as gerações futuras que se faça à custa da perda de direitos que foram conquistados por gerações e gerações de portugueses.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Não há nenhum país que se desenvolva, que cresça, que construa um futuro à custa da perda de direitos, da perda de benefícios que foram arduamente conquistados pelos trabalhadores durante muitos anos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Que os senhores ajudaram a destruir com a subida da dívida.

O Orador: Há uma matéria que a todos nos preocupa, mas Srs. Deputados, ao contrário do que foi dito e volto a referir hoje, todos os portugueses percebem que o problema não era nacional. Hoje todos os portugueses percebem que o problema não era do anterior Governo da República, como a solução não está no atual Governo da República, porque a dimensão do problema não é nacional, é uma dimensão internacional e deixem-se de politiquices, de imputar responsabilidades ao passado...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Homessa!

Deputado João Costa (*PSD*): Ficamos quietinhos!

O Orador: ...porque no presente não vão conseguir resolver o problema, porque o problema ultrapassa em muito a dimensão nacional, por isso é um problema que para a sua solução nos devem convocar a todos e só com uma solução europeia, construída no seio das instituições europeias, podemos fazer face a este problema.

É isso que dissemos no passado, é isso que dizemos no presente e é isso que acreditamos que é a única solução para o futuro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Não perceber isto é entrar aqui em coresponsabilizações do passado que amanhã nos vão cair em cima.

Deputado João Costa (*PSD*): Fazer como a Sra. Secretária disse: deixar que a crise passe!

O Orador: Ainda ontem, quando aqui alguns deputados disseram que o país estava à beira da bancarrota (por isso é que tomaram posse), lembro o que é que o *Wall Street Journal* disse ontem. Depois dos portugueses perderem o subsídio de férias, depois dos portugueses perderem o subsídio de natal, depois dos portugueses terem de pagar 50% do subsídio de natal do ano passado em IRS, depois de aumentarem o IVA, depois de aumentarem os impostos todos, depois de aumentarem os pagamentos da saúde, depois desses imensos sacrifícios ainda tiveram que ir buscar 6 mil milhões de euros aos fundos dos bancos, que

foi receita em 2011, mas será despesa que os portugueses vão pagar a partir de 2012, ou seja, tapou um buraco em 2011,...

Deputado João Costa (PSD): Fala o especialista!

O Orador: ...mas vai gerar um encargo a pagar por todos os portugueses a partir do próximo ano, depois de tudo isto feito em 6 meses pelo novo Governo, o *Wall Street Journal* disse ontem que Portugal não terá capacidade de cumprir os seus compromissos, ou seja, estará exatamente na mesma situação que estava...

Deputado Rui Ramos (PSD): Como foi para a saúde, que os senhores foram à banca. É a mesma coisa!

O Orador: ...quando esteve Governo da República tomou posse.

Quero-vos dizer que não assacamos responsabilidades apenas ao Governo da República, porque, como disse no princípio, é um problema que tem uma dimensão que ultrapassa a capacidade de um país resolver. Como Portugal não consegue resolver, a Espanha não consegue, a Itália não consegue e nenhum país da Europa consegue.

De uma vez por todas vamos abordar este problema com a seriedade e o rigor devido.

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas o desemprego mantém.

O Orador: A solução tem que ser uma solução encontrada nas instituições europeias, mas digo-vos, para concluir esta parte da intervenção, por tudo o que vimos, por tudo o que estamos a viver hoje, qualquer estratégia para ultrapassar este problema não se faz sem uma agenda que faltou neste Acordo, como referi, para o crescimento, para o emprego e para a competitividade.

Somar austeridade à austeridade como solução para o problema, não resolve em Portugal, porque não resolveu na Europa. A dimensão do problema é uma dimensão em termos de mercados financeiros de consistência do euro como moeda e não um problema de desequilíbrio orçamental de um país.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Para concluir, respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires, quero dizer-lhe que em relação à questão da Região, nomeadamente essa matéria, nós

consideramos (é essa a visão que temos sobre a matéria) que esta matéria laboral que foi agora acordada e que depois irá ser convertida em legislação e portanto, só poderemos abordar esta matéria em profundidade a partir do momento em que este Acordo genérico se concretize em diplomas, iremos diploma a diploma verificar o seu conteúdo e a definição do seu âmbito de competências, observando aquilo que são as competências constitucionais e estatutárias da Região e analisá-los em conformidade.

Neste momento, o que nós, o Governo dos Açores fez, foi solicitar um parecer jurídico,...

Deputado João Costa (PSD): Quanto é que vai custar?

O Orador: ...devidamente habilitado, no sentido de identificar, no âmbito das nossas competências estatutárias e constitucionais, a capacidade ou não de intervenção do Governo Regional ou da Assembleia Legislativa Regional nestas matérias.

Bem sabemos que estas matérias são, na sua essência e na sua generalidade, matérias de competência exclusiva da República onde a Região não tem competências. É este o entendimento, o princípio que é, com certeza, unânime nesta Assembleia, mas solicitámos um parecer no sentido de identificar se a Região ou os órgãos próprios da Região terão, nestas matérias agora acordadas, alguma competência do ponto de vista legislativo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Disponibilidade para?

Deputado João Costa (PSD): A quem?

O Orador: Foi solicitado este parecer para identificar se a Região terá alguma competência nesta matéria, sendo que à partida, da nossa análise feita, é matéria da exclusiva responsabilidade da República.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começar por fazer uma confissão.

Normalmente quando venho para estes debates tento de alguma forma antever o que é que se vai passar e já é difícil surpreender-me em política, mas a postura

do Partido Socialista hoje aqui foi claramente surpreendente, sobretudo depois daquilo que foram as declarações do Presidente do Governo, depois daquilo que foi a posição do deputado José San-Bento ainda ontem num debate público na RTP/Açores. A posição do Partido Socialista e do Governo Regional hoje aqui é absolutamente surpreendente e leva-me a dizer que, depois disto, já nada mais me pode surpreender.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diga isso!

O Orador: Quem ouviu o Partido Socialista e o Governo Regional hoje aqui fica com a ideia que o Partido Socialista não tem nada a ver com isto, é contra isto tudo e faz lembrar o Comandante Francesco Schettino, do Costa Concordia, que encalhou o barco, pôs-se a fugir do barco como se não tivesse nada a ver com isso.

É a postura do Partido Socialista. Os senhores encalharam o barco sabe-se lá por que razão, puseram-se a cavar, puseram-se a fugir do barco e dizem que não têm nada a ver com isto. Homessa!

Isto é a vossa postura!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Todos sabem que o país está como está por causa da desgovernação do Partido Socialista. Todos sabem que o que está em causa agora é o resultado de um acordo com representantes da ajuda externa, o denominado Acordo da Troika...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor daqui a 3 anos ainda diz essa conversa. Já ninguém acredita nisso!

O Orador: ...assinado pelo Partido Socialista e vem o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores com a habilidadezinha de que o cerne da questão é se é mais ou menos que a Troika. Isto representa o cernezinho da vossa perspetiva e do vosso sentido de responsabilidade perante um problema com esta dimensão.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é que veio para aqui com essa conversa!

O Orador: Só para esclarecer a questão que referi, porque para quem não quer perceber é sempre muito difícil a gente explicar, mas eu vou fazer um esforço.

Quando se disse que, naqueles aspetos em concreto que citei (e fui ao ponto de citar) é “menos penoso do que a Troika”, estou a ser objetivamente rigoroso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E no computo geral: é mais ou menos?

O Orador: Obviamente que para quem tem o preconceito partidário de que qualquer reforma é para piorar, entende que se se vai além da Troika é para piorar, mas a posição do PSD é que as reformas não são para piorar e se vai além da Troika é no sentido de que em muitos aspetos é para promover a economia, para criar produtividade e para criar riqueza.

Os senhores é que têm esse preconceito negativo de que reformas é para piorar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é o vosso conservadorismo e é a vossa perspetiva política à qual estão claramente agarrados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era melhor que a Troika, agora é pior!

O Orador: Devia dizer também se é pior para os trabalhadores então por que é que uma central sindical representativa e com a dignidade da UGT aceitou este Acordo?

Obviamente que este Acordo vai para além da Troika em muitos aspetos, mas para os trabalhadores, em muitos dos aspetos que referi, é menos penoso do que a Troika.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já percebemos!

O Orador: Adiante e dizendo o seguinte.

O Sr. Presidente da bancada do PS fez aqui, como é costume, umas acusações genéricas, mas não concretizou um aspeto que fosse pior do que a Troika.

Da minha parte, citei pelo menos 6 aspetos em concreto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não foi ele, foi o Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: ...6 aspetos objetivos e rigorosos em que este Acordo é menos penoso para os trabalhadores do que a Troika.

Devia também dizer aqui que, relativamente a citações, o antigo Ministro das Finanças do Partido Socialista disse agora em janeiro, em 17 de janeiro de 2012 - estou a citar -, confessa, “que via a ajuda como quase incontornável desde novembro de 2010”.

Isto é, em novembro de 2010 já entendia que o Estado estava num estado lastimável que precisava de ajuda externa e levaram este tempo todo a enganar os portugueses, enganaram-se a si próprios, fazendo assim mais uma prática política de absoluta irresponsabilidade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nesse tempo todo os senhores acompanharam os planos de austeridade!

O Orador: Quando sentiam que era necessário em novembro de 2010 pedir ajuda, como é dito aqui pelo Ministro Teixeira dos Santos, levaram o Estado ao ponto em que ele está.

Devo também realçar aqui esta colagem normal do Partido Socialista a José Sócrates. Faço lembrar que José Sócrates foi eleito no último congresso do Partido Socialista com 98% dos votos também dos socialistas açorianos, isto é, claramente os socialistas açorianos colados a José Sócrates.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Colados estão os senhores!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor sonha com o Sócrates!

O Orador: Faço lembrar que José Sócrates (para a pouca memória de alguns) é o tal Comandante Francesco Schettino, que afundou o barco e pôs-se a cavar, e é o tal que diz que pagar dívidas é coisa de criança. É esta a vossa perspetiva da vida pública e esse vosso sentido de responsabilidade, de que pagar dívidas é coisa de criança, que também levou ao ponto em que estamos.

Deputado Francisco César (PS): E o que é que ele diz a seguir?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor vive com o fantasma do Sócrates!

O Orador: Uma nota final sobre a absoluta incoerência de quem agora vem falar, nos Açores, em estado social.

Os Açores, com esta governação socialista de 16 anos, tem o maior número de desempregados da história da autonomia. São 14 mil desempregados, mais de 14 mil desempregados. Em 2003 eram só 2 mil, isto é, de 2003 para hoje aumentou de 2 mil para 14 mil desempregados.

São estes senhores que puseram o estado social como está que vêm falar em estado social?

Os senhores deviam ter vergonha de falar em estado social, estando a sociedade açoriana como está.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

São 18 mil açorianos a viver de Rendimento Social de Inserção, mais do dobro da média nacional, isto é, a pobreza instalada nos Açores.

São 31 mil e 500 famílias, um terço dos açorianos, a viver com menos de 540 €, isto é, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E vão ser mais!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...abaixo do limiar da pobreza.

São os senhores que falam em estado social criando uma economia e uma sociedade absolutamente dependente, cada vez mais pobre e cada vez a passar mais dificuldades.

Não se produz mais, não se produz riqueza e não foi por falta de dinheiro.

Deputado Francisco César (PS): Não se produziu mais? O senhor não sabe o que está dizendo!

O Orador: São milhões e milhões que vieram pela Europa abaixo até chegar aos Açores e os Açores estão no estado lastimável em que estão.

Empresas a falir todos os dias; empregados que não recebem salários há meses e meses; empresas inteiras e seguidas que não conseguem pagar subsídio de férias e subsídio de natal já agora com o regime atual. Isto é, os senhores é que

criaram essa economia, os senhores é que criaram essa sociedade e têm o descaramento, têm a distinta lata de falar em estado social e de atirar pedras para quem quer que seja.

Os senhores com isto tudo demonstram a sua mais absoluta irresponsabilidade e falta de sentido da realidade para assumir as responsabilidades que deviam ter.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Está a ver-se ao espelho!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PSD terminou o seu tempo neste debate.

O PCP já o tinha terminado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte.

Não fui eu que disse que este Acordo ia mais longe do que a Troika. Eu citei o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças que fizeram essas afirmações, afirmando que este Acordo ia mais longe do que a Troika.

Deputado José Gaspar (PS): Muito bem!

O Orador: Eu percebo, aliás não é nova esta obsessão que o PSD tem pelo Eng. José Sócrates e não posso deixar de dizer: ainda bem que o Eng. José Sócrates foi embora, porque faliu a Grécia, faliu a Itália, faliu a Espanha, faliu os Estados Unidos.

Aliás, o responsável pela crise mundial para o PSD é o Eng. José Sócrates, não são as políticas que se têm desenvolvido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

E nesse âmbito, também é notória toda a incoerência que tem sido bem presente da perspectiva do PSD e que foi aliás aquilo que o levou a ganhar as eleições do nosso país: derrubou o Governo da República chumbando o PEC IV.

Deputado Rui Ramos (PSD): O Governo da República é que se foi embora!

O Orador: Empurrou o país para a assinatura do Memorando de Entendimento da Troika.

Tudo aquilo que disse durante a campanha eleitoral não fez absolutamente nada, fez exatamente o contrário depois de ganhar as eleições.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: É isto que o PSD nos oferece!

Portanto, depreende-se daqui facilmente que a marca PSD, aquilo que o PSD tem para nos oferecer é isto, quer em Portugal continental, quer na Madeira, quer aqui também nos Açores.

O prémio que o PSD tem disso é a maior taxa de desemprego de sempre no nosso país já este ano e no início do próximo ano.

Deputado João Costa (PSD): E nos Açores?

O Orador: Este é o prémio do PSD, esta é a recompensa do PSD.

Não posso deixar de dizer o seguinte.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sabe qual é que era a dívida pública em 2007?

O Orador: Esta obsessão constante de falar no Eng. José Sócrates, de culpabilizar o passado (antes a culpa era do Eng. José Sócrates, agora, afinal, já é da crise internacional, já é da crise europeia) aliás, tem sido normal. Temos ouvido recorrentemente o PSD a fazer estas chalaças, estes trocadilhos e a lançar estes *sound bytes*, não contribuindo em nada para a solução dos problemas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso é uma verdade!

O Orador: O PS aqui está para continuar a defender o estado social como um referencial de defesa das pessoas,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...dos açorianos, dos trabalhadores, das empresas açorianas,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Estão a destruir tudo!

O Orador: ...defendendo sobretudo os Açores.

Nós não embarcamos na partidarite aguda que foi aqui apresentada neste debate pelo PSD/Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Homessa!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo.

Retomamos os nossos trabalhos às 12 horas e 25 minutos.

Até já.

(Eram 11 horas e 56 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 34 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos, continuando com o debate de urgência.

Neste momento não tenho nenhuma inscrição. Não sei se há inscrições.

Não havendo inscrições passamos para o encerramento do debate. O Governo tem direito a falar.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No encerramento deste debate gostaríamos de reafirmar aquilo que foi a nossa posição muito clara e concreta sobre esta matéria.

Este Acordo, assinado entre alguns parceiros sociais e o Governo da República, tendo aspetos que podem potenciar benefícios, tem essencialmente um conjunto de aspetos que carecem de melhoria. Nomeadamente consideramos que é excessivamente penalizante para os trabalhadores por conta de outrem, é demasiado confinado às dificuldades e preocupações financeiras conjunturais e não tem, nem se vislumbra neste Acordo e no seu conteúdo, uma agenda nem uma estratégia para o crescimento, para o emprego e para a competitividade, assentando e considerando assente do decurso deste Acordo, que Portugal irá registar em 2013 a maior taxa de desemprego de sempre, irá registar em 2012 a maior recessão económica que se registou nos últimos anos, nomeadamente com um decréscimo da atividade económica este ano de 3,1% e com um aumento do desemprego para o valor máximo percentual, em 2013, de 14,2%.

São, pois, indicadores e problemas estruturantes que este Acordo não tem a ambição de minimizar e que não tem a ambição de resolver, porque seria bom que neste Acordo houvesse mais preocupações com o crescimento económico e menos com a austeridade; houvesse mais preocupações com a segurança dos trabalhadores e menos com a desregulação do mercado de trabalho. Falta, pois, neste documento uma política de crescimento, uma política estratégica de desenvolvimento e uma política que reforce a segurança de quem trabalha.

Por isso mesmo consideramos que este Acordo não será a solução para o país...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Antes era bom!

O Berto Messias puxou-lhe as orelhas! Guerrilhas internas!

O Orador: ...nem é uma boa solução de conjuntura para os portugueses, mas poderá ser um princípio de trabalho para que se aproxime vontades, para que se fomente maiores convergências para uma estratégia de crescimento e de sustentabilidade nacional.

Agora o que não se pode é, com este Acordo, dizer que foi um dia histórico para o país, nem uma vitória, porque...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês entendam-se!

O Orador: ...nunca poderá ser vitória, nem um dia histórico para o país quando se reduz os direitos, se reduz os benefícios e se reduz os rendimentos de muitas gerações.

Deputado Jorge Macedo (PSD): No intervalo houve alguns puxões de orelhas!

O Orador: É o trabalho de gerações, são as conquistas ao longo de muitos anos que algumas delas ficaram em causa com este Acordo. Portanto, não é um dia de vitória, não é um dia histórico para o país, mas poderá ser o início de um processo de concertação estratégica e social que tem de ir muito mais para além dos aspetos que foram agora acordados,...

Deputado João Costa (PSD): Mais para além da Troika!

O Orador: ...particularmente criando uma estratégia que retome a criação de emprego e retome o crescimento económico.

Neste debate assistimos também a uma falta de rumo e de estratégia em termos da apresentação dessas medidas complementares por quem tem responsabilidade de governar o país.

No caso concreto da Região, nós (Governo) consideramos, da leitura que fazemos deste Acordo, que a Região, os órgãos próprios da autonomia regional não têm competências, quer do ponto de vista constitucional, quer do ponto de vista estatutário, para ter uma interpretação diferente daquela que é definida neste Acordo, tendo em conta que se trata de matérias da exclusiva responsabilidade da República. Mas para que não fique qualquer dúvida sobre esta matéria o Governo dos Açores pediu um parecer jurídico a uma entidade devidamente habilitada, no sentido de clarificar as competências da Região sobre essa matéria, sendo, no entanto, entendimento à partida do Governo Regional que, à letra do Acordo, a Região não tem (os seus órgãos próprios) competência para legislar sobre a matéria que aqui foi acordada.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha última intervenção gostaria de continuar a fazer o trabalho de esclarecimento que foi o principal objetivo do pedido deste debate de urgência e

que na realidade penso que todas as bancadas e representações parlamentares do nosso plenário cumpriram. Os açorianos e as açorianas chegam com certeza ao final deste debate sabendo mais sobre as consequências que este Acordo trará às suas vidas e sabendo, sobretudo, qual é a posição de cada partido aqui representado sobre a avaliação que faz deste Acordo.

Percebemos e foi claro, nítido e ficou aqui provado, que os partidos do Governo da República não se entendem sobre a avaliação que fazem entre as relações do Acordo laboral e as imposições da Troika. Ou seja, entre o “fomos além do que a Troika queria” e o “ficámos aquém do que a Troika queria” temos um bocadinho de tudo e para todos os gostos, mas isso também é uma forma de esclarecer quando não há posição e entendimento e, assume-se, que não há posição, nem entendimento.

Mas não posso deixar de dizer que esta falta de clareza nós também a verificámos do lado da bancada do Partido Socialista, porque a avaliação que faz do próprio Acordo laboral tem várias vozes. Nós ouvimos o Partido Socialista dizer que é um bom Acordo; depois ouvimos dizer que não é assim um bom Acordo tão grande, mas é necessário e inevitável; depois já ouvimos dizer que é um Acordo que levanta dúvidas e também já ouvimos dizer, quase lá perto, que é um mau Acordo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente!

A Oradora: O nosso desafio ao Partido Socialista é muito concretamente: meus senhores e minhas senhoras decidam-se! É um bom ou é um mau Acordo?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é que é falar!

Deputado João Costa (PSD): Eles ainda não sabem!

A Oradora: É isto que o Partido Socialista tem que dizer claramente aos açorianos e açorianas. Infelizmente não o fez durante este debate.

Depois, uma conclusão clara para qualquer pessoa com o mínimo de bom senso: é que este Acordo faz, de facto, parte do problema do país e não parte da solução do país. Aumenta a recessão, aumenta o desemprego, legaliza a precariedade, que é o mesmo que dizer aos jovens deste país e desta Região que

o futuro para vocês não existe enquanto este Governo e a Troika estiverem aqui instalados.

É um mau Acordo que é um problema para o país e que agrava a situação difícil que o país já atravessa.

Finalmente, nesta parte, espero (e agora aqui dirijo-me diretamente ao Governo) que não percamos tempo e energias entre interpretações jurídicas (se podemos ou não podemos na nossa Região, ao abrigo das competências estatutárias que temos, adaptar algumas partes deste Acordo ao nosso mundo laboral, por forma a penalizar menos quem trabalha e quem procura emprego nesta Região), mas que pelo contrário sejamos céleres nesse trabalho de adaptação.

O Governo pediu (e bem!) e nós registamos com agrado o facto do Governo ter pedido um parecer jurídico. O Bloco fez exatamente a mesma coisa e teremos a oportunidade de aqui esgrimir essa argumentação, (e mais!) de aqui apresentar propostas de alteração e de adaptação à nossa Região e espero que aí estejamos unidos na defesa daquilo que verdadeiramente importa.

Para finalizar (penso que ainda tenho mais algum tempo, Sr. Presidente), gostaria de continuar o tal esclarecimento e pegaria em algum conteúdo da lengalenga que todos nós, dia após dia, nos meios de comunicação social, na voz dos porta-vozes, nos membros do Governo da República e dos representantes dos partidos que o integram, todos os dias somos assediados.

Um conteúdo da lengalenga que todos nós ouvimos: “Os sacrifícios são iguais para todos”. Portugal atravessa uma situação difícil e portanto, todos nós temos que nos sacrificar.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Menos para o Catroga!

A Oradora: Aliás, as medidas penalizadoras para quem trabalha neste Acordo vêm ao abrigo desta filosofia: os sacrifícios são iguais para todos e portanto, os trabalhadores portugueses têm que perder direitos, têm que perder conquistas, sacrificando-se.

Gostaria de dizer aos açorianos e açorianas que esta é uma mentira de todo o tamanho.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): O vogal de executivo recebe 2.500 €!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E o motorista?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): 2.500 €, é verdade ou é mentira?

A Oradora: Sr. Deputado, terei com certeza oportunidade ainda, ou numa próxima oportunidade, de ouvi-lo e também pedia-lhe que o fizesse agora.

Presidente: Faça favor de continuar, Sra. Deputada.

A Oradora: Os sacrifícios não são iguais para todos. Vamos provar.

De acordo com o estudo da União Europeia (não é o Bloco de Esquerda que o diz) Portugal é o único país onde as medidas de austeridade são pagas, todas elas, pelos pobres e não pelos ricos.

Isto é a prova mais evidente de que as dificuldades e os sacrifícios não são para todos. São os pobres, são os mais pobres deste país que estão a pagar a austeridade, não são os ricos.

Outra prova. Ao longo dos últimos 10 anos os acionistas da nossa banca amealharam em dividendos 6 mil milhões de euros, praticamente isentos de impostos. 6 mil milhões de euros que não estão obrigados a investir nem na banca (para criar liquidez e possibilidade de dinamizar e de emprestar aos nossos empresários), nem sequer na economia. Podem gastá-los em barcos de luxo, em viagens de luxo, em casas de luxo, porque são deles e só deles.

Portanto, o sacrifício não é para todos.

Já não quero falar do Sr. Catroga que ganha 100 mil euros por cada reunião em que está presente.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Foi escolhido pelos chineses!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Vá a São Miguel e veja alguns vogais executivos!

A Oradora: 100 mil euros, açorianos, açorianas, por uma reunião!

E também não vale a pena falar, porque é conhecido, sobre os impostos que o capital não paga no nosso país.

Portanto, acabou a lengalenga de que os sacrifícios são iguais para todos.

“Todos os sacrifícios valem a pena”, diz o Governo e os partidos que o integram, porque temos de diminuir a dívida.

Açorianos e açorianas: a dívida em Maio do ano passado era de 95% do PIB; as previsões são que em 2013 a dívida aproximar-se-á dos 120% do PIB.

Sras. e Srs. Deputados digam-me onde é que vale a pena os sacrifícios para pagar a dívida?

Portugal nem sequer produz riqueza para pagar os juros...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tudo a olhar para os computadores! Quando a coisa aperta começam logo a olhar para os computadores.

A Oradora: ...que os agiotas que nos emprestaram o dinheiro nos estão a cobrar, quanto mais para pagar a dívida.

Dizer também que não vale a pena tirar do rumo deste país os sucessivos PEC's a que o nosso povo foi sujeito (o PEC I, o PEC II, o PEC III) que, na prática objetivamente, abriram o caminho para aquilo que nós agora estamos a viver.

Mas vale a pena acrescentar uma coisa. O PEC IV não foi aprovado nomeadamente pelos partidos que integram o Governo da República porque se opunham à espoliação dos trabalhadores, dos mais pobres e veio até o Sr. Presidente da República dizer que há um limite para os sacrifícios do nosso país e não aprovaram o PEC IV. Prometeram mundos e fundos e logo que se encontraram sentados na cadeira do poder fizeram exatamente o contrário do que prometeram...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pior!

A Oradora: ...e agravaram ainda mais os PEC's que já tinham agravado suficientemente a vida de todos os portugueses.

Depois, voltar a repetir, porque nunca é demais dizê-lo: os países mais competitivos do mundo são aqueles que têm salários mais altos, que reconhecem as competências e as qualificações dos seus trabalhadores...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Tirando a China!

A Oradora: ...e que têm uma melhor redistribuição da riqueza.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E têm uma legislação laboral pior!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E a Europa do Norte?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Onde é que tem flexibilidade?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Flexisegurança!

A Oradora: E já que falamos em redistribuição da riqueza, vale a pena dizer que o Governo da República não mexeu ainda uma palha relativamente a um problema gravíssimo: Portugal é o país da União Europeia com maior desigualdade social.

E a prova, Sras. e Srs. Deputados, é esta (não é o Bloco de Esquerda que o diz, são os estudos e os levantamentos feitos por entidades internacionais): o rendimento dos 20% mais ricos em Portugal, em 2005, era 8 vezes maior do que os rendimentos dos 20% mais pobres.

Peço-vos que atendem no seguinte. Na Finlândia esta diferença é de 3,6; na Suécia...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os meus ricos PEC's!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estão com saudades de Sócrates!

A Oradora: ...é de 3,3; na Dinamarca é de 3,5; na Alemanha é de 4; em Portugal é de 8. Os 20% mais ricos ganham 8 vezes mais no nosso país do que os 20% mais pobres.

O Governo da República continua a dar o maior contributo para que esta desigualdade que está instalada no nosso país continue a crescer e a aumentar.

Deputado João Costa (PSD): E o vosso estado social?

A Oradora: E finalmente o último, porque não posso ir a todos, tesourinho deprimente da lengalenga oficial: “Todos nós temos vivido acima das nossas possibilidades.”

Os trabalhadores e as trabalhadoras portuguesas que são aqueles dos que menos ganham na Europa, os aposentados com as suas reformas de miséria, todos nós temos vivido acima das nossas possibilidades.

O Bloco de Esquerda diz: não é verdade, Sras. e Srs. Deputados! Quem tem vivido, continua a viver e tem a garantia de que poderá continuar a viver acima das suas possibilidades são os banqueiros, os tais que recebem 6 mil milhões de dividendos sem pôr um tostão e sem pagar praticamente nenhum imposto; os grandes grupos económicos; os especuladores financeiros; os donos das

parcerias público-privadas que continuam diariamente a receber rendas do Governo da República de milhões e milhões (curiosamente a Troika manda renegociá-las, mas o Governo da República ainda não teve tempo, porque os amigos protegem-se, os trabalhadores é que se penalizam); e todos aqueles que, encostados ao Estado, usurpam a riqueza de todos nós.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: Para finalizar dizer às Sras. e Srs. Deputados o seguinte: continuo convencida que ser patriota, em qualquer país e no nosso, neste contexto em que vivemos, é defender as conquistas civilizacionais que nós alcançámos enquanto povo...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) e **Deputado Paulo Estevão** (*PPM*): Muito bem!

A Oradora: ...ao longo de décadas de luta, de sacrifícios e até, muitas vezes, da vida.

Ser patriota é defender a dignidade de quem trabalha; ser patriota é garantir que os nossos jovens têm futuro neste país;...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: ...ser patriota é apontar o dedo a quem nos tem roubado ao longo de anos e continua a ter o beneplácito do Governo da República e da Troika.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados Mário Moniz e Paulo Estêvão)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o nosso debate de urgência.

Também é verdade que faltam 8 minutos para a hora regimental. Tenho a certeza que compensámo-lo bem ontem à hora em que acabámos os nossos trabalhos de manhã.

Portanto, vamos ficar por aqui. Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a Agenda.

Bom almoço e até lá.

(Eram 12 horas e 52 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Temos como ponto a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2011 – “Regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade”**.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que agora iniciamos a discussão é provavelmente o diploma mais importante e mais complexo que nesta legislatura e na área do ambiente foi trazido aqui, a esta Câmara.

É um diploma que tem uma grande importância, porque para além de fazer aquilo que é a nossa obrigação da transposição de duas diretivas comunitárias (são diretivas fundamentais do ponto de vista da conservação da natureza na Europa), traz uma nova abordagem à conservação da natureza na Região.

A conservação da natureza entre nós iniciou-se essencialmente ainda nos anos 70 através da criação de áreas protegidas numa vertente de proteção territorial de determinadas partes do nosso território, mas nunca teve uma expressão no que diz respeito à gestão da biodiversidade ao olharmos para cada uma das espécies e para cada uma das populações que existem no nosso território como algo que deva ser gerido, que deva ser protegido nos casos em que tal é necessário.

Este diploma introduz esta nova filosofia, portanto, uma filosofia de dupla aproximação em que, sem desprezar a vertente territorial que foi sendo

consolidada ao longo dos anos e que ao longo desta última década teve um grande desenvolvimento através da criação dos parques naturais de ilha, vem-lhe acrescentar todo um outro campo no que diz respeito à gestão das espécies, independentemente do ponto do território em que elas ocorram.

Por outro lado também, esta questão da gestão das espécies, tem uma outra faceta que é a ligação do arquipélago ao exterior.

As espécies em alguns casos são endémicas, mas mesmo quando são endémicas têm ligações a outras espécies que ocorrem na bacia do Atlântico e em boa parte as espécies que ocorrem, particularmente quando se tratam de espécies de aves marinhas e espécies marinhas, têm uma ligação a toda a bacia do Atlântico e têm uma importância que excede em muito o nosso território.

Ao fazermos esta legislação estamos também a dar corpo no nosso território a um conjunto vasto de acordos e tratados internacionais que visam, exatamente, proteger as espécies, protegê-las num contexto internacional.

Desde logo, as questões que têm a ver com as aves migradoras e o Acordo AEWB, que é um acordo fundamental para a proteção das aves migradoras nesta zona do mundo, portanto, é um acordo que abrange todo o continente africano e todo o continente europeu (estamos a falar de uma abrangência que está muito para além daquilo que nós normalmente estamos habituados a fazer do ponto de vista da conservação da natureza e que estamos a dar-lhe corpo nos Açores), mas também todas as questões que dizem respeito à proteção dos cetáceos, que também eles são animais oceânicos com frequência nos nossos mares, mas não estão isolados das populações mundiais das respetivas espécies; acordos que têm a ver com a proteção dos morcegos também num contexto bastante vasto do ponto de vista internacional; e depois todo um conjunto de matérias que vão entroncar na Convenção da Diversidade Biológica, que tenta enquadrar a nível, neste caso, mundial (já que se trata de uma Convenção feita no âmbito das Nações Unidas) as questões que dizem respeito à proteção da biodiversidade, à gestão do património biológico e às questões mais complexas da genómica.

Este diploma foi um diploma que dada a sua complexidade veio de alguma maneira culminar um conjunto de esforços que a Região desde há muitos anos tem vindo a fazer.

Trouxe aqui alguns dos estudos que foram sendo produzidos. Foram produzidos, enfim, estes livros, que são do conhecimento dos Srs. Deputados, mas também foram produzidos dezenas de estudos publicados em revistas da especialidade que de alguma maneira foram produzindo todo o conhecimento que está na base do diploma que aqui trago.

O diploma pela sua complexidade também exigiu um particular esforço por parte dos Srs. Deputados e em particular da Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que quero aqui ressaltar, e quero particularmente saudar o esforço que foi feito pela relatora da Comissão, a Deputada Isabel Almeida Rodrigues, que de facto fez um trabalho notável de compatibilizar todas as questões (e eram muitas) que foram surgindo das diversas contribuições e depois a contribuição de todos os partidos. Há aqui, de facto, contributos que chegaram de todos os quadrantes, que foram sendo compatibilizados e que foram sendo incorporados na proposta de diploma.

Há um trabalho muito grande aqui feito, quer na vertente científica e em particular pela Universidade dos Açores que produziu a base científica que serve de alicerce ao diploma, mas depois pela Comissão, pelos Deputados e pelas diversas pessoas e entidades que a Comissão foi chamando para contribuírem.

De facto, o diploma que agora está em discussão é um diploma de grande qualidade, traz contribuições de múltiplos quadrantes, mas particularmente é um diploma que está muito enriquecido pelo trabalho da própria Comissão e pelo trabalho parlamentar que foi aqui feito.

As questões mais difíceis que foram surgindo são aquelas que dizem respeito à compatibilização com a caça. Não quero estar aqui a repetir as intervenções que foram feitas ontem, quando se discutiu a petição, mas de facto a caça também tem um papel na gestão do ambiente.

Os caçadores, em muitos casos, e as suas associações são atores importantes na conservação da natureza e têm um interesse óbvio na conservação das espécies que são objeto de caça.

Portanto, o diploma segue esse caminho, um caminho de compatibilizarmos a conservação da natureza e as outras vertentes ambientais com a caça. A caça também tem o seu lugar e o diploma fez um esforço grande para acomodar os diversos pareceres que foram chegando nessa matéria.

Gostaria também de repor um pouco o discurso, porque ainda ontem sei que houve um programa televisivo em que as coisas de alguma maneira saíram um pouco daquilo que devia ter sido dito. De facto, o diploma não alarga o âmbito das espécies que são objeto de caça, nem de caça, nem de pesca.

Ele reproduz, pura e simplesmente, a tabela que já está em vigor na nossa Região há mais de duas décadas e que tem sido tradicionalmente a tabela que tem regulado a caça nos Açores.

Portanto, não há na proposta inicial qualquer alargamento nessa matéria.

No que diz respeito à pesca há a retirada da enguia, embora seja uma espécie que aparece muito pouco, há a retirada das espécies que são pescáveis ou que são objeto de pesca, mas não há alargamento e é bom que se corrija isso, porque de tanto ser repetido que há alargamento até parece que a verdade é essa, quando não é.

Uma outra área importante também de compatibilização tem a ver com o exercício da atividade de viveirista e com as vulgares lojas de animais.

De facto, essa é uma área de preocupação já que os nossos ecossistemas são extremamente vulneráveis às introduções.

As introduções de animais e de plantas exóticas são neste momento, nos Açores, a principal ameaça à biodiversidade e, de facto, há necessidade de regulamentar esse setor, mas também há a necessidade de fazer essa regulamentação de uma forma que não inviabilize essa atividade.

Portanto, há que encontrar aqui um equilíbrio entre a normal atividade de viveiristas e de lojas de animais, o normal comércio de animais de companhia e

de plantas ornamentais com a necessidade de regular a entrada no arquipélago de espécies que sejam perigosas.

Tomou-se aqui uma posição prudencial, ou seja, proibiram-se algumas, aquelas que são mais conhecidas, mas deixou-se aqui ainda uma abertura relativamente larga no que diz respeito a plantas e animais. Obviamente este diploma não é o fim da história, é apenas um passo, um passo fundamental na proteção da natureza nos Açores, mas um passo que seguramente será seguido por outros e a questão de sabermos exatamente quais as espécies (e isto coloca-se essencialmente na área das aves, porque é uma das áreas em que o comércio de animais é mais intenso) que devem ser proibidas é uma matéria que fica em aberto, que estudos posteriores e que a própria experiência da aplicação do diploma levará a uma nova regulamentação e a novas abordagens.

Também aqui se faz nesta matéria, e para terminar, gostaria de fazer referência ao facto de nós termos em vigor nos Açores a CITES, a convenção que visa proteger as espécies no comércio e essa convenção tem um conjunto que neste momento já é bastante apertado de regras, cuja sua introdução de alguma maneira dará resposta àquelas posições (e foram algumas que apareceram) que apontavam no sentido de uma proibição mais estrita do comércio de determinadas espécies.

Portanto, nós com a entrada em vigor da CITES já damos um passo nesse sentido, depois a experiência ditará qual o futuro.

Termino mais uma vez agradecendo o grande esforço que foi feito por todos os envolvidos na preparação deste diploma e, em particular, dos Srs. Deputados que se empenharam no sentido do diploma ser o mais abrangente e o mais aberto possível.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Decorrente da intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, este é de facto um diploma de grande importância, não só pela conservação das espécies a título individual, mas sobretudo pela proteção e conservação dos seus e do nosso habitat, assim como dos respetivos ciclos de vida.

Em causa está o equilíbrio ecológico e a garantia de um desenvolvimento sustentável, que garante a harmonia entre o homem e a natureza.

Nós competimos diretamente com as outras espécies animais e vegetais pelo mesmo espaço territorial. Em muitos casos essa competição passa mesmo pela disputa de alimentos como acontece, por exemplo, com a fauna marinha ou com as aves que se alimentam daquilo que nós também nos alimentamos.

Não bastasse esta necessidade de satisfação dos nossos instintos mais básicos, temos que garantir o nosso desenvolvimento social, o que passa por garantir o nosso desenvolvimento económico.

É aí que se dá a cisão entre a sociedade e a natureza da qual somos parte integrante. É a este ponto que não podemos chegar.

Mais do que proteger e conservar, precisamos promover políticas integradas de ambiente que envolvam setores como a saúde, a agricultura, o turismo ou a energia.

É importante que as populações compreendam que só garantindo a proteção da biodiversidade é possível garantir a nossa sobrevivência enquanto espécie e a qualidade de vida que ambicionamos.

A proteção da biodiversidade deverá estar presente em todas as decisões políticas, desde o ordenamento do território, ao uso do solo, ou ao combate à pobreza, por exemplo. Sem isso este diploma de pouco valerá apesar de ser um diploma de grande qualidade. É um princípio, define um conjunto de regras, mas não é tudo, não chega.

Precisamos definir objetivos claros, estratégias adequadas e implementá-las, caso contrário este não passará de mais um plano por muito bom que possa ser.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E para planos já temos muitos.

Por tudo isto e por ser um bom princípio que não promete e que cria condições para que tenhamos um melhor futuro, o PSD votará favoravelmente esta iniciativa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Continuam abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar esta minha intervenção queria registar as palavras do Sr. Secretário Regional que se dirigiu à Comissão e à minha pessoa e dizer que para nós, para o Partido Socialista, e certamente para os outros partidos, a função legislativa integrada que está no mandato de deputado é uma função que procuramos exercer com toda a responsabilidade, pondo o nosso conhecimento e o nosso melhor esforço ao seu serviço.

Quanto à proposta legislativa que temos em apreciação, de facto, as nossas ilhas (e é mundialmente reconhecido) albergam habitats únicos e de inegável importância e este argumento por si só justificaria a importância desta iniciativa, importância essa que é acrescida se a inserirmos no conjunto dos esforços internacionais que se têm vindo a intensificar nos últimos anos, no sentido de se conseguir a diminuição das taxas de perda da biodiversidade. Estamos, aliás, no segundo ano da década da biodiversidade declarado pela Organização das Nações Unidas.

Portanto, entendemos que as especificidades do nosso território e a necessidade de preservar a biodiversidade, até pelos importantíssimos serviços que ela presta à humanidade, justificam esta iniciativa e a nossa especificidade justifica a importância de adaptar as soluções que ela contém à nossa realidade.

Gostaria também de relevar o interesse que esta iniciativa suscitou, de uma forma geral, na sociedade civil. É sempre importante quando a comunidade se envolve e participa de uma forma construtiva na elaboração de soluções que irão depois servir toda essa comunidade. A verdade é que essa discussão pública acabou por se centrar muito na questão da lista de aves cinegéticas.

Correndo o risco de antecipar um pouco a discussão na especialidade, e eventualmente até de ser um pouco maçadora, o Sr. Secretário já se referiu a esta matéria, mas gostaria de reforçar aqui algumas questões.

A primeira é que o regime de proteção de espécies que está consagrado nesta proposta resulta da compatibilização de um complexo conjunto de instrumentos internacionais a que Portugal está obrigado e outro, como é o caso das diretivas, a cuja transposição se procede nesta proposta.

Vejamos, por exemplo, a Convenção de Berna. O seu Anexo II contém uma lista de espécies em relação às quais é proibida a captura, a detenção, o abate, a deterioração ou destruição de habitats, etc., mesmo assim prevendo algumas exceções quando se trate de animais, por exemplo, nascidos em cativeiro.

Já o Anexo III dedica-se a espécies cuja captura e abate só é permitido mediante uma licença.

A Diretiva Habitats designa espécies de interesse comunitário, cuja conservação exige a designação de zonas especiais de proteção e designa, num outro Anexo, espécies que exigem uma proteção rigorosa e que vão exigir, portanto, dos estados, e no nosso caso da Região, uma atitude mais dirigida a essas espécies em particular.

A Diretiva Aves, que é talvez aquela cuja transposição se prestou a alguma confusão, eventualmente por exemplo com a questão do pardal, começa por demandar dos estados a conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente em estado selvagem no território europeu dos estados membros e diz que os estados tomarão medidas para manter ou adotar a população de todas aquelas espécies a um nível que corresponda às exigências ecológicas, científicas e culturais, tendo em conta as exigências económicas e de recreio. Num caso extremo, obrigar-nos-á a tomar as medidas que um dia viessem a ser necessárias para impedir que o pardal se extinguisse.

Tem depois uma lista de espécies de aves que são objeto de medidas de conservação especial respeitantes ao seu habitat de modo a garantir a sua sobrevivência e a sua reprodução. Tratando-se de aves migratórias, cuja ocorrência seja regular, impõe que os estados designem os territórios mais

apropriados em zonas de proteção especial, com referência às suas áreas de reprodução, muda, invernadas, zonas de repouso, alimentação, etc.

Tem depois um Anexo onde prevê as espécies cinegéticas cuja caça é permitida na zona geográfica terrestre e marítima da aplicação da diretiva e neste Anexo estão todas as espécies que constam da lista regional de aves cinegéticas, à exceção da codorniz que está na parte B desse Anexo. A parte B contém espécies cinegéticas cuja caça apenas é permitida em certos estados membros, encontrando-se entre eles o Estado Português.

Tem depois anexos que têm a ver com a venda, o transporte, a detenção de aves para vendas.

Importa também chamar à discussão o Acordo para a Conservação das Aves Aquáticas Migratórias Afro-euroasiáticas, porque as diversas espécies de patos e a narceja, que estão no centro desta discussão, estão abrangidas por este acordo, mas na categoria que permite a sua caça, obrigando, porém, os estados a garantir a manutenção dessas espécies num estado de conservação favorável e a fazer uma gestão que se traduza num uso sustentável desse recurso.

O Sr. Secretário também o referiu, mas não será demais sublinhar, que esta lista de espécies cinegéticas é exatamente a mesma que foi aprovada em Decreto Regulamentar Regional em 2009.

Qual é a diferença então?

A diferença é que incluindo esta lista como um Anexo deste diploma impõe-se um elenco máximo de espécies cinegéticas, que aliás diga-se é muito modesto comparado com o elenco português ou com o elenco de outros países, ou seja, o Governo Regional continuará por Decreto Regulamentar Regional a dizer quais as espécies que se podem caçar, quando e onde, mas apenas dentro desta lista, ou seja, atribui a esta Assembleia o poder de definir, para o futuro (se assim o entender), mais ou menos espécies cinegéticas na Região. De momento, aquilo que faz é isso, é fixar a lista que já consta do nosso ordenamento jurídico, dando-lhe se quisermos um valor acrescido porque lhe dá a dignidade de Decreto Legislativo Regional.

Naturalmente que há a necessidade de compatibilizar os diversos usos dos nossos territórios e dos nossos recursos na procura de soluções equilibradas e é precisamente por isto, adiantando um pouco do que acontecerá na especialidade, que o PS e outros partidos, o Bloco de Esquerda também, apresentaram propostas de alteração, no caso do PS, que restringe esta lista de aves cinegéticas, mas na procura da utilização equilibrada dos nossos recursos através das suas diversas formas.

Aliás, gostaria também de ressaltar que, por exemplo, a criação da reserva integral de caça do Planalto dos Grameais foi resultado dos estudos desenvolvidos através da Direção Regional dos Recursos Florestais para a população de narceja e desses estudos resultou uma proposta que foi acolhida pelo Governo e criou-se essa reserva.

Aliás, o parecer que a Direção Regional dos Recursos Florestais deu à Comissão a propósito da petição, mas que tem aqui toda a pertinência de ser invocada, é muito exaustivo na explicitação dos diversos estudos e das diversas iniciativas que têm sido desenvolvidas pelo Governo Regional na procura da melhor política cinegética para a Região.

Lembremos também o diploma enquadrador da atividade cinegética que impõe muitos limites ao exercício dessa atividade, mas impõe também objetivos e princípios fundamentais muito importantes ao próprio Governo Regional no desenvolvimento dessa política.

Naturalmente que há a necessidade de continuar um trabalho de acompanhamento não só das espécies cinegéticas, mas de toda a nossa biodiversidade, incentivar a produção de estudos que possam depois ser convertidos em melhores soluções ao nível das nossas políticas orientadas para a conservação da nossa biodiversidade.

Mas, como disse o Sr. Secretário Regional, este é um ponto de partida. Esta Assembleia fica dotada da capacidade de promover alterações desde logo a toda a proposta e aos inúmeros anexos que dela fazem parte integrante, adaptando a cada momento os conteúdos desta iniciativa legislativa àquele que for o melhor conhecimento e àquelas que forem as melhores soluções.

Não queria terminar sem dizer que acho que efetivamente este é um momento histórico no que toca a política ambiental, é um instrumento muitíssimo importante a partir do qual estamos munidos de ainda maiores responsabilidades na preservação do nosso ambiente.

Obrigada.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um diploma que nos traz o cumprimento de diversos documentos, nomeadamente regulamentados, de acordos, de convenções internacionais, bem como reúne diversa legislação que até agora estava dispersa em relação à conservação da natureza e à proteção da biodiversidade.

No entanto, se por um lado é um documento bastante positivo, por outro lado torna-se, como disse e bem o Sr. Secretário, num documento complexo e um documento de difícil interpretação, que certamente irá implicar também algumas restrições na aplicação da própria lei prevista no documento pela sua dimensão e pela sua complexidade.

De realçar também o bom senso que o Governo teve em permitir que de futuro, através desta casa, (e como disse também e bem a Deputada Isabel Rodrigues, relatora da Comissão e que faço minhas as palavras do Sr. Secretário pelo excelente trabalho que fez em Comissão, enquanto relatora) nos possa ser possível decidir sobre zonas de caça e aves (em concreto aquelas que mais nos podem trazer problemas na Região) e a possibilidade ou não da sua caça.

Nós temos na Região um caso concreto e tivemos a oportunidade, enquanto lemos os pareceres, nomeadamente das associações de caçadores e das próprias associações agrícolas e que também já nos fora transmitido em outros diplomas anteriores, a preocupação que hoje se tem na Região em relação à questão do pombo torcaz que traz muitos prejuízos aos agricultores e porque está sob uma diretiva comunitária não é possível a sua caça.

De facto, esse foi um erro que se cometeu no passado, tanto quanto sei em relação ao pombo torcaz na década de 90, e que hoje é possível a sua possibilidade de caça na Região, mas que tem que ser, como todos sabemos, através da própria comunidade europeia, ao contrário daquilo que acontece no país, porque em Portugal continental pode-se caçar o pombo torcaz, na Região Autónoma dos Açores não se pode porque houve o entendimento na década de 90 de restringir essa ave à caça.

De maneira que é com muito agrado que o CDS/PP vê acautelada a possibilidade de no futuro não acontecer esta problemática com outras espécies nos Açores.

O CDS/PP irá votar favoravelmente a proposta e mais uma vez felicita o Governo pela mesma.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendemos que a proposta em apreciação, o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, não acautela ainda, em alguns casos, as especificidades da realidade açoriana e recorre a lógicas que podem incentivar a introdução de espécies invasoras.

A Região Açores é uma Região privilegiada para a observação de aves migratórias americanas e europeias. Lembramos que mais de 400 espécies foram observadas ao longo dos últimos anos e que a Região é um *hot spot* para o *birdwatching*, um nicho de mercado turístico de interesse para os Açores.

Aliás, ainda esta semana assistimos ao início da recuperação do Paúl da Pedreira da Praia da Vitória, que é, no entender da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, provavelmente o maior *spot* da Europa para a observação de limícolas norte-americanas.

Mas não podemos limitar a Região a um único sítio. Temos, por exemplo, o reservatório do Cabrito, o Paúl e Porto da Praia da Vitória, as ilhas do Corvo e das Flores, entre outras.

A proposta não assegura convenientemente a gestão das espécies migratórias, esquecendo a importância da Região na migração de determinadas aves.

Considerando a importância que o *birdwatching* tem e terá na Região, é necessário ter um cuidado especial para com a atividade cinegética, até mesmo no que diz respeito à lógica distorcida em que a caça é tida como um recurso para o combate à introdução de espécies exóticas, quando a lógica é exatamente contrária, uma vez que não podemos assistir à introdução dessas espécies para fins cinegéticos. Isto para além da incompatibilidade entre o *birdwatching* e a caça das espécies de avifauna açoriana na mesma área geográfica.

O combate às espécies de aves prejudiciais não se faz através da caça, mas antes por uma eficaz gestão dos resíduos sólidos urbanos e das pescas, ou seja, retirando o alimento a estas espécies. Só assim resolveremos o problema.

Aliás, por estranho que pareça, a proposta em apreciação não inclui aves na lista de espécies invasoras, o que poderá ser entendido como um indicador da lógica errada de que se combatem as espécies de aves invasoras sujeitando-as ao regime cinegético, esquecendo que só estarão a incentivar a introdução dessas mesmas espécies para aumentar as presas para a caça e não como um contributo para a observação da nossa biodiversidade.

Aguardamos que a continuação do debate nos possa dissipar dúvidas e que as diversas propostas de alteração possam melhorar aspetos que consideramos essenciais.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante mais uma gigantesca compilação de legislação que tem certamente algumas vantagens, mas também certamente algumas desvantagens.

Este é mais um documento hostil do Secretário Regional da tutela. Aliás, nem precisamos ver o timbre, basta observar o volume e tomar-lhe o peso para perceber que é da autoria da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Mas, de facto, Sr. Secretário (e passada esta breve introdução) estamos aqui com um diploma de grande importância, de grande complexidade como o Sr. Secretário Regional referiu, mas entretanto temos aqui algumas dúvidas sobre algumas opções ou não observância de alguns princípios.

De qualquer forma queria também registar o trabalho feito pela Comissão e em particular pela Deputada Isabel Rodrigues, pois os diplomas vindos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, enfim, tem sempre um trabalho muito agressivo e há que registar o trabalho notável que foi feito pela Deputada Isabel Rodrigues. É de facto sempre uma aflição muito grande quando chegam os diplomas da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

Mas há aqui algumas questões que têm algumas incongruências, designadamente pelo facto de já ontem se ter falado aquando da discussão da petição da avifauna, e têm a ver com a introdução na lista das espécies cinegéticas de algumas das aves endémicas com o estatuto de conservação ameaçado ou outro sobre o qual não existem dados seguros sobre o estado da sua população.

Isto para além de não se atender devidamente à gestão das aves migradoras ou migratórias como referiu o Sr. Deputado Mário Moniz.

Seria importante na nossa opinião que tivesse sido observado aqui um princípio de precaução, designadamente sobre aquelas que não se conhece o estudo e também sobre as outras.

As dúvidas suscitadas pela Associação dos Amigos dos Açores penso que são suficientemente claras e o objeto da petição que ontem aqui analisámos também.

Reconhecendo de facto a importância que tem esta iniciativa legislativa não podemos no entanto dar o nosso voto favorável face a algumas questões que nos suscitam dúvidas e que eu acabei de referir.

A Representação Parlamentar do PCP irá, em generalidade, abster-se.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de tentar dar resposta a algumas das questões que foram aqui colocadas, particularmente em relação às últimas duas intervenções.

Começaria pela questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Luís Silveira sobre o pombo torcaz e eu acrescentaria a urze. São duas espécies que foram incluídas, a nosso ver, erradamente entre as espécies protegidas.

O Governo Regional já tomou a iniciativa de pedir o processo de alteração da Convenção de Berna, porque a questão nem sequer está na diretiva comunitária. As espécies foram incluídas na Convenção de Berna e o que acontece é que a Convenção de Berna tem, no que diz respeito à biodiversidade nos Açores, uma abordagem que não é a mais correta.

Algumas das nossas espécies mais raras não estão protegidas e nós temos nos Açores espécies que são verdadeiramente raras e que estão, em alguns casos, sob ameaça crítica e não estão incluídas; e duas espécies que nalguns casos têm comportamentos invasores (o caso da urze, que é invasora em algumas circunstâncias e o caso do pombo torcaz que tem uma população, que, nalgumas situações, causa danos à agricultura e que neste momento é uma espécie abundante) e estão incluídas.

Aquilo que foi proposto foi a inclusão de um conjunto de espécies, no caso concreto 6 espécies, que têm estatuto de ameaça e que não estão protegidas, e a remoção dessas duas. Mas esse é um processo longo, já que a conferência das partes da Convenção apenas reúne de dois em dois anos e as agendas são feitas em geral com 3, 4 e em alguns casos com 5 anos de antecedência.

Portanto, esse processo foi iniciado, mas só terá os seus resultados daqui por alguns anos. É um processo que levará à inclusão de mais espécies açorianas na lista e à remoção daquelas que lá não deveriam estar, no caso concreto a urze e o pombo torcaz.

Passando agora às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz, algumas questões que de facto não consigo entender, porque não é essa

a filosofia do diploma. Aquilo que o Sr. Deputado diz em relação ao diploma não corresponde àquilo que é a filosofia que o Governo imprimiu ao diploma e aquilo que creio, que todos, ao longo do longo processo de discussão perceberam do diploma.

Primeira questão. Não há nenhuma opção de incluir entre as aves caçáveis outras aves que não aquelas que lá estão. Pelo contrário, o conjunto fica fechado e todas as aves, sejam elas introduzidas, não introduzidas, sejam elas de que natureza forem, não podem ser caçadas com exceção daquelas que lá estão e portanto, essa questão nem se coloca.

Segunda questão e aí também aproveito para responder a uma questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. Não é verdade que não se conheça o estatuto das aves que são aves cinegéticas nos Açores. Não é verdade e isso é demonstrado por um conjunto muito alargado de estudos que consta num parecer que foi enviado pela Direção Regional dos Recursos Florestais e que os Srs. Deputados têm acesso.

É de facto uma grande imprecisão e é não fazer jus ao trabalho de muitos cientistas afirmar que não se conhece o estatuto dessas aves.

As únicas aves estão incluídas na lista e essa lista não pode crescer (respondendo já e de forma definitiva àquilo que foi levantado pelo Sr. Deputado Mário Moniz), refere que não é possível caçar outras aves quaisquer mesmo que elas sejam introduzidas. Mesmo que cá se colocassem avestruzes (ou não interessa o quê) não se podiam caçar porque não são aves cinegéticas. Portanto, aves cinegéticas é um conjunto fechado, que é aquele que ali está.

Portanto, não há de maneira nenhuma esse risco que o Sr. Deputado apontou de, por essa via, se estar a introduzir outras aves para caçar. Não, porque se introduzir outras aves, elas são, pura e simplesmente, uma praga, não são uma ave cinegética em caso algum e podem ser objeto de caça.

Em relação às espécies que são objeto de caça o seu estatuto tem sido cuidadosamente estudado, incluindo do ponto de vista da filogenia e da taxonomia, no sentido de se perceber de onde é que elas vieram e com quais as espécies elas são aparentadas, quais as origens das espécies aqui existentes. Os

estudos estão publicados em alguns casos em algumas das melhores revistas científicas. A listagem dos trabalhos feitos consta do parecer que foi distribuído pelos Srs. Deputados, oriundo da Direção Regional dos Recursos Florestais. Os Srs. Deputados que quiserem podem lá consultar. Nós não devemos continuar a alimentar mitos, nem alimentar coisas que não são verdadeiras.

Conhecemos quais são as populações, conhecemos as suas origens, há trabalho de genética molecular feito, há trabalho importante do ponto de vista científico feito que demonstra o que elas são.

Pode-se concordar que se pode caçar ou não se pode caçar, não se pode é invocar o desconhecimento. É uma decisão, neste caso, informada deste parlamento decidir quais as espécies que podem ou não podem ser caçadas. Essa é uma questão que está esclarecida do ponto de vista científico.

Os Srs. Deputados decidirão, mas decidirão com base nesse conhecimento informado.

A outra questão que foi aqui levantada tem a ver com as aves que podem ser aves daninhas ou que podem ser aves que podem causar danos.

É verdade aquilo que o Sr. Deputado Mário Moniz disse em relação a uma espécie: a gaivota.

De facto, a proliferação de gaivotas tem a sua origem essencialmente na questão da má gestão dos resíduos. Mas é apenas a gaivota e nós estamos a falar de pardais, que não têm nenhuma relação com os resíduos, portanto não têm nada a ver com isso, e estamos a falar eventualmente de pombos, que também nada têm a ver com resíduos.

Essas espécies são espécies (porque fazem ninhos sobre edifícios, porque podem causar graves danos à agricultura ou porque podem ser um problema do ponto de vista de segurança aeronáutica, devido à sua presença na proximidade de aeroportos) que têm de ter um tratamento especial e não a caça, porque essas aves não são cinegéticas. Na lista das aves cinegéticas não aparecem gaivotas, nem aparecem pardais; aparecem pombos que são tradicionalmente uma ave cinegética e aí há uma coincidência, mas é uma mera coincidência.

O que está previsto no diploma são controlos de densidade. O controlo de densidade é feito recorrendo a métodos que não são a caça, não são os caçadores que vão fazer controlo de densidade, é recorrendo a fármacos, venenos, ou outra coisa qualquer desde que sejam devidamente autorizados e respeitem aquilo que as convenções preveem para as aves, ou o seu abate por outros métodos quaisquer e isso não é feito no sentido de caçar. Ninguém vai fazer caçada às gaivotas para junto do aeroporto para controlar as gaivotas do aeroporto. O que se vai é abater as gaivotas que é preciso abater para garantir a segurança do aeroporto. Portanto, há aqui uma destringência muito grande e que tem de ficar muito clara entre controlo das populações e caça.

A caça, a atividade cinegética, está regulada por decreto aprovado por esta Câmara que tem regras muito específicas, que tem um determinado enquadramento do ponto de vista legal e do ponto de vista social. Uma coisa completamente diferente é o controlo da densidade que se aplica aos roedores, que esta Câmara também já aprovou diploma sobre eles, por exemplo, a questão dos ratos e do controlo dos roedores em geral, ou o controlo das gaivotas nos aeroportos, ou dos pombos nos aeroportos, ou o controlo dos pardais nas nossas casas quando eles fazem ninhos debaixo das telhas.

Portanto, estamos a falar de coisas completamente distintas e o diploma faz uma destringência em relação a essa matéria.

É injusta essa crítica de que há, de facto, uma relação entre uma coisa e outra. Não há!

O diploma tem abordagens completamente separadas em relação a isso.

Gostaria de dizer que as objeções que foram apresentadas pelo Sr. Deputado Mário Moniz, quer aquelas que foram apresentadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, não fazem sentido face aos estudos que estão disponíveis, face àquilo que é a própria estrutura do diploma e face àquilo que é a abundante documentação que foi colocada à disposição dos Srs. Deputados ao longo dos meses em que este diploma esteve nesta Câmara.

Gostava mais uma vez de mostrar. Há aqui literatura suficiente, creio eu...

Deputado Mário Moniz (BE): Fora aquela que nós consultámos!

O Orador: ...e há aqui mais duas pastas de estudos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nós sabemos!

O Orador: Portanto, há literatura suficiente, há conhecimento suficiente.

Esta Câmara quando decidir, decide com conhecimento, não pode invocar que faltam estudos.

Muito obrigado.

Presidente: É esmagador o peso da autoridade, Sr. Secretário.

Vamos prosseguir. Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional acabou por se referir, tendo-se antecipado a mim, às questões relativamente às quais eu me queria referir, mas irei ainda assim tentar dar um contributo adicional, referindo-me às intervenções do Sr. Deputado Mário Moniz e do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Penso que efetivamente não terão apreendido, se me permitem, o espírito que está patente nesta proposta legislativa.

Indo por partes. Relativamente à gestão de espécies prejudiciais o Sr. Secretário Regional já referiu e muito bem que a questão dos aterros sanitários é apenas uma das situações em que se prevê a possibilidade de corrigir a densidade populacional destas espécies. Se isso não é suficientemente sensível, penso que a questão da segurança aeronáutica é uma questão que a todos nós nos interessará.

Ninguém de nós gostaria de saber que estaria sujeito a ter um acidente num avião só porque nós tínhamos proibido a correção das populações de espécies nas imediações de um aeroporto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Não me parece e adiantando-me já relativamente à vossa proposta de alteração, que pura e simplesmente, elimina este artigo, acho que ela é, deste ponto de vista, irresponsável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E perigosa e atroz!

A Oradora: Nenhum açoriano gostará de saber que as aves terão livre circulação nos aeroportos da Região e, se calhar até, prioridade sobre os aviões. Relativamente à questão das aves exóticas. Os senhores propõem a eliminação integral do artigo e a eliminação integral do artigo resulta na impossibilidade de gerir as aves que ponham em risco a segurança aeronáutica. É nisso que resulta a vossa proposta de alteração...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

A Oradora: Sra. Deputada, então indique-me qual é a alternativa que consta das vossas propostas de alteração, porque eu não consegui!

...acrescentando que há outros valores que nos são tão gratos quanto este valor.

A conservação do nosso património é um valor a ter em conta.

Relativamente à questão dos aterros sanitários não podemos fazer de conta que eles não existem. O Governo desenvolveu nos últimos dois anos um esforço notável em matéria de tratamento de resíduos, mas em relação aos aterros que existem nós não podemos pôr uma venda nos olhos e dizer “eles não estão lá”.

Estas coisas têm de ser previstas porque fazem parte da nossa realidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Quanto à questão das aves exóticas.

A Direção Regional dos Recursos Florestais explicou com muito pormenor a questão da produção da perdiz cinzenta e volvidos 10 anos afirma que a espécie não apresenta sinais de poder vir a constituir uma espécie perigosa para a fauna e flora locais. Explica também as medidas extremamente cautelosas com que é feito o repovoamento das codornizes, aliás com codornizes autóctones criadas em cativeiro, etc.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito saborosas quando são fritas em alhos!

A Oradora: Penso que nessa matéria aquilo que foram as preocupações aliás manifestadas pelo 1.º subscritor da petição a favor da avifauna açoriana, que nos deu um contributo importantíssimo e cuja prestação de esclarecimentos

perante a Comissão merece aqui ser relevada, as questões que ele colocou penso que estão resolvidas e aquilo que nós verificamos deste parecer é que o Governo Regional está atento a esses problemas e tem disponibilizado recursos e esforços no sentido de fazer o acompanhamento que se deve.

Quanto à gestão das aves migradoras, creio que é um outro mito que se criou.

Devo dizer que não tenho qualquer interesse na atividade da caça, eu não pratico.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É bom deixar claro!

A Oradora: Mas penso que há que ter uma abordagem equilibrada nestas matérias.

O depoimento do professor que tivemos a oportunidade de ouvir na Comissão, se os Srs. Deputados bem se lembram, eu perguntei-lhe de que forma é que a caça que era feita nos Açores afetava o estado de conservação dessas espécies nos seus locais de origem. E a resposta do senhor professor foi que “de nenhuma forma”. Aliás, se nós formos ver os documentos disponibilizados pela *BirdLife International* ou pela União Internacional para a Conservação da Natureza o que nós vamos verificar relativamente a todas estas espécies, todas elas estão no grau mínimo de preocupação, estão no grau *least concern* da lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza.

E por exemplo nas espécies de patos se formos ver a documentação que a *BirdLife* disponibiliza, a maioria delas tem registado interessantes aumentos da sua população, porque os mesmos esforços que nós fazemos aqui são feitos noutros locais do mundo, noutros locais do mundo ainda com mais propriedade e porquê?

Porque questionado, o senhor professor, se também os Açores faziam parte das rotas migratórias regulares dessas aves, aquilo que ele disse é que não pode tirar essa conclusão, que muitas delas vêm desviadas pelas condições climatéricas que encontram, que relativamente a algumas há indícios de que no passado eventualmente os Açores terão feito parte das suas rotas, mas neste momento não é possível fazer essa afirmação. Ou seja, reconduzimo-nos aos instrumentos

internacionais que eu referi há bocadinho, aos quais nós estamos obrigados e aos quais damos execução com esta proposta do Governo.

Aquilo que está aqui previsto é tudo aquilo a que nós estamos obrigados, sendo certo que esse trabalho é complementado pela gestão que se faz da caça, porque a gestão da caça determina os períodos venatórios, determina dentro da lista de espécies cinegéticas quais as espécies que se podem caçar, onde é que se podem caçar.

Não nos esqueçamos também de um outro instrumento importantíssimo que nós dispomos que são os parques naturais de ilha, que em função das características de cada área protegida encontraremos em muitas delas a proibição da atividade da caça.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, há todo um conjunto de instrumentos e esta matéria não fica apenas regulada por aqui.

Agora, nesta proposta, há um instrumento importantíssimo que é a avaliação do estado de conservação das aves migradoras. Nós ficamos obrigados a fazer essa avaliação. Portanto, não é possível dizer-se que não há uma gestão das aves migradoras. Há!

Aliás, há mais, não há só por este instrumento, há por um conjunto de outros instrumentos que já estão em vigor no nosso ordenamento jurídico.

De tudo isto resulta que será perfeitamente possível, como tem sido até agora, compatibilizar a atividade de *birdwatching* com a atividade de gestão da caça.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Aliás, a lista de aves cinegéticas está em vigor desde 2009. A caça já se pratica há muitos séculos na Região e a atividade de *birdwatching* não deixou de se afirmar como uma atividade e os Açores não deixaram de se afirmar como um destino de turismo para essa atividade.

Portanto, eu penso que aqui também se requiere algum equilíbrio e não criar mitos em volta destas questões.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Não posso, finalmente, deixar de fazer uma referência à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires quando fez uma espécie de crítica à dimensão desta iniciativa legislativa.

Não é só a compilação que é importante, é a sistematização que aqui consta...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...que é muito mais importante.

O senhor chamou-lhe compilação para denegrir a importância da iniciativa. Foi, Sr. Deputado! Tirar-lhe valor, para dar um ar da sua graça!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi apenas para fazer uma pequena crítica ao Sr. Secretário. Não vale a pena, Sra. Deputada!

A Oradora: Mas isto não é uma compilação, é uma sistematização e eu acho louvável que o Sr. Secretário Regional e o seu gabinete tenham a coragem de encetar tarefas desta dimensão, que são indispensáveis para a existência de um bom ordenamento jurídico na Região, porque sem esse ordenamento o desenvolvimento das atividades, a proteção da biodiversidade, tudo o mais, será muito mais dificultado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente e tentando não repetir aquilo que acabou de ser dito pela Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues só para retomar uma questão que creio que ainda merece algum aprofundamento. Tem a ver com a gestão das espécies migradoras e com a gestão das espécies que eventualmente apareçam no nosso arquipélago, como aves de arribação ou como arrojamentos a partir do mar.

De facto, a nossa posição geográfica no seio do Atlântico coloca os Açores numa posição em que (daí o interesse do ponto de vista da observação das aves), para além daquelas espécies (e infelizmente não são muitas, a nossa avifauna é comparativamente pobre), há um número muito maior de espécies que aqui chega, quer através da atividade migratória normal, quer pura e simplesmente, em função de questões de natureza accidental. E não só as aves,

também podemos falar em termos dos arrojamentos que acontecem na nossa costa, ainda recentemente têm aparecido (por exemplo, uma foca que teve aqui, na ilha do Faial, esta semana) que são de facto situações anormais, mas que devem ter um enquadramento claro também do ponto de vista jurídico.

O diploma preocupa-se com isso dando proteção a todas essas espécies, criando dois dispositivos jurídicos. Um em relação aos arrojamentos que aconteçam pelo mar e outro, estendendo a proteção a todas as espécies, sejam elas de que natureza for, que apareçam no arquipélago de forma casual (as tais arribações, as aves de arribação e outros animais que possam arribar a estas ilhas). Também no que diz respeito às espécies que são migradoras, ou seja, aquelas que têm uma ocorrência regular e periódica na Região, sujeita-as ao regime de avaliação da espécie, considerando que a sua avaliação deve ser feita, não só em relação à sua situação concreta nas nossas ilhas, mas em relação à população atlântica, ou seja, à população que do ponto de vista biogeográfico ocorra nesta região do globo. E isso dá resposta clara e concreta às questões que foram colocadas nessa área pelo Sr. Deputado Mário Moniz.

De facto, o diploma preocupa-se com essas espécies, dá-lhe um enquadramento e inclusivamente cria um mecanismo que permite depois a alteração da sua classificação, já que só podem ser objeto de exploração cinegética e de pesca as espécies que tenham a sua população a nível global num estado de boa conservação, ou seja, se algum dia uma qualquer espécie de pato (dos patos que são objeto de caça) na avaliação da sua população atlântica houver um problema de conservação, de imediato essa espécie é retirada da lista, já que o mecanismo que está estabelecido no diploma não é apenas da lista, ou seja, tem que estar na lista e além disso tem que estar num bom estado de conservação, tem de estar no LC. Se não estiver, mesmo que esteja na lista, não pode ser caçado. Portanto, esses mecanismos estão previstos e esse mecanismo está previsto especificamente em relação às espécies migradoras e às espécies de arribação.

Portanto, Sr. Deputado, creio que as questões (e são questões importantes aquelas que colocou na sua intervenção) encontram a sua resposta no diploma e

o diploma é cuidadoso nessa matéria e tenta uma abordagem realmente precaucionaria, estendendo a proteção muito para além do nosso território, estendendo a toda a área biogeográfica em que nós nos inserimos.

Em relação ainda à questão da sistematização que foi aqui abordada, essa sistematização é essencial para que se possa fazer uma boa proteção da natureza, quer do ponto de vista do relacionamento entre as diversas áreas de proteção das espécies, quer depois com todo o regime dos parques naturais. É que as espécies, mesmo as espécies que são objeto, que podem ser caçadas ou que podem ser pescadas, não o podem quando ocorram nas áreas que são parques naturais e os parques foram criados olhando para aqueles habitats que são habitats prioritários, ou seja, aqueles em que as espécies de maior interesse ocorrem com maior frequência.

Portanto, mesmo em relação às espécies cinegéticas, há áreas que através do mecanismo dos parques naturais ou através dos mecanismos da própria regulação da caça, em que a sua caça não é possível, há, de facto, mesmo no interior do nosso território, áreas de reserva para essas espécies.

Não quero obviamente entrar numa área que diz respeito ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aos outros grupos parlamentares sobre a aceitação ou não de propostas de alteração que foram apresentadas. Esta matéria já foi discutida entre todos nós, já o sabemos, há de facto propostas e a questão que o Sr. Deputado levantou em relação às aves tem uma resposta que é dada pelo próprio Bloco de Esquerda, que apresentou uma proposta de alteração que nesta altura creio que é consensual, que pode ser aceite e que resolve esse problema.

Portanto, é um contributo do próprio Bloco à melhoria do diploma e que permite ultrapassar essa questão que o Sr. Deputado aqui colocou.

Creio que, a junção daquilo que é a vossa proposta com as respostas que já foram dadas, quer da Direção Regional dos Recursos Florestais, quer da Secretaria do Ambiente, quer depois de todos aqueles que participaram na discussão, permite com segurança dizer que os receios que o Sr. Deputado aqui trouxe estão respondidos pela evolução do próprio diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Álvares tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou usar da palavra para uma curta intervenção, não para falar mais uma vez sobre a caça, porque acho que a Sra. Deputada Isabel Rodrigues esteve irrepreensível...

Deputado José San-Bento (PS): Então prescinda!

O Orador: ...(por isso a felicito, dou os parabéns e digo-lhe que fica muito bem no lugar onde está), mas para dizer o seguinte.

Parece-me que a discussão deste diploma à volta da caça é extremamente redutora. Aliás, há aqui uma outra questão que me parece essencial e que ainda hoje aqui não foi trazida nem abordada, mas que é a questão que se prende (e essa sim tem prejudicado seriamente muitas das aves que nós estamos particularmente preocupados em preservar) e que foi a contínua (ao longo de muitos anos, já há décadas) destruição de muitos dos seus habitats naturais, quer por ação do homem, obviamente, quer pela introdução de várias invasoras. Dou-vos um exemplo muito concreto. Já não falando do caso da conteira, que é um caso conhecido de todos vocês, mas falando de um caso muito mais recente que é o da *clethra arbórea*, que ao longo dos últimos anos vem progressivamente e de uma forma galopante a colonizar muitos dos espaços que tradicionalmente eram ocupados pela Floresta Laurissilva e, por exemplo, temos aqui uma das causas que toda a gente conhece e sabe do desaparecimento do priolo.

Por isso, parece-me que uma das vertentes particularmente importantes deste diploma é efetivamente a consagração de medidas que impeçam a introdução de espécies invasoras que, essas sim, muitas das vezes, têm efeitos muito mais nefastos sobre a fauna e a flora nativas, do que, por exemplo, o próprio exercício da caça.

Neste caso em particular não gostaria de deixar este aspeto sem esta referência, a sistematização que aqui foi feita das diferentes espécies, mas parece-me uma

valência importantíssima deste diploma e que pode contribuir para travar aquilo que foi a destruição do nosso património natural ao longo de muitas décadas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 25 minutos.

(Eram 16 horas e 11 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 16 horas e 29 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar então os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para expressar o apoio da Representação Parlamentar do PPM a esta iniciativa do Governo Regional.

De facto, é uma compilação de matérias que são da maior importância no que diz respeito à conservação da natureza e da proteção da biodiversidade e nós somos o primeiro partido ecologista em Portugal e um partido com grandes responsabilidades nesta matéria.

Aliás, só a título de curiosidade, fomos nós, o Partido Popular Monárquico, que escreveu aquela parte que corresponde ao ambiente no âmbito da Constituição da República Portuguesa,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A pedido de quem?

O Orador: ...portanto, temos a paternidade desse texto e temos a paternidade do discurso ecológico em Portugal.

Deputado Aníbal Piros (PCP): A pedido de quem?

O Orador: Nesse sentido, esta proposta é uma proposta que considero muito válida.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Não teve coragem!

O Orador: Há quem conteste esta técnica legislativa de especificar tudo. Eu devo dizer que me agrada, porque nós não podemos criticar uma coisa e o seu contrário.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Já aqui foram feitas críticas: porque o diploma deixa muitas matérias por definir, que serão definidas mais tarde em portaria, ... Depois se o legislador opta por incluir tudo, bom, então aí critica-se porque queria um texto mais longo e mais específico.

Portanto, nesse sentido, também em relação à técnica legislativa, da minha parte não existe qualquer tipo de oposição.

Por fim, uma nota local, que tem a ver com a importância da ilha do Corvo e do nosso parque natural, nomeadamente no que diz respeito à nossa colónia de cagarros, que como se sabe é a mais expressiva da Região Autónoma dos Açores e tem uma importância muito grande. Só é pena que ainda não tenha sido possível realmente controlar os danos que estão a ser causados a esta colónia.

Como sabem (não são números meus, são números do próprio Governo Regional) cerca de 60% dos ninhos são destruídos durante este período. É uma percentagem elevadíssima e que evidentemente acaba por, de alguma forma, fragilizar a colónia de cagarros na Região Autónoma dos Açores, por maioria de razão, na ilha do Corvo. É necessário ser mais eficaz no combate e na proteção desta colónia de cagarros na ilha do Corvo.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Piros tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A apreciação, ainda que breve, que fiz ao diploma em análise e que vai ser votado não foi contundente, foi até reconhecendo a sua importância e fiz algumas observações que motivaram uma resposta da Deputada Isabel Rodrigues que, enfim, acho que foi um pouco despropositada, uma vez que a apreciação que fiz sobre o volume e o peso da iniciativa, de facto, tinha associada uma crítica, mas considerei que esta técnica tinha vantagens, mas também tinha algumas desvantagens.

Portanto, não foi feita num tom sequer agressivo e só mesmo um ataque de partidarite aguda e de excesso de zelo é que pode justificar a resposta que V. Exa. me deu e que quero aqui repudiar, porque efetivamente acho que foi completamente despropositada.

Apenas isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para um esclarecimento à Sra. Deputada Isabel Rodrigues e ao Sr. Secretário.

A sua preocupação, Sra. Deputada Isabel, está contemplada no artigo 65.º. A nossa proposta de eliminação do Anexo VIII deve-se à redundância que representa a sua conjugação com o artigo 63.º.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): São situações diferentes, listas diferentes!

O Orador: Para que fique claro: se há alguém que se preocupa com a segurança das pessoas é este Grupo Parlamentar.

Sr. Secretário, a nossa preocupação em relação a determinados pontos deste diploma não tem a ver com a intenção do diploma, nem com a intenção do Governo, mas sim com a permissividade que ainda existe quanto à disseminação de espécies cinegéticas (as que são permitidas por lei) com o único intuito de promover a caça, o que pode provocar alterações à nossa biodiversidade.

Essa é que é a nossa preocupação e não com a intenção subjacente ao diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada, na generalidade, com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à especialidade.

Vou colocar à votação o artigo 1.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Como sabem há um conjunto de alterações que vêm da CAPAT. Essas alterações foram subscritas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme o documento que vos foi distribuído, à exceção das propostas para os artigos 20.º (n.º 4), 149.º e 166.º.

Temos, portanto, uma proposta de alteração advinda da CAPAT para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º da proposta.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, era para pedir a votação em separado dos pontos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, separado como? Os diferentes pontos? Todos em separado: 1, 2, 3, 4 e 5?

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Os pontos 1 e 2 em conjunto e os pontos 3 e 4 também em conjunto.

Presidente: Então vamos votar os pontos 1 e 2, do artigo 2.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora os números 3 e 4, do artigo 2.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o número 5, do artigo 2.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O número anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração advinda da CAPAT para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do BE para o artigo 3.º.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Todas?

Muito bem. Vamos votar então a proposta de alteração do BE para a alínea e), do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para a alínea b), do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para a alínea mmm), do artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 3 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o n.º 1, do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 5.º ao artigo 9.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso votá-los em bloco. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 11.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação da CAPAT para o n.º 5, do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 3, do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 1, do artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 15.º e 16.º não são objeto de qualquer proposta de alteração. Vou coloca-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 17.º.

Diga, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, para votarmos o n.º 4 e 6 separadamente.

Presidente: Mas separadamente todos ou o 4 e 6 em conjunto?

Deputada Zuraída Soares (BE): 4 e 6 separadamente, os outros podem ser em conjunto.

Presidente: 4 e 6 separadamente.

Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para a alínea d), do n.º 2, do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 4, do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do n.º 6, do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração da CAPAT...

Não vamos votar ainda.

Diga como prefere, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, os números 5, 6 e 8 separadamente. Os números 6 e 8 em conjunto e o 5 separadamente.

Presidente: Então vamos votar as propostas de alteração da CAPAT para a alínea d), do n.º 3.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração da CAPAT para o n.º 5, do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 6, do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 8, do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 19.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração da CAPAT para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o n.º 4, do artigo 20.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 23.º ao 26.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso votá-los em conjunto. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 27.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Posso votar em conjunto os artigos 29.º e 30.º?

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar, porque não fica prejudicada, tem outro texto, a proposta de alteração do BE para o mesmo artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 33.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 34.º ao artigo 40.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de substituição, com exceção da epígrafe, da CAPAT para o artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 42.º ao artigo 46.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 47.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 49.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 51.º a 53.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 55.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 5, do artigo 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o n.º 3, do artigo 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, para votarmos o n.º 3, do artigo 56.º, em separado.

Presidente: Vamos votar os ns.º 1 e 2, do artigo 56.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o n.º 3, do artigo 56.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O número anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar os ns.º 4 e 5, do artigo 56.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação da CAPAT para o ns.º 4 e 5 e de alteração para o n.º 6, do artigo 57.º.

Diga, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): 4 e 5 em conjunto, Sr. Presidente, e o 6 separadamente.

Presidente: Então vamos votar a proposta de eliminação dos ns.º 4 e 5, do artigo 57.º, da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 6, do artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 57.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Os artigos 58.º a 62.º da proposta não são objeto de qualquer alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 3, do artigo 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Ficou assim prejudicada a proposta de eliminação do BE para o artigo 63.º.

Vamos votar o artigo 63.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta da CAPAT para o artigo 64.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 64.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Os artigos 66.º a 70.º da proposta não são objeto de alterações.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta da CAPAT para o artigo 71.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 71.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 72.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 72.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 73.º a 75.º não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para os ns.º 1 e 2, do artigo 76.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o mesmo artigo, na parte em que não ficou prejudicada, ou seja, relativamente ao n.º 3, do artigo 76.º e ao aditamento do n.º 4.

Vamos votar a proposta de alteração do BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta de alteração do PSD para este artigo ficou prejudicada, já que era para os ns.º 1 e 2.

Vamos votar o artigo 76.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar o artigo 77.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 79.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 79.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 80.º e 81.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o artigo 82.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 82.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 83.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 5, do artigo 84.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 84.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 85.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração da CAPAT para os ns.º 3 e 5, de aditamento do n.º 7, para o artigo 86.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que iremos votar a seguir é uma proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda e que transforma o artigo 86.º, introduzindo-lhe alguns dos conteúdos que estão atualmente no próprio artigo 86.º e depois no 90.º e 91.º, cuja eliminação propõe.

Faço esta intervenção para explicar que, se posso ainda entender as alterações que o Bloco de Esquerda faz atendendo às posições que defende, não compreendo que sejam eliminadas as normas relativas à fiscalização nesta matéria e que seja eliminada a obrigação, que tem uma alteração introduzida pelo PS, das companhias aéreas e marítimas de transportes de passageiros e mercadorias e as embarcações de recreio prestarem informação sobre transporte das espécies exóticas.

Portanto, gostava que o Bloco de Esquerda esclarecesse esta opção que tomou na sua proposta de alteração.

Obrigada.

Presidente: Não sei se há intervenções. Creio que não.

Vamos então passar à votação da proposta de alteração do BE para o artigo 86.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 86.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 87.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 87.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 88.º e 89.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação para o artigo 90.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 90.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do BE para o artigo 91.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 91.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 92.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 93.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 93.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 94.º, 95.º e 96.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 97.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 97.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 98.º e 99.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 100.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 100.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 101.º e 102.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 103.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 103.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto dos artigos 104.º a 117.º, inclusive, que não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Deputada Zuraida Soares (BE): Até ao 110.º, inclusive.

Presidente: Vamos então votar do artigo 104.º ao 110.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 111.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Pergunto agora se posso pôr do 112.º ao 117.º à votação em conjunto.

Então vamos votar do artigo 112.º ao 117.º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 118.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora em conjunto os artigos 119.º e 120.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 121.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 121.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 122.º ao 126.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 127.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 127.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dos artigos 128.º ao 131.º, inclusive, não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o n.º 2, do artigo 132.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, a proposta de alteração do PSD para o mesmo número e artigo fica prejudicada.

Vamos votar o artigo 132.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 133.º e 134.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 135.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 135.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto agora à Câmara se posso colocar à votação em conjunto dos artigos 136.º a 146.º, inclusive, que não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 147.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 147.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 148.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 148.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 149.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 149.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar o artigo 150.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 151.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 151.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Do artigo 152.º ao 162.º, inclusive, não há qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso votá-los em conjunto.

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento da CAPAT dum artigo 162.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 163.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 164.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 164.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 165.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento da CAPAT dum artigo 165.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração do PS para o artigo 166.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 166.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 167.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração aos Anexos, começando pelo Anexo I.

Proposta de alteração do Partido Socialista para o Anexo I.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao Anexo I as propostas de alteração que o Partido Socialista aqui apresenta, designadamente no que se refere...

Este Anexo é totalmente ligado às cinegéticas (estava fazendo confusão com o Anexo II em que há essa separação) e o Partido Socialista retira da lista de espécies cinegéticas quatro dessas espécies.

O PSD não apresentou qualquer proposta de alteração por considerar que a atividade da caça na Região não fere a atividade de *birdwatching*, tal como a Sra. Deputada Isabel Rodrigues disse há pouco na sua intervenção, pelo que esta proposta de alteração, o retirar das espécies (aliás, em Comissão, inclusivamente o relatório diz que essa lista se irá manter), para nós não faz

muito sentido pelo que não compreendemos por que é que estas espécies serão retiradas da lista de espécies cinegéticas.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresentou esta lista na Comissão, como os Srs. Deputados se lembrarão. A proposta do Anexo I foi retirada na Comissão porque tratandose dum Anexo de grande complexidade, havia aspetos que careciam ainda de ser revistos e informámos os partidos de que iríamos apresentar em plenário, mas que não haveria qualquer alteração a esta lista, à proposta de alteração (perdoem-me o pleonasmo, mas não há outra maneira de o dizer) que já tínhamos apresentado em sede de Comissão.

Na altura tivemos a oportunidade de explicar, e hoje também já aqui referi, a necessidade de procurar soluções equilibradas e que atendam, tanto quanto possível, aos diversos interesses que legitimamente se manifestam nestas matérias.

Da análise que o Partido Socialista fez, do conjunto de pareceres que recolhemos, daquilo que resulta dos instrumentos internacionais e penso que não tem qualquer contrariedade com aquilo que disse aqui hoje, nós entendemos que retiraríamos aquelas espécies cujos avistamentos são muito raros na nossa Região e que manteríamos aquelas espécies cujos avistamentos são documentados como acontecendo com regularidade e em bandos de maior dimensão.

Da parte do Partido Socialista pensamos que esta é uma forma equilibrada de não prejudicar a atividade da caça, porque as espécies que são retiradas são espécies cujos avistamentos são aqueles que menos se registam na Região e também, de acordo com aquilo que podemos avaliar dos pareceres que solicitámos aos caçadores, não são espécies determinantes no exercício da atividade da caça.

Como dizia, pensamos que esta nossa proposta consegue conciliar estes dois interesses (os interesses protecionistas e os interesses a favor do

desenvolvimento da atividade de *birdwatching*, com o interesse que nos merece todo o respeito da atividade da caça).

Presidente: Muito bem.

Vamos então votar a proposta de alteração do PS para o Anexo I.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o mesmo Anexo na parte em que não ficou prejudicada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o Anexo II.

Sr. Deputado Paulo Ribeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência daquela que foi a nossa votação no Anexo I, nós iremos votar contra a alteração à listagem das espécies cinegéticas da Região.

Presidente: Vamos votar então a proposta de alteração do PS para o Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 15 votos contra do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do BE para o mesmo Anexo II, na parte em que não ficou prejudicada.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** É para requerer a votação em separado da alínea a), do ponto 5, e depois das partes A, B, C, D e L.

Presidente: Portanto, a alínea a), do ponto 5, por um lado e as outras por outro.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Não, não. As partes também separadas, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem.

Então vamos votar a alteração proposta pelo BE para a alínea a), do ponto 5, do Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** As restantes partes podem ser em conjunto.

Presidente: As restantes podem ser em conjunto?

Então vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o Anexo II, na parte em que adita ou elimina alguns aspetos das partes A, B, C, D e L.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: No que diz respeito à parte A. Alteração para a parte A, do Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Relativamente à parte B, ficou prejudicada.

As partes C, D e L posso votar em conjunto?

Vamos votar então as propostas de alteração do Bloco de Esquerda para as partes C, D e L do Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta de alteração do PSD para o Anexo II ficou prejudicada.

Vamos votar então a proposta de alteração da CAPAT para o Anexo III.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento da CAPAT para o Anexo IV.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação do BE para o Anexo VIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração do PS para o Anexo IX.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria em primeiro lugar saudar, em parte, a proposta de alteração do Bloco de Esquerda na medida em que introduz uma alteração muito importante no elenco de algumas aves que estão identificadas como espécies de risco e que as introduz neste Anexo e também a questão relativamente ao aditamento do elenco das térmicas, que era uma lacuna lamentável no diploma e que o Bloco de Esquerda com o seu contributo logrou suprir.

Obrigada.

Presidente: Creio que estamos agora em condições de votar as propostas de aditamento do BE para o Anexo IX.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: A parte A em separado?

Vamos votar então a parte A, Anexo IX, proposta pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Creio que agora posso votar em conjunto as propostas de alteração do BE que adita espécies à parte B e adita a parte F do Anexo IX.

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sim, Sr. Deputado Mário Moniz? Tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para pedir, porque houve aqui um lapso da não indicação do prioritário e do risco ecológico conhecido na proposta agora aprovada, para que a Comissão de redação tenha isso em conta.

Presidente: Vamos votar então agora a proposta de eliminação do BE, das alíneas e), f) e g) do Anexo XI.

Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria justificar o sentido de voto do Partido Socialista ao chumbar esta proposta de alteração do Bloco de Esquerda para o Anexo XI.

Na verdade aquilo que o Bloco de Esquerda pretende fazer com esta proposta de alteração é retirar da lista de espécies de animais, cuja importação é permitida na Região Autónoma dos Açores, todos os peixes de aquário de água doce, os cágados e um conjunto de aves passeriformes e psitaciformes que envolvem uma dimensão interessante do nosso mercado regional.

A aprovar-se esta proposta do Bloco de Esquerda toda aquela faixa do comércio conhecida pelas *pet shops* ou lojas de animais enfrentaria uma crise gravíssima porque ficaria reduzida à importação de cães e de gatos e pouco mais.

Todos nós conhecemos alguém que tenha um aquário, que tenha um pássaro, é um mercado ao nível do comércio que tem uma movimentação interessante, além de nos parecer que uma decisão destas não pode ser tomada de ânimo leve, este não seria nunca o momento adequado para atirar este ramo do comércio para uma crise desta dimensão.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos votar então as propostas de alteração do BE para o Anexo XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração ao mesmo Anexo apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Diga, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para repetir a votação.

Presidente: Com certeza.

A proposta de alteração ao XI, quer que repita?

Vamos então repetir a votação, Sras. e Srs. Deputados. Está em causa a alteração do PS para a alínea g), do Anexo XI.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz para uma declaração de voto?

Tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não deixamos de reconhecer as vantagens e algumas das boas intenções contidas nesta iniciativa em que o Bloco de Esquerda contribuiu e se esforçou por melhorar, apresentando um vasto leque de propostas de alteração.

No entanto, ainda subsistem sérias dúvidas sobre aspetos importante deste diploma, em especial sobre alguns dos seus anexos que obrigaram à nossa abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista congratula-se com a aprovação desta iniciativa de grande alcance para a nossa Região, congratula-se também com a participação que ela teve ao nível da sociedade civil e o contributo dos partidos políticos representados nesta Assembleia.

Naturalmente que cada um defendendo as suas posições, mas todos tentaram dar contributos no sentido de melhorar segundo a sua perspetiva naturalmente o resultado final desta iniciativa legislativa do Governo.

Pensamos que se conseguiram aqui soluções de um grande equilíbrio que atendem e respeitam os diversos usos do nosso território e que dão a devida prioridade à questão da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade.

É a Região Autónoma dos Açores que está hoje de parabéns.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD votou favoravelmente esta proposta por considerar que este é um passo importante em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade.

No entanto, para nós, mais importante do que todos estes instrumentos é a sua aplicação. Este é um bom instrumento, este é um bom princípio para que no futuro os problemas que ao longo destes anos nós temos detetado possam ser ultrapassados e a Região Autónoma dos Açores possa, em definitivo, ser uma Região apetecível e uma Região de referência a nível ambiental.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não existirem mais declarações de voto.

Eu pedia aos líderes dos Grupos Parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa só para colocar aqui uma questão. O Sr. Secretário da Presidência também.

(Pausa)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Para uma interpelação.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, Sra. Deputada.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 05 minutos.

Até já.

(Eram 17 horas e 36 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 19 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 21/2011 – “Desenvolve na Região Autónoma dos Açores as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação da pessoa com deficiência ou incapacidade”**.

Não sei quem é que do Governo apresenta o diploma.

Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional que agora as Sras. e os Srs. Deputados têm oportunidade de apreciar é uma legislação que desenvolve e promove a inserção na sociedade das pessoas com incapacidade ou deficiência, matéria que na Região não existia um enquadramento correto e portanto, foi por isso que o Governo teve o entendimento de apresentar a esta casa este diploma.

É um instrumento que visa a boa articulação entre todos os organismos do Governo para fomentar oportunidades na educação, formação e no trabalho, contribuir para o acesso aos serviços e produtos de apoio, radicar as barreiras e adotar medidas que contribuam para a participação das pessoas com deficiência ou incapacidade.

Aplica-se transversalmente a todos os setores da sociedade, pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, designadamente nos seguintes domínios: promoção da igualdade de oportunidades no sentido de que a pessoa com deficiência ou incapacidade disponha das condições que permitam a plena participação na sociedade; implementação da igualdade de oportunidade ao nível da proteção social, da saúde, da educação, da cultura, do desporto, do lazer, da informação e conhecimento, da formação e trabalho; garantir o acesso a serviços e produtos de apoio ou ajudas técnicas; eliminação de barreiras e a adoção de medidas que facilitem a participação efetiva da pessoa com deficiência ou incapacidade.

Pretende-se também criar um modelo de intervenção mais célere, menos burocrático, mais próximo das pessoas.

Nos últimos anos, e em matéria de invalidez e reabilitação, destaca-se o aumento exponencial do número de respostas criadas. Foram cerca de 28, respostas essas de intensa proximidade junto das famílias e dos cidadãos que necessitam delas. Isso permitiu que hoje mais de 1020 utentes possam beneficiar dessas respostas sociais.

Às vezes não se compreende por que é que alguma oposição nos acusa de construir betão, quando tempos depois (ainda hoje isso aconteceu na visita da maior líder da oposição a uma santa casa) se vem defender respostas de proximidade. Portanto, é exatamente aquilo que o Governo tem andado a fazer e nós não podemos ter dois pesos e duas medidas, caros Srs. Deputados, porque num lado não podemos prometer obras quando elas não são necessárias (como é o caso de escolas profissionais que o Governo decide não fazer porque tem poucos alunos...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...ou porque são investimentos que devem ser ponderados); noutro, quando o Governo tem essas respostas criadas, vir defendê-las como se o Governo não as tivesse já construído.

Portanto, muitas vezes nós ficamos perplexos com esta oposição que de facto não tem ideias, não apresenta projetos inovadores e critica quando nem se percebe bem o que é que são obras megalómanas, como hoje isso aconteceu numa visita da presidente do maior partido da oposição a uma santa casa.

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora devia era ficar perplexa com as suas declarações de ontem!

A Oradora: Temos que ser justos, honestos e falar a verdade e não andar aqui a dizer aquilo e a evidenciar a obra que o Governo faz, porque ainda ontem...

Deputado Luís Garcia (PSD): Fale do diploma que está em discussão!

A Oradora: ...se falou no excesso de betão, pois esse betão, meus caros amigos, foi exatamente para servir as pessoas, foi para criar respostas de proximidade que se criou, com as IPSS's e com as Misericórdias, uma rede

social que serve essas pessoas e que as ajuda todos os dias, promove a inserção desses, no caso da deficiência, que é um caso em que de facto houve um crescimento exponencial, que promove essa inserção social.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Para já tenho inscrita a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda ontem tivemos nesta casa um debate, uma interpelação sobre a promoção da igualdade. Hoje aqui estamos a analisar uma iniciativa que visa exatamente esse fim.

O diploma que agora analisamos assume-se como uma verdadeira carta de direitos para os cerca de 10% de açorianos que diariamente se confrontam com dificuldades acrescidas no exercício da sua cidadania. Importa reconhecer que apesar da evolução, quer na quantidade, quer na qualidade, dos apoios disponíveis às pessoas com deficiência e às suas famílias, assim como numa cada vez maior e mais generalizada inclusão na nossa sociedade, estes nossos concidadãos têm que exercer uma coragem, persistência e resiliência verdadeiramente excepcionais para afirmar e exercer direitos básicos dos mais diversos setores da vida em sociedade.

Com este diploma é nosso entender dar-se um passo significativo no sentido de estruturar a forma como a administração regional autónoma, a administração local, entidades públicas e privadas e organizações não-governamentais e de voluntariado se articulam para assegurar as condições que garantam a salvaguarda desses direitos universais. Uma salvaguarda de direitos que abrange as diferentes faixas etárias desde a infância até à idade adulta e abrangendo aspetos como a prevenção, o combate aos preconceitos e aos estereótipos, a intervenção precoce, a educação, a promoção das acessibilidades, a promoção vocacional e profissional, as atividades

ocupacionais, o trabalho e o emprego, os cuidados de saúde, o acesso à habitação, à cultura, ao desporto, ao lazer, a atribuição de produtos de apoio e o recurso às tecnologias da informação e da comunicação em benefício da inclusão desta faixa da nossa população.

Espero que o órgão máximo da autonomia da nossa Região possa assumir este compromisso hoje de forma unânime e que todos nós façamos chegar esta mensagem às pessoas com deficiência, mas também aos serviços públicos, aos arquitetos que concebem o nosso património construído, às autarquias que licenciam os projetos, às entidades empregadoras, aos prestadores de serviços, aos agentes culturais, aos agentes desportivos, em suma, a todos os setores da nossa sociedade.

Sei bem que não basta legislar para mudar atitudes, sei também que as barreiras atitudinais criam quase sempre obstáculos muito mais complexos e mais difíceis de ultrapassar do que aqueles que são colocados pelas barreiras físicas.

É por isso que espero também que cada um de nós transporte os princípios subjacentes a esta iniciativa para as nossas rotinas diárias, deixando influenciar-se por eles na tomada de decisão a nível profissional, pessoal e social.

Hoje, com a aprovação deste diploma a Região Autónoma dos Açores dá mais um passo para que as pessoas com deficiência, quer se trate de crianças, jovens, adultos, ou idosos assumam uma cada vez maior visibilidade e sejam assumidos por todos nós como cidadãos de pleno direito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, cumpre-nos destacar a pertinência e a relevância deste diploma que assenta numa série de princípios e propósitos nobres, que penso que todos nós nesta casa partilhamos.

De facto, a pessoa com deficiência ou incapacidade deve poder aceder a todos os recursos que a sociedade lhe faculta e compete à administração pública assegurar que tal suceda.

O princípio da igualdade de oportunidades é uma conquista civilizacional inalienável e nesse quadro há que encontrar instrumentos legais que o consubstanciem, como é o caso do diploma em apreço.

Na prática, este diploma enquadra uma série de aspetos que visam promover a acessibilidade universal e a igualdade de oportunidades de forma abrangente, desde a eliminação das barreiras físicas à sensibilização que é sempre um aspeto difícil, porque por muito que se legisle e sensibilize a mentalidade não muda por imperativo local, nem automaticamente.

Também no tocante à habitação, à educação, ao emprego e à saúde, procura-se aqui um mecanismo transversal e abrangente.

Há ainda outra matéria que muito nos apraz ver aqui consagrada, porque consubstancia uma reiterada preocupação do CDS/PP, inclusive com propostas em sede de Plano e Orçamento e que se prende com os produtos de apoio e as ajudas técnicas.

Com a mesma abertura, a mesma frontalidade e o mesmo rigor com que assumimos e nos congratulamos com os méritos deste diploma, há porém questões que nos preocupam.

A existência de espaços públicos onde ainda existem barreiras arquitetónicas deve continuar a preocupar-nos e a mover-nos a todos. Essas barreiras têm de ser eliminadas porque não é aceitável que existam e contrariam, obviamente, o disposto neste diploma e as preocupações que emanam dele.

O facto de, no âmbito da escola inclusiva, também no âmbito deste diploma, se assegurar que os alunos portadores de deficiência têm enquadramento na nossa escola pública, quando todos nós sabemos que há escolas onde ainda não existem equipamentos apropriados e recursos humanos adequados para lidar com estes alunos, deve merecer um maior empenho de todos nós e não podemos, obviamente, ignorar que esta realidade continue a existir.

O esforço de sensibilização, nomeadamente dos empregadores, para acolherem cidadãos portadores de deficiência é ainda insipiente e deve ser melhorado, deve ser reiterado e deve ser continuado.

Há também duas situações concretas no corpo deste diploma que nos causam estranheza e que contrariam, no nosso entender, a essência do próprio diploma. Mas também aqui somos construtivos e apresentamos propostas de alteração no sentido de corrigir esses aspetos que consideramos que resultam de uma redação menos feliz. A eles me referirei na especialidade, mas no entanto deixo já a reflexão à Câmara.

A essência deste diploma é salvaguardar direitos universais da pessoa com deficiência, da pessoa, de todos, assente na igualdade de oportunidade para todos.

A redação dos artigos 6.º e 16.º assentam em desigualdades e estigmatiza a sociedade, em particular o cidadão portador de deficiência em função do seu género, da sua faixa etária e o 16.º em função do tipo de deficiência.

Nós consideramos que criar situações de estigmatização, de desigualdade num diploma que assenta no espírito da igualdade de oportunidades, contraria claramente a filosofia que lhe subjaz e deste modo apresentamos propostas de alteração, no sentido de corrigir essas deficiências que detetámos neste diploma. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O presente diploma aqui em apreço desenvolve e pretende desenvolver na Região Autónoma dos Açores as bases gerais do regime jurídico de prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência.

Todavia, as bases gerais já constam, efetivamente, na Lei 38/2004 de 18 de agosto.

Diz a Sra. Secretária que não havia um enquadramento correto, mas então resta perguntar o seguinte: o que é que os açorianos ganharão com a existência do presente diploma?

Ou dito de outro modo: o que é que este diploma traz de novo que não podia acontecer no atual quadro legislativo?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Na perspetiva de uma resposta cabal a estas questões, digamos que o presente diploma é tal como foi originalmente apresentado uma espécie de desnecessidade legislativa porque já existe uma lei de bases, cujos princípios e direitos poderiam ser objeto de desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores.

Mais do que legislar, Sras. e Srs. Deputados, o que era urgente, o que teria sido verdadeiramente necessário, seria regulamentar matérias, como por exemplo, e vou citar duas situações: o sistema regional de intervenção precoce na infância e a questão das ajudas técnicas.

Deputado Francisco César (PS): Se a Presidente de Câmara de Ponta Delgada pusesse isso em vigor não era nada mau!

O Orador: Todavia, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que começou por ser um mau diploma, com alguns aspetos menos claros na sua redação, omissos até na sua redação, conheceu depois uma série de alterações num claro reconhecimento de que o texto original não poderia ser aprovado tal como estava, tal como tinha sido proposto pelo Governo.

Prova disso são os 19 artigos alterados, 4 dos quais absolutamente novos, as 35 alíneas alteradas, das quais 17 são absolutamente novas.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é que é essencial!

(Risos da Deputada Catarina Furtado)

O Orador: Não se ria, Sra. Deputada. Não é para rir. O assunto não é para rir. Conclusão: foi o próprio PS, alertado em sede da Comissão dos Assuntos Sociais, pelos partidos da oposição e também pelo PSD, que reconhecendo as fraquezas do diploma propôs as presentes alterações que, do nosso ponto de vista, melhoram substancialmente a iniciativa.

Todavia, mesmo considerando as alterações oriundas do Partido Socialista em sede da Comissão dos Assuntos Sociais, é para nós determinante proceder a mais alterações, desde logo a que respeita ao conceito de pessoa com deficiência, dado que se trata de um conceito a partir do qual se operacionaliza

ou se pode operacionalizar as intenções presentes no diploma por forma a não haver qualquer hipótese de restringir, na Região Autónoma dos Açores, qualquer direito decorrente da diferença da definição nos planos nacional e regional.

Por outro lado, propomos a inclusão de um artigo relativo ao apoio à família, que não consta da iniciativa governamental e que imputa à administração autónoma a adoção de medidas que proporcionem à família da pessoa com deficiência as condições para a sua plena participação na sociedade,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Que intervenção mais presunçosa!

O Orador: ...quer se trate da sua dimensão social, política, educacional ou mesmo referente ao chamado mundo do trabalho.

No que respeita ao que está plasmado relativamente à intervenção precoce e aos produtos de apoio e/ou ajudas técnicas, estes, do nosso ponto de vista, devem ser regulamentados por decreto legislativo regional, tal como propomos na alteração que fazemos para o artigo 20.º, fazendo jus à participação e fiscalização enquanto funções essenciais deste parlamento e de todas as Sras. e Srs. Deputados desta casa.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, propomos corrigir o presente diploma uma vez que extingue o Conselho Regional para a Integração e Cidadania,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Essa é que é a questão fundamental!

O Orador: ...onde têm assento dois representantes de associações de cidadãos portadores de deficiência e isso, Sras. e Srs. Deputados, não podemos, nem poderíamos de resto aceitar.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Extinguir o Conselho Regional para a Integração e Cidadania significaria, do nosso ponto de vista, menos participação, menos integração, menos transparência e mais afastamento dos cidadãos face ao fenómeno político que aqui também acontece.

Em suma, não vamos legislar para as pessoas, devemos, isso sim, legislar com as pessoas, atendendo às suas vivências, às suas experiências e às suas dificuldades e atendendo sobretudo àquilo que podem trazer à participação nos debates/fóruns de intervenção, como é de resto o caso do Conselho Consultivo para a Integração e Cidadania.

Fica pois a pergunta que importa aqui e agora fazer: por que razão querem os senhores extinguir o Conselho Regional para a Integração e Cidadania, onde têm assento representantes das pessoas portadoras de deficiência, que sentem na pele todos os dias as dificuldades dessa mesma dificuldade, que por ironia do destino lhes acometeu?

Essa é a grande questão.

Por que querem de facto extinguir este Conselho?

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor tinha condições para ter um diploma exemplar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Se calhar ficava melhor.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos aqui para isso. Dava era mais trabalho!

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, creio que não interpreto mal, mas as intervenções que me precederam entram numa análise na especialidade e julgo que me dará também permissão para fazer uma resposta na especialidade.

Sr. Deputado Paulo Rosa, estou em crer que terá sido ou uma redação que possa induzir em erro, ou um erro de interpretação da sua parte. Não posso deixar passar a afirmação que fez aqui nesta casa de que a redação atual do artigo 6.º (e isso sem prejuízo de votarmos favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS/PP) ostracizava ou segregava...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estigmatizava!

A Oradora: ...estigmatizava num diploma que se pretendia promotor e que se pretende promotor da igualdade.

A redação que consta da iniciativa que é apresentada nesta casa não pretende, nem mais, nem menos, do que reconhecer (como aliás está comprovado em diversos estudos a nível nacional e a nível europeu) que todas as pessoas com deficiência obviamente constituem um grupo mais fragilizado e mais vulnerável, mas que essa vulnerabilidade é potenciada por pertencerem a outros grupos que só por si também já são mais vulneráveis. Como é o caso das crianças, das mulheres e dos idosos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Por serem mulheres são mais vulneráveis?

A Oradora: Posso depois arranjar-lhe uma cópia de alguns dos estudos que comprovam isso para o senhor poder confirmar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não preciso!

A Oradora: A redação que consta da iniciativa para o artigo n.º 6 não pretende mais do que reconhecer essa realidade que está plasmada em vários estudos.

Sr. Deputado Rui Ramos, tenho que considerar no mínimo curiosas algumas das suas afirmações.

O senhor pergunta o que é que esta iniciativa traz de novo ou permite fazer que não se pudesse fazer antes, mas depois quando confrontado com propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Em sede de Comissão!

A Oradora: ... em sede de Comissão há já algum tempo, é o Grupo Parlamentar do PSD que vem propor para os mesmos artigos uma redação alternativa que repõe a redação do diploma nacional.

Deputada Catarina Furtado (PS): Ora bem!

A Oradora: Então qual é a utilidade que os senhores querem dar à autonomia? Querem fazer alguma coisa de novo ou querem um diploma que efetivamente não traga nada de novo?

Deputado João Costa (PSD): Não é isso que está em causa! Autonomia com qualidade!

A Oradora: Parece-me que a desnecessidade são as vossas propostas de alteração.

O Sr. Deputado também pergunta o porquê da extinção do Conselho Regional de Integração e Cidadania.

Gostaria de lembrar que a proposta de decreto legislativo regional prevê e passo a citar: “Compete ainda à administração regional autónoma a adoção de medidas que assegurem as condições necessárias à participação da pessoa com deficiência ou incapacidade nas dimensões da vida pública, política, cultural, recreativa, de lazer e desportiva.”

A extinção deste Conselho não significa, ao contrário daquilo que o senhor quis insinuar, nenhum afastamento do contributo das pessoas com deficiência, das suas famílias ou das entidades que dedicam a sua atividade profissional ao apoio a estas pessoas numa intervenção ou de um papel consultivo até das estruturas governativas.

Passo a ler qual é a constituição do atual Conselho: Diretor Regional da Saúde...

Aliás, o CRIC é composto pelo Diretor Regional da Segurança Social que preside...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não concorda?

A Oradora: ... o Diretor Regional da Saúde, o Diretor Regional do Emprego, o Diretor Regional da Educação, um representante da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e duas personalidades de reconhecido mérito designados pela Secretária Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Atrevo-me a dizer que se fosse o Partido Socialista, agora, a propor um conselho consultivo com esta composição...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: ...os senhores diriam para que serve um conselho consultivo composto por elementos dos diferentes departamentos do Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas agora são os senhores que vêm propor que se mantenha uma estrutura governamentalizada que não tem sido eficaz nos últimos anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Todos os concelhos consultivos têm membros do Governo. Qual é a diferença agora?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor de continuar.

O Orador: Da minha parte devo dizer que concordo com o diploma. Vou votá-lo favoravelmente. Concordo também com uma parte significativa das alterações que são propostas pelos diversos partidos políticos.

Mas tenho uma questão específica que é esta, que diz respeito ao artigo 15.º - “Intervenção precoce” – e a pergunta é para o Governo Regional, no sentido se o Governo Regional se compromete a apresentar uma iniciativa neste âmbito.

Devo dizer que já assumi a responsabilidade de apresentar, até ao final desta legislatura, uma iniciativa também nesta matéria e a questão é muito objetiva.

Até ao final desta legislatura o Governo Regional pretende apresentar uma iniciativa para implementar a intervenção precoce no nosso sistema educativo, nomeadamente no pré-escolar?

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados, sobretudo Sra. Deputada Nélia Amaral e Sr. Secretário Regional da Presidência, devo recordar aqui que este diploma que deu corpo ao

Conselho Regional para a Integração e Cidadania foi uma proposta oriunda do Governo, cujo presidente se chama Carlos César.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Qual é o problema de revogar o diploma?

O Orador: Com licença, com licença.

Devo dizer mais ainda: o diploma que aprovou esse Conselho foi aprovado por unanimidade com os votos, como é óbvio, dos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Diz a Sra. Deputada Nélia Amaral: “Mas esse conselho não funciona.” A Sra. Deputada Nélia Amaral acaba de reconhecer que uma iniciativa legislativa do Governo, do Sr. Presidente Carlos César, não serviu para coisa nenhuma.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Deputada, francamente!

Mas digo-lhe mais: não insinuei rigorosamente nada. Só pergunto aos Srs. Deputados e ao Governo do Partido Socialista se, ao extinguir um Conselho onde têm assento pessoas que trabalham na área da deficiência todos os dias onde eles podem participar, isso não é menos participação? Então o que é? Mais participação?

Não percebo.

Isso será também extinguir um fórum onde as pessoas que trabalham com pessoas portadoras de deficiência podem, em conjunto com os diretores regionais, (e são 15 pessoas) em conjunto com uma série de entidades, olhos nos olhos, discutirem as problemáticas e as dificuldades que todos os dias, nesta Região, as pessoas portadoras de deficiência sentem. Discutir olhos nos olhos com as pessoas que podem de algum modo fazer voltar e fazer virar, fazer superar algumas dificuldades, isso não é importante? Isso não é mais integração? Isso não é mais transparência?

Francamente!

Se os Srs. Deputados e se o Governo Regional...

Faço aqui um apelo direto à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social: Sra. Secretária, até poderia admitir que um diploma com o vosso cunho tenha resultado ou não tenha resultado tão bem como seria desejado, porque o PSD também votou esse diploma que institui o Conselho Regional. Também votou.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso não tem nada a ver com o que estamos a discutir!

O Orador: Agora o que lhe peço é o seguinte: Sra. Secretária, Srs. Deputados do Partido Socialista, se querem alterar isso (mas não revoguei isso imediatamente) façam outro diploma. Da parte do PSD nós estaremos absolutamente disponíveis para contribuir, se for essa a vossa intenção, para um Conselho onde seja mais fácil reunir. Mas também digo-vos, Sras. e Srs. Deputados, a reunião deste Conselho é uma por ano. Ou seja, retiram às pessoas essa particularidade (portanto nem podem vir com os custos acrescidos, na relação custo/benefício), por isso prefiro que este Conselho funcione do que não funcione.

É aí que as pessoas, olhos nos olhos, podem fazer face e podem dizer precisamente as suas dificuldades, dificuldades essas que na presença das pessoas que compõem esse Conselho podem muito bem ser resolvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito rápida para dizer ao Sr. Deputado Rui Ramos que sei que o decreto legislativo regional tem o n.º 26/97, portanto não precisava de me lembrar quando é que foi aprovado ou quando é que entrou em vigor.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas parecia!

A Oradora: Não, não parece Sr. Deputado.

O que parece é que há bancadas e há grupos parlamentares que não evoluem.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Concordo consigo, Sra. Deputada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esta foi forte!

A Oradora: Há outros que o fazem.

Sr. Deputado Rui Ramos, escusa de se agarrar à extinção ou não extinção do Conselho para analisar o diploma na sua generalidade e na sua globalidade, ou para justificar um eventual sentido de voto, porque a participação das pessoas com deficiência está garantida, está assegurada no articulado do diploma, basta o senhor ler o articulado do diploma com alguma atenção.

Não é por aí que o senhor vai justificar o sentido de voto da sua bancada. Se quiser fazê-lo procure outra forma.

Deputado Rui Ramos (PSD): Nem falei no sentido de voto!

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social.

(*) Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria informar esta casa que já existe um Conselho Regional de Igualdade de Oportunidades, onde existe uma personalidade de reconhecido mérito na área da deficiência e que funciona. É por acaso presidente de uma dessas instituições que foi consultada no âmbito da audição que os Srs. Deputados fizeram, que a Comissão fez.

Portanto, aquilo que tem sido...

Deputado Rui Ramos (PSD): Porque não excluíram esta nessa altura?

A Oradora: ...orientação política do Governo é efetivamente reduzir essas comissões, porque hoje acho que é mais fácil optarmos...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é uma redução, é uma extinção!

A Oradora: ...porque temos uma que tem o mesmo papel e que pode exatamente ter a mesma filosofia de intervenção que está prevista, em vez de termos uma proliferação de diplomas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Extinção é um fim!

A Oradora: O que nós temos feito é exatamente a concentração e a especialização depois em regulamentação, que é o caso que vai ser, penso eu, brevemente também com o Código da Ação Social.

Como veem a linha é a mesma, portanto parece-me perfeitamente desinteressante estarmos aqui a discutir uma coisa que, no âmbito de toda a área da deficiência e da reabilitação, há questões muito mais importantes.

Nós devemos trabalhar no sentido de uma sociedade onde seja possível mais igualdade de oportunidades e portanto o que é oportuno é levarmos...

Este diploma é um princípio, não é um fim, caros Srs. Deputados.

O que nós temos é que contagiar a sociedade para cada vez mais promover a igualdade de oportunidades.

É no sítio onde trabalhamos, é a todos os níveis fazer com que a nossa sociedade promova mais a inserção destas pessoas e que seja a favor da plena integração do cidadão portador de deficiência.

Falaram também os Srs. Deputados na questão da intervenção precoce e queria responder, Sr. Deputado, dizendo-lhe que há um grupo de trabalho composto por um elemento da saúde, da segurança social e da educação...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A saúde não é discutida aqui!

A Oradora: ...e nós temos feito um trabalho de implementação de estratégias exatamente nesta matéria.

Há relatórios produzidos e eu tenho muito gosto em fazer chegar ao Sr. Deputado, como a esta Câmara, o trabalho que o Governo tem feito ao nível da intervenção precoce.

Sem regulamentação ou sem diplomas, a verdade é que nós temos uma estratégia. Há uma avaliação, por exemplo, na primeira infância das crianças e um rastreio; há intervenção precoce das crianças que entram nas creches e nos jardins-de-infância da rede de apoio social na região. Portanto, temos feito o nosso percurso e esse relatório poderei fazê-lo chegar para exatamente verem as linhas que temos implementado e o trabalho que temos produzido relativamente a isso.

Tem havido encontros, tem havido acompanhamento a essas crianças, porque senão também não era possível detetar-se tão cedo algumas questões, alguns problemas ligados ao acompanhamento das crianças logo na primeira infância que têm sido diagnosticados e encaminhados para a especialidade de pedopsiquiatria e outras áreas mas, na medida do possível, embora a Região ainda em alguns casos tenha dificuldades que tem de colmatar, nomeadamente nessa especialidade, têm vindo à Região pedopsiquiatras exatamente para fazer esse acompanhamento e fazer a intervenção precoce o mais cedo possível, para detetar todas essas questões ligadas a esta área.

Relativamente às questões levantadas pelo CDS.

É evidente que nós ainda temos muito que caminhar. É evidente que há áreas, não obstante da rede que temos de apoio ao cidadão deficiente, as barreiras arquitetónicas, que nos preocupam muito, porque o Governo tem feito um esforço. Até o Sr. Deputado Rui Ramos, em sede de Comissão, fez essa pergunta dizendo que concordava com os princípios subjacentes a esta iniciativa. Até colocou uma questão para saber qual era o montante que estava disponível no Plano e Orçamento e foi-lhe respondido que cada departamento do Governo tem as suas verbas para esta área...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Fui eu que coloquei essa questão.

A Oradora: Penso que ele fez essa pergunta também.

Portanto, nessa matéria, como sabem, nós temos feito um caminho. É evidente que é muito importante que todos os cidadãos, que todas as pessoas, tenham uma atitude de inserção que promovam a igualdade de oportunidades destes cidadãos, porque não importa ou pouco importa produzirmos estes diplomas e depois quando temos um lar de crianças e jovens num bairro residencial de Ponta Delgada haver uma manifestação de cidadãos que aí vivem contra a instalação de um equipamento destes.

Estas atitudes é que não são amigas da integração, porque os jovens deficientes têm direito a ter uma residência, sobretudo aqueles que os pais deixam de poder de cuidar deles, quer por idade, quer por terem de se ausentar por motivos vários como todos sabem.

Nomeadamente, até em sede de Comissão, disse que nessa matéria nós até tínhamos de trabalhar ainda mais, porque é necessário mais residências para estas pessoas que chegam a uma certa idade e que não têm acompanhamento familiar e esses casos têm acontecido ultimamente. Nós temos feito um esforço, na medida do possível, de colmatar essas dificuldades, mas foi dito que ainda precisamos de continuar a trabalhar nessa matéria, assim como nas ajudas técnicas.

Este diploma tem um importante objetivo. É facilitar, é desburocratizar aquilo que hoje, infelizmente ocorre, que é, por exemplo, no caso da atribuição de uma ajuda técnica. Todos os Srs. e as Sras. Deputadas sabem que muitas vezes esses cidadãos têm que correr vários departamentos do Governo para obter uma ajuda técnica que custa muito dinheiro. Toda a gente, alguns de vós, até já me têm abordado sobre essa dificuldade que nós temos em operacionalizar isso. Isso não é de facto amigo da oportunidade para esses cidadãos, porque para qualquer apoio basta ir a um qualquer departamento do Governo ou a uma loja da RIAC e têm acesso imediato a fazer um pedido.

No âmbito da deficiência não é bem assim. Portanto, é oportuno que façamos aprovar este diploma e é oportuno que agilizemos sobretudo esta área, assim como o banco de ajudas técnicas, porque nós estamos numa sociedade e em tempos que não podemos desperdiçar.

É fundamental que possamos agilizar os procedimentos, mas que também possamos utilizar os equipamentos disponíveis e as ajudas que existem e que já não são precisos, por exemplo, a algumas famílias, porque deixam de os usar ou porque utilizam outros. Portanto, são estas matérias que são fundamentais.

Mais comissão de acompanhamento, menos comissão, parece-me que é muito mais importante toda esta vertente, toda esta área de tentarmos melhorar a nossa atividade governativa nesta matéria do que estar aqui a criar mais uma comissão, porque ela já existe e pode fazer o papel que esta atualmente tem e que vai ser revogada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não me vou alongar muito mais sobre esta matéria, agora devo dizer que de facto não são apenas os diretores regionais referidos pela Sr. Deputada Nélia Amaral que fazem parte deste Conselho. Fazem parte dois representantes de organizações não-governamentais intervenientes no domínio da deficiência, (são ou não são importantes de serem ouvidos? Obviamente que sim.) um representante das misericórdias, um das IPSS's, um das confederações sindicais e um da câmara do comércio (tentando fazer a articulação entre a pessoa portadora de deficiência e o mundo do trabalho) e um representante da associação de municípios.

Portanto, neste Conselho, juntamente com todos estes intervenientes e diretores regionais, seria possível articular toda uma problemática. Com o argumento de que existe uma outra comissão, com uma pessoa relacionada com a deficiência que já resolve o assunto, isso, ao PSD não colhe e portanto, do nosso ponto de vista, nós somos absolutamente contra a extinção pura e dura deste Conselho.

Somos a favor, obviamente se for essa a vossa intenção, de uma comissão mais agilizada e estaremos disponíveis para dar o nosso contributo em relação a essa matéria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já devia ter proposto!

O Orador: Quanto a nós, extinguir um organismo onde faziam parte pessoas que lidam com essa problemática, significa menos participação e isso não podemos aceitar.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Mas não há menos participação.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era ainda sobre a questão da intervenção precoce.

De facto, não digo que não exista trabalho feito nessa matéria. Conheço vários profissionais que têm desenvolvido um trabalho exemplar.

Agradecia de qualquer das formas o relatório, porque como lhe disse estou, neste momento, a preparar um diploma sobre esta matéria.

A verdade é que a intervenção precoce é da maior importância, está prevista aqui neste diploma e está muito avançada em diversos países da Europa do Norte e nomeadamente nos Estados Unidos.

O que se tem verificado (os americanos fazem também sempre esse tipo de estudos) é que a intervenção precoce até sai mais barata ao Estado, porque permite resolver e solucionar muitos problemas logo quando eles começam a manifestar-se no âmbito do pré-escolar. Permite depois uma intervenção mais eficaz e resolve muitas das outras questões que depois são de mais difícil resolução em grupos etários seguintes.

Nesse sentido, a Sra. Secretária Regional e o Governo Regional, sobre esta matéria, acabam por não garantir que vão de facto apresentar um diploma específico sobre esta matéria. O que referenciou é que já existe atividade (e existe!), de qualidade também e outra de menor qualidade.

De qualquer das formas nós temos aqui um défice em relação à República, em relação ao resto dos países da Europa e aos Estados Unidos. De facto não temos uma legislação específica sobre esta matéria, é preciso avançar nisto e o PPM compromete-se a apresentar uma proposta nos próximos meses.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda felicita claramente o Governo Regional por esta iniciativa legislativa sobre a epígrafe e com o objetivo de desenvolver na Região as bases gerais do “regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência ou incapacidade”. Fiz questão de ler o título completo para aqui trazer, a esta Câmara, os cidadãos e as cidadãs de primeira que existem e vivem nos Açores e que são pessoas com deficiência ou com incapacidade.

A nossa felicitação ao Governo é feita no sentido de reconhecer a este diploma o início de um caminho que urge fazer na nossa Região para garantirmos uma sociedade mais igualitária, mais tolerante, mais justa e mais integradora. Se não fosse por outra razão, só por esta já seria suficiente para merecer o nosso voto favorável e a nossa apreciação positiva.

Não é evidentemente e claramente um diploma perfeito.

É um documento, em alguns aspetos, incompleto. É obrigação de cada grupo parlamentar desta Assembleia dar o seu contributo para o aperfeiçoar e para o tornar mais suscetível de dar resposta às necessidades de todas as pessoas com deficiência ou incapacidade.

Temos essa obrigação com este diploma ou qualquer outro que venha do Governo ou de qualquer outra bancada parlamentar.

Se essa não é a nossa função, então basta apresentar os diplomas e as iniciativas legislativas e não estamos aqui, nenhum de nós, a fazer coisa nenhuma.

Dito isto, não posso deixar de voltar (até para nosso esclarecimento) ao CRIC. Por uma razão simples: nós, Bloco de Esquerda, até nem pomos em causa a sua extinção dado que reconhecemos no Conselho Regional para a Igualdade de Oportunidades uma função que necessariamente tem que dar resposta à questão da integração e à problemática das pessoas com deficiência ou incapacidade.

Mas a nossa questão é outra. Extinguindo o CRIC nós gostaríamos de saber porquê, ou seja, qual foi a avaliação que o Governo Regional fez a este Conselho Regional: o que não funcionou, o que funcionou mal,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Porque é que não funcionou?

A Oradora: ...que não cumpriu os seus objetivos, que não reuniu ou que reuniu, mas não trabalhou em condições....

Nós todos ganharíamos se partilhássemos com o Governo a avaliação que o Governo fez do trabalho deste Conselho Regional. Até, neste caso, Sra. Secretária por uma razão simples, é que talvez fossem ensinamentos pertinentes para aplicar a todos os conselhos regionais que já existem ou a outros que possam vir a existir.

Enquanto não soubermos qual foi a avaliação que o Governo fez e por que é que na realidade resolveu extingui-lo, independentemente da igualdade de oportunidades existente, nós continuamos a pensar, e partilhamos da mesma opinião do PSD, de que não fará sentido sem boas razões extingui-lo pura e simplesmente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vem na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão e da clarificação do esclarecimento que a Sra. Secretária já efetuou.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não se encontra na sala neste momento, mas de qualquer forma julgo pertinente partilhar a reflexão que queria fazer com as restantes Sras. e Srs. Deputados.

A intervenção precoce é efetivamente uma área fundamental por se tratar e intervir muitas vezes até junto de crianças que ainda nem se encontram no âmbito de qualquer estabelecimento pré-escolar e por trabalhar com crianças numa faixa em que as aprendizagens podem ser decisivas para o seu percurso ao longo do resto das suas vidas.

No entanto, e partilhando da sua opinião de que nos Estados Unidos e noutros países da Europa há experiências muito interessantes, gostaria de deixar também registado nesta casa que nos Açores há experiências muito interessantes no âmbito da intervenção precoce.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Experiências muito interessantes até centradas na família, de crianças que se encontram em casa, no apoio aos pais ou a outros familiares através de estratégias de estimulação e de promoção de aprendizagens essenciais, quer de aprendizagens básicas de locomoção, sensoriais ou até mesmo de aprendizagens já pedagógicas. Infelizmente nós nesse aspeto temos uma humildade que prejudica depois a visibilidade desse trabalho.

Temos o péssimo hábito de não fazer registos adequados, de não divulgar as experiências e muitas vezes de valorizar em demasia o que vem de fora e desvalorizar o que fazemos cá dentro.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Dito isto, gostaria só de chamar a atenção para uma das alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a alínea f), do artigo 17.º, que visa precisamente colmatar essa lacuna, visa incentivar que na Região se faça mais investigação sobre diferentes metodologias de intervenção junto de pessoas com deficiência, com os mais diferentes tipos de deficiência e nas diferentes faixas etárias e que essa investigação seja feita com rigor científico, que seja divulgada, que seja posta ao serviço da comunidade e ao serviço de outras gerações de pessoas com deficiência.

Há muito de bom que se tem feito na nossa Região. Nós temos profissionais com muita experiência, com muita dedicação no trabalho com pessoas com deficiência. Temos famílias muito empenhadas, como disse na minha primeira intervenção, que exibem uma coragem, uma dedicação, uma resistência excecional, só que infelizmente, muitas vezes, não podemos depois duplicar estas experiências ou replicar estas experiências, porque nos faltam os instrumentos, porque nos faltam os registos e importa efetivamente colmatar essa lacuna.

Era esse testemunho que queria deixar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar por registar como muito positiva esta iniciativa do Governo Regional, tendo consciência que esta problemática que estamos aqui a abordar e que a iniciativa do Governo aborda não se resolve com peças legislativas.

Aliás como disse há pouco, penso que logo na primeira intervenção, às vezes as maiores barreiras são as da atitude perante as pessoas com deficiência ou incapacidade. De qualquer forma esta abordagem que o Governo Regional nos

traz aqui e que lança as bases para um “regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação de pessoas com deficiência ou incapacidade”, quer dizer que esta abordagem, da forma como sistematiza a questão e a forma integrada como é apresentada, só pode merecer o apoio da Representação Parlamentar do PCP e contará, portanto, com o nosso voto favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos entrar agora na especialidade.

Conforme ofício que vos foi distribuído, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume as propostas de alteração advindas da Comissão dos Assuntos Sociais, com a exceção da proposta para o artigo 6.º.

Sr. Deputado Paulo Rosa inscreveu-se.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção que iria fazer em qualquer circunstância para de certa forma enquadrar as propostas de alteração que aqui trazemos, ambas.

Permita-me Sr. Presidente que comece exatamente por referir-me à alteração ao artigo 6.º, replicando à Sra. Deputada Nélia Amaral. Não o fiz no âmbito da generalidade porque a questão é de especialidade e sou respeitador do Regimento, da instituição e procuro ser assertivo no debate, cumprir os tempos próprios para a discussão. Ao contrário do que a Sra. Deputada disse, eu não

entrei na especialidade. O que fiz foi lançar no âmbito da generalidade uma reflexão que seria útil para a especialidade.

Usei exatamente a expressão aspetos menos felizes neste diploma e obviamente que aspetos são coisas concretas, remetendo para o nosso sentido construtivo para colmatar esses aspetos que se consubstanciaram nas propostas, que então disse que iria abordar na especialidade. É isto que vou fazer.

Não acusei ninguém de estigmatização intencional. O que acontece é que a redação dúbia do articulado original pode induzir a compreensão duma estigmatização que não é de todo desejável num diploma que privilegia a igualdade de oportunidades.

O que nós pretendemos é que a redação seja clara, seja linear e que se assuma com toda a clareza, que todos os cidadãos portadores de deficiência sem independência, são todos eles um grupo vulnerável, independentemente de outros aspetos, independentemente de estudos científicos, porque também, Sra. Deputada, independentemente desses estudos, nós temos autonomia para reconhecer que isto é para todos os cidadãos portadores de deficiência. Pensamos que esta parte é excessiva no diploma e é desse ponto de vista que apresentamos a proposta de alteração para o artigo 6.º.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Quanto à proposta de alteração que apresentamos ao artigo 16.º tem a ver com a questão dos produtos de apoio ou ajudas técnicas. Nós consideramos que a atribuição destes não deve ser feita em função do tipo e grau de deficiência ou incapacidade. Ou a pessoa portadora de deficiência tem necessidade do apoio, da ajuda técnica ou não tem e se tem, obviamente, que a administração lha deve facultar.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar bem claro nesta casa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta para este diploma um conjunto de propostas de alteração com a

mesma humildade, com o mesmo espírito de cumprimento daquilo que é o nosso dever nesta Assembleia com que apresentaria apenas uma ou com que votaria o diploma sem apresentar qualquer proposta de alteração.

Repetindo a análise que a Sra. Deputada Zuraida Soares fez há bocadinho, consideramos que é essa a nossa tarefa nesta casa, proceder a uma análise cuidada, responsável dos diplomas e apresentar as alterações que entendemos necessárias, oportunas e úteis.

Dito isto, as alterações que o Grupo Parlamentar apresenta têm, essencialmente, 3 objetivos.

Por um lado, reforçar e exercer a nossa autonomia; por outro lado, conferir ao diploma um âmbito mais alargado, reconhecendo a sua aplicabilidade a um conjunto de pessoas com deficiência, mesmo que essa deficiência implique uma incapacidade ou uma desvantagem temporária; e fazer com que o diploma seja abrangente de todos os aspetos de vida em sociedade, reconhecendo que algumas áreas estavam negligenciadas ou não estavam contempladas, designadamente a prevenção, a conciliação da atividade profissional e a vida familiar, a habitação e os transportes.

No fundo, o que pretendemos é que este diploma seja efetivamente abrangente, que seja aplicado a todas as pessoas que se debatem diariamente com dificuldades acrescidas, que seja operacionalizável e que a sua operacionalização tenha um impacto positivo na vida dos cidadãos a quem se destina.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós temos também um conjunto de propostas de alteração.

Desde logo aquela que se refere ao conceito a partir do qual se operacionaliza todas as intenções presentes no diploma.

Temos um artigo em que queremos que conste efetivamente o apoio à família.

Em relação aos artigos 15.º e 16.º, que devem ser lidos em articulação com o artigo 20.º, nós achamos que a sua articulação deve ser objeto de decreto

legislativo regional, por forma a que esta Assembleia acompanhe e fiscalize também aquilo que são questões essenciais e que vão, de algum modo, melhorar a vida destas pessoas.

Para além disso, a proposta final sobre o Conselho nós já debatemos aqui muito. Devo dizer que estive a ver a composição e não refere obviamente na composição nenhuma pessoa de reconhecido mérito que tenha, necessariamente, de trabalhar em área da deficiência. Por acaso deve haver uma pessoa, tal como a Sra. Secretária disse, e portanto mantemos a nossa posição de que de facto essas associações de pessoas portadoras de deficiência deviam estar incluídas num conselho.

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Que é a área da igualdade e da oportunidade!

O Orador: Não é esse o entendimento.

Presidente: Vamos então votar, Sras. e Srs. Deputados.

Começo por pôr à consideração da Câmara a proposta de alteração advinda da Comissão para a denominação do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral, advinda da Comissão dos Assuntos Sociais, para o artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral para o artigo 2.º advinda da Comissão.

Sr. Deputado Rui Ramos?

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Para votar em separado as alíneas.

Presidente: A a), b) e d)?

Deputado Rui Ramos (*PSD*): A a) em separado.

Presidente: Só a a) em separado.

Vamos votar a proposta de substituição da CAPAT, a proposta para a alínea a) do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Creio que então posso votar o restante da proposta de alteração, com a exceção desta alínea.

Vamos votar a restante proposta de alteração advinda da Comissão para o artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ficam assim prejudicadas as propostas de alteração do BE e do PSD para este mesmo artigo 2.º.

Vamos votar a proposta de substituição integral advinda da Comissão para o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento duma alínea e) ao artigo 4.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 15 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para a alínea c) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 5.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 1, do artigo...

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há pouco o Sr. Deputado Paulo Rosa apresentou a proposta de alteração do CDS em relação ao artigo 6.º e eu considero essencial que o parlamento aprove esta proposta de alteração para não cairmos no ridículo e na injustiça em relação a esta questão.

Porque vejam bem. Diz o articulado: “É concedida particular atenção às pessoas com deficiência profunda.” Com deficiência profunda! E depois dentro da deficiência profunda criamos grupos, designadamente, por esta ordem: mulheres, crianças e idosos.

Ora, quem tem uma deficiência profunda não temos que diferenciar o género ou idade. Não faz sentido...

Deputada Catarina Furtado (PS): Mas ainda não se aprovou isso!

O Orador: ...e portanto, considero que se deve, de facto, aprovar a proposta de alteração do CDS/PP em relação a esta matéria, porque é algo que não faz qualquer tipo de sentido estabelecer diferenças dentro deste grupo das pessoas com deficiência profunda. Porque, de facto, se fôssemos fazer isto no âmbito de toda a legislação então digo-vos que é qualquer coisa de absolutamente incongruente.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava na sala há bocadinho quando falámos sobre a redação proposta pelo CDS/PP para este artigo.

Já tive a oportunidade de explicar que talvez a redação que consta da iniciativa do Governo não seja a mais clara, mas aquilo que se pretendia era reconhecer que existem fatores que potenciam as desvantagens e um desses fatores é o facto de se acumular duas características: o facto de ser mulher e também ter uma deficiência, independentemente dela ser profunda ou não; o facto de ser uma criança... As crianças, as mulheres e os idosos são os grupos mais vulneráveis a riscos de pobreza e de exclusão social. No fundo, essa redação proposta para o artigo não pretende mais do que reconhecer esse risco.

No entanto, como já tinha dito há bocadinho, nós votamos favoravelmente. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP.

Aliás, nós tínhamos também uma proposta de alteração que pretendia salvaguardar exatamente as pessoas com deficiências múltiplas, para além da deficiência profunda, pessoas com deficiências múltiplas e as pessoas sem autonomia.

Aproveito para chamar a atenção da Câmara para a alteração a este artigo e que depois em redação final será uniformizada a redação: sempre que aparece pessoa sem independência, a referência deve ser feita a pessoa sem autonomia. Portanto, altera-se agora e depois no restante diploma, em redação final, proceder-se-á a essa uniformização.

Presidente: Tenho a certeza, Sra. Deputada que a Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais tomou boa nota disso.

Fico mais descansado.

Creio que posso pôr à votação a proposta de alteração do CDS/PP para o artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 6.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de substituição integral da Comissão para o artigo 7.º.

Sra. Deputada?

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Poderia pôr à votação as propostas de alteração para os artigos 7.º, 8.º e 9.º, em conjunto.

Se não houver oposição.

Presidente: 7.º, 8.º e 9.º, em conjunto.

Vamos fazer assim.

Vamos votar as propostas da Comissão para os artigos 7.º, 8.º e 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º da proposta.

7.º, 8.º e 9.º votámos as propostas da Comissão. Agora como é uma proposta de substituição integral, não precisamos de votar o artigo 7.º; como é uma proposta de eliminação para o artigo 8.º, não precisamos de votar o artigo 8.º; vamos votar o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento de um artigo 9.º-A, também da Comissão dos Assuntos Sociais.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 10.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente ao artigo 11.º, vamos votar a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do BE para o mesmo artigo na parte em que não está prejudicada.

Sra. Deputada?

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, só para confirmar que a parte que não está prejudicada refere-se à alínea f)?

Presidente: Alínea f), exatamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 11.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum alínea g), para o n.º 2, do artigo 12.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 12.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento dum artigo 12.º-A advinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora, creio que não se prejudicam (é outra matéria), a proposta de aditamento dum artigo 12.º-A, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento das alíneas e), f) e g) ao artigo 13.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Colocava agora à votação em conjunto as propostas de aditamento advindas da Comissão dum artigo 13.º-A e dum artigo 13.º-B.

Vou colocá-las à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 14.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração do PSD para o n.º 2, do artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 15.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do CDS/PP para o n.º 2, do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PSD para o n.º 3, do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 16.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração advinda da Comissão para o artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 17.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o n.º 2, do artigo 18.º apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 18.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral para o artigo 20.º apresentada pelo PSD, com a exceção da epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 20.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de aditamento dum artigo 20.º-A apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o artigo 21.º, vinda da Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 22.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação para o artigo 23.º, apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 18 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 24.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Sr. Deputado Artur Lima?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, era para um intervalo regimental de 25 minutos.

Presidente: Para uma declaração de voto, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto, a seguir fazemos o intervalo.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sei que têm pressa em ir, mas agradecia apenas um minuto.

Não nos opomos àquilo que está presente e que foi presente neste diploma. Todavia pretendíamos melhorar o diploma.

Pretendemos fazê-lo desde logo com a introdução clara do articulado de um artigo que falava diretamente no apoio à família; queríamos que este

parlamento, estes deputados regulamentassem precisamente aquilo que tem a ver com a intervenção precoce, com os produtos e apoios e a reação por parte do Partido Socialista, embora tenha colhido o apoio de outros partidos nesta Assembleia, a verdade é que o Partido Socialista sozinho,...

Deputado Francisco César (PS): Sozinho? Oh Sr. Deputado, sozinho?

O Orador: ...mais uma vez, rejeitou as nossas propostas, rejeitando também a nossa intenção de manter o Conselho Consultivo de Integração e Cidadania.

Nesta perspetiva não nos restaria outra posição que não a de abstenção.

Muito obrigado.

Presidente: Há mais uma declaração de voto.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como disse na minha intervenção inicial, hoje deu-se mais um passo na promoção da igualdade de oportunidades.

10% das açorianas e dos açorianos, a partir de hoje, passam a dispor de uma carta de direitos fundamentais que lhes permite reagir cada vez que alguém lhes diga que não podem sonhar, que não podem exercer os mesmos direitos que qualquer um de nós, que não podem desenvolver o seu máximo potencial.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: O diploma que hoje aprovámos nesta Assembleia não inibe de forma nenhuma a iniciativa de nenhum deputado, de nenhum Grupo Parlamentar nesta casa, quer se trate da intervenção precoce, quer se trate da atribuição de produtos de apoio ou de ajudas técnicas, quer se trate de formação profissional, de emprego protegido ou de qualquer outra matéria.

O diploma que hoje aprovamos o que faz é definir um conjunto de direitos, é reconhecer que somos todos iguais, independentemente das características pessoais, das características sociais, independentemente do meio cultural ou social em que por acaso nascemos.

Demos mais um passo na democratização da nossa sociedade, demos mais um passo no exercício da nossa autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Agradecia aos senhores líderes dos Grupos e Representações Parlamentares o favor de se acercarem da Mesa e o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, com o intervalo regimental do CDS/PP naturalmente terminamos os nossos trabalhos de hoje por aqui.

Retomamos amanhã às 10 horas da manhã com PTAP.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 42 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Correspondência

1 – Requerimento:

Assunto: Uniformização dos procedimentos em relação aos trabalhos dos Portos dos Açores, S.A

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2012.01.24

Referência: 54.04.00 – N.º 580/IX.

2 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: O solo-elemento de segurança alimentar

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.03.00 – N.º 511/IX;

Assunto: Cultivo de variedades geneticamente modificadas na Região

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.06.00 – N.º 522/IX;

Assunto: Agricultura biológica

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.03.00 – N.º 530/IX;

Assunto: Habitação em risco de derrocada no leito da ribeira da Agualva

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.06.03 – N.º 568/IX;

Assunto: Onde pára a segurança no aeródromo do Corvo?

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.01.09 – N.º 570/IX;

Assunto: Concurso público para instalação de Centros de Inspeção técnica de veículos automóveis e reboques

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.03.00 – N.º 571/IX;

Assunto: Construção da Casa do Povo do Topo – Afinal em que ficamos?

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.12.24

Referência: 54.03.05 – N.º 572/IX.

3 – Comunicação/Informação:

Assunto: O ofício a enviar o Relatório de Atividades – Provedor da Saúde

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Saúde

Data de Entrada: 2012.01.24.

4 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2012 – janeiro – 24

Comissão: Comissão de Política Geral;

Assunto: Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2012 – janeiro – 24

Comissão: Comissão de Economia.

Pela Redatora, Ana Sofia Pereira da Silva Machado

